



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 95/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Concessão de Direito Real de Uso do imóvel que especifica ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar a Concessão de Direito Real de Uso, a título gratuito, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, do imóvel constituído de um terreno com área de 10.853.280 m² (dez milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e oitenta metros quadrados), situado à margem do Rio Iguaçu, no Município e Comarca de Foz do Iguaçu, neste Estado, com as especificações constantes da Matrícula nº 35.598, do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º será destinado à preservação ambiental e proteção de mananciais, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, atendendo ao contido no Termo de Reciprocidade nº 001/2011 - SEMA.

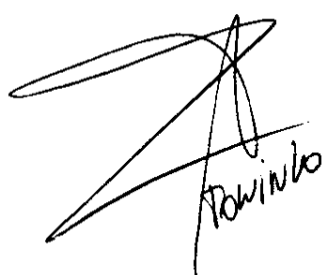
Parágrafo único. O não atendimento a quaisquer das condições previstas nesta Lei implicará na extinção da concessão, sem que caiba ao concessionário qualquer direito à indenização por benfeitorias ou edificações realizadas no imóvel do Estado do Paraná.

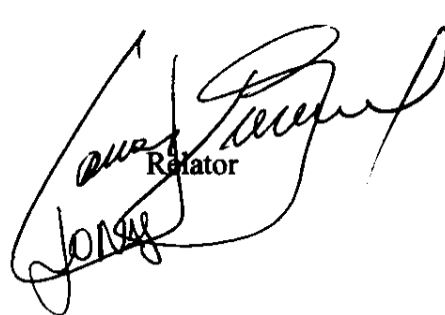
Art. 3º Fica a entidade concessionária, enquanto durar a concessão, com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento deste encargo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.


Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Rovito


Relator


Dore



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 119/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, situado no Município e Comarca de Almirante Tamandaré, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR, de uma área de 2.606,55 m², parte do imóvel denominado terreno rural de área maior, situado na localidade de Campina/Cercado, Município e Comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade do Estado do Paraná, constante na Matrícula nº 9.156, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a construção e implantação da Faixa de Servidão de Passagem de Esgoto Sanitário, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

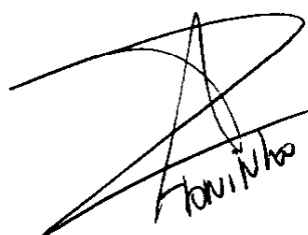
Art. 3º A presente cessão terá vigência de trinta anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

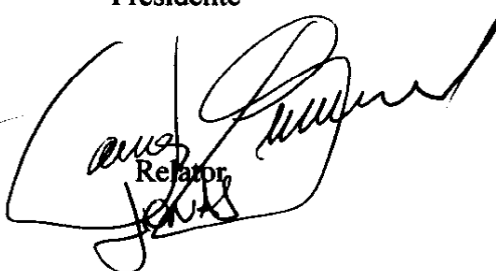
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Ruy Dole


Antônio


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 204/2013

Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

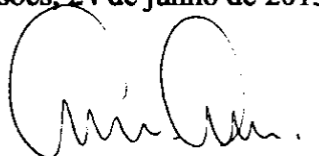
Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ficam reajustados em 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

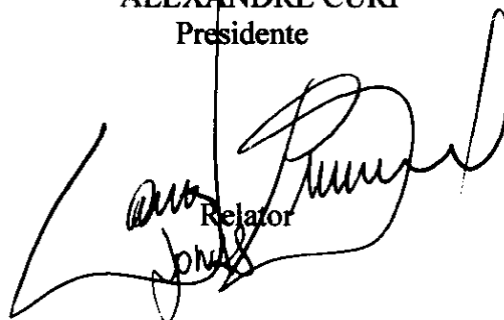
Parágrafo único. O reajuste disposto no *caput* também se aplica aos servidores inativos que não possuem paridade salarial com os servidores ativos.

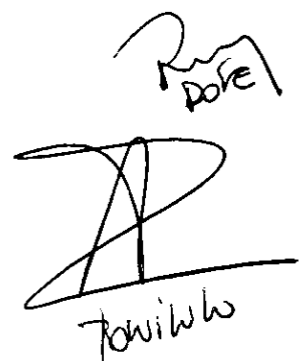
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2013.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Toninho



ANTEPROJETO DE LEI 149/2013

Súmula: Dá nova redação ao *caput* do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do art. 2º e inclui o inciso IX no art. 2º, todos da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, conforme especifica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O *caput* do art. 2º da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência, além de outras atividades compatíveis com suas finalidades institucionais:"

Art. 2º inciso VIII do art. 2º da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII – manter parque gráfico próprio para execução dos serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual;"

Art. 3º Fica acrescido o inciso IX ao art. 2º da Lei nº 17.465/2013, com a seguinte redação:

"IX – editar e imprimir outras publicações de interesse público tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais entidades de interesse público."

Art. 4º O § 4º do art. 2º da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

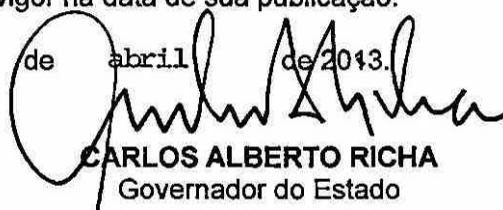
"§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda e quando não se mostrar viável a atendimento da demanda solicitada, poderá, excepcionalmente e mediante justificativa expressa, contratar terceiro para auxiliá-lo, através do devido processo legal. (NR)"

Art. 5º O artigo 24 da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 Esta Lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 2013."

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 22/04/2013

Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 032 /2013

Curitiba, 16 de abril de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 23 ABR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 24, ao *caput* do artigo 2º, bem como ao seu inciso VIII e ao § 4º, além de incluir o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa pública sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ.

A medida ora proposta deve-se em razão de dois fatores distintos, o primeiro deles, um lapso ocorrido quando da redação final do anteprojeto, ocasião em que deixou de ser incluída no artigo que trata das finalidades e competências da empresa a ser criada, a previsão que viabilizará a autorização para que todos os órgãos da Administração Pública Estadual contratem a Imprensa Oficial, através do instituto da dispensa de licitação, conforme estabelece a Lei Federal nº 8666/1993, em seu artigo 24, inciso XVI e a Lei Estadual nº 15.608/2007, em seu artigo 34, inciso XIV.

Por oportuno, solicito igualmente a inclusão da previsão de competência que autorize a Imprensa Oficial à edição e impressão de publicações de interesse público, tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios e demais entidades de interesse público.

Cabe anotar que as previsões acima referidas estão contidas na Lei 14.603/2004, em seu artigo 3º, incisos II e X, contudo, dito diploma legal foi editado com a finalidade precípua de tratar da publicidade dos atos da administração pública (Lei da Transparência), mas, paralelamente, acresceu novas competências à Imprensa Oficial, as quais deixaram de constar da Lei que ora solicito seja alterada.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.692.236-3



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O segundo fator refere-se a demanda maior de tempo que a empresa de engenharia, responsável pela regularização de registros do terreno no qual está edificada a Imprensa Oficial, necessitará para finalizar os trabalhos relativos a levantamentos aerofotogramétricos e questões burocráticas que a matéria requer.

Necessário registrar que esta questão somente foi levada à Presidência da Imprensa Oficial quando dos levantamentos efetivados para tornar possível a transformação jurídica da entidade, ocasião em que foi recebida a informação de que as medidas técnicas de engenharia e, posteriormente as tratativas junto a Cartórios, Município e demais órgãos públicos afetos a matéria, demandariam lapso de tempo superior àquele previsto na lei já sancionada, para a efetiva criação da empresa pública.

Conforme é possível verificar, pretendemos nos valer da figura jurídica da *vacatio legis*, uma vez que o prazo para a realização de todas as medidas acima referidas deverão transcorrer dentro dos próximos 10 (dez) meses.

Por entender imprescindíveis tais alterações é que submeto o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar



Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original 1

Lei 17465 - 2 de Janeiro de 2013

Publicado no Diário Oficial nº. 8868 de 2 de Janeiro de 2013

Súmula: Autoriza a criação da Empresa Pública denominada IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir empresa pública sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Casa Civil.

Parágrafo único. A empresa IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo seu território, podendo criar e manter dependências e sucursais.

Art. 2º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência:

I - editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por Lei, de natureza pública e privada;

II - manter sob sua permanente guarda e conservação, por meio digital, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados;

III - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, para o Poder Judiciário da União e dos Estados, e demais entidades de interesse público, observada a legislação estadual pertinente ao assunto;

IV - manter serviços de certificação digital e mecânica, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

V - certificar por meio digital e mecânico, a pedido de qualquer interessado, os documentos objeto de suas publicações;

VI - prestar serviços eletrônicos de publicação dos Diários Oficiais, garantindo o seu acesso mediante a utilização de tecnologias atualizadas;

VII - editar, imprimir e publicar, em meio físico e eletrônico, documentos de relevante interesse da coletividade, em especial àqueles destinados à promoção da cultura e da cidadania;

VIII - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

§ 1º Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse privado, aquela de divulgação obrigatória nos Diários Oficiais.

§ 2º Serão publicadas gratuitamente as matérias oficiais administrativas, normativas e de pessoal emanadas da administração direta do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e dos órgãos do Poder Judiciário, sendo também gratuita a certificação de documentos solicitada por esses órgãos.



§ 3º Os serviços não mencionados no parágrafo anterior serão remunerados e realizados de acordo com valores médios de mercado.

§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda.

§ 5º Os serviços de certificação digital referidos neste artigo serão prestados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ em atribuição conjunta com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

Art. 3º O capital inicial da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ será de R\$ 37.804.225,57 (trinta e sete milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) pertencentes integralmente ao Estado.

Parágrafo único. O capital previsto neste artigo poderá ser elevado por ato do Poder Executivo e mediante:

- I** - incorporação de recursos de origem orçamentária;
- II** - incorporação de reservas decorrentes de lucros líquidos da Empresa;
- III** - reavaliação do ativo;
- IV** - recursos de outras fontes.

Art. 4º Constituem recursos da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ:

- I** - as receitas operacionais;
- II** - as receitas obtidas por empréstimos e financiamentos;
- III** - as receitas patrimoniais;
- IV** - as doações e legados de qualquer espécie;
- V** - as dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;
- VI** - recursos provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. Apenas em caráter excepcional e para permitir a continuidade dos serviços públicos executados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, serão consignadas dotações em seu favor no orçamento do Estado.

Art. 5º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá a seguinte estrutura organizacional:

- I** - Conselho de Administração;
- II** - Diretoria Executiva;
- III** - Conselho Fiscal;
- IV** - Conselho Editorial.

Art. 6º O Conselho de Administração será constituído por seis membros, a saber:

- I** - Chefe da Casa Civil, como Presidente;



II - Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

III - Secretário de Estado da Cultura;

IV - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - o Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, como Secretário Executivo;

VI - um representante dos empregados da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, indicado na forma prevista na Lei nº 8.096, de 14 de junho de 1985, alterada pela Lei nº 8.681, de 30 de dezembro de 1987 e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.343, de 18 de setembro de 1985, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 30 de dezembro de 1997.

§ 1º Os membros referidos neste artigo serão representados pelos seus substitutos legais nas suas ausências e/ou impedimentos.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar a programação anual e plurianual dos trabalhos;

II - promover o acompanhamento sistemático da execução dos programas e avaliar-lhes o resultado;

III - autorizar o aumento de capital sempre que necessário e submetê-lo à aprovação do Governador do Estado;

IV - deliberar sobre alienação, gravame e aquisição de bens patrimoniais;

V - aprovar o quadro de pessoal e fixar os critérios para sua remuneração;

VI - aprovar o orçamento-programa e deliberar sobre os contratos e convênios a serem celebrados;

VII - examinar e submeter à aprovação do Governador a proposta de Estatuto e suas eventuais alterações;

VIII - aprovar o Regimento Interno e suas eventuais modificações;

IX - exercer outras competências afins e correlatas.

Art. 8º A Diretoria Executiva será composta por três diretores, sendo um Diretor-Presidente e dois diretores auxiliares, cujas competências serão definidas em Estatuto.

Art. 9º O Conselho Fiscal será composto por três membros, sendo um deles indicados livremente pelo Governador, um indicado pelo Conselho de Administração e um indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os balancetes mensais, o balanço e o demonstrativo de lucros e perdas;

II - emitir pareceres, quando solicitados pelo Diretor-Presidente e pelo Conselho de Administração, sobre assuntos de ordem administrativa e financeira;

III - fiscalizar a aplicação dos fundos e rendas, procedendo e verificando os respectivos valores;



IV - proceder o exame, quando necessário e a qualquer tempo, da contabilidade e de documentos a ela vinculados;

V - solicitar a contratação de auditoria independente;

VI - exercer outras competências afins e correlatas.

Parágrafo único. Somente podem ser nomeados para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário.

Art. 11. O Estatuto disporá sobre o funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 12. O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não será remunerado.

Art. 13. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão mandatos de quatro anos, não podendo, entretanto, exceder o período governamental em que tenham sido designados, ficando vedada a recondução por mais de um período.

Art. 14. O regime de pessoal da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ será obrigatoriamente o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º A contratação de empregados, salvo para as funções de direção, será precedida por concurso público de provas ou provas e títulos, realizado pela própria empresa ou por entidades públicas ou privadas especializadas.

§ 2º Ficam criados cento e setenta e dois empregos sob regime da Legislação Trabalhista, os quais estarão detalhados no Plano de Cargos e Salários, a ser regulamentado mediante Decreto, conforme disposto no art. 21 da presente Lei.

Art. 15. A Casa Civil da Governadoria exercerá o controle dos resultados da atuação da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, especialmente quanto ao atendimento das finalidades, objetivos institucionais e de sua situação administrativa e financeira.

Art. 16. A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ gozará das isenções conferidas à Fazenda Estadual.

Art. 17. As contas da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ serão submetidas ao exame e apreciação do Tribunal de Contas do Estado, nos prazos fixados pela legislação em vigor.

Art. 18. Cabe ao Poder Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à criação da empresa pública de que cuida esta Lei, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da sua vigência.

Art. 19. Arquivados os atos de constituição da empresa pública no registro competente, empossada sua diretoria e contratados os empregados aprovados em concurso público será considerada automaticamente extinta a entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, criada pelo Decreto-Lei nº 480, de 27 de junho de 1946 e erigido em autarquia pela Lei Estadual nº 5.970, de 15 de julho de 1969 e imediatamente desafetados seus bens.

§ 1º Arquivados os documentos constitutivos, a empresa pública contratará seu quadro de pessoal no prazo máximo de cento e oitenta dias.

§ 2º Extinta a entidade autárquica referida no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a elevar o capital social da empresa pública criada, integralizando-o com bens móveis, imóveis, direitos e valores que se encontravam a serviço da autarquia.

Art. 20. Extinta a autarquia, os servidores alocados no DIOE serão realocados para outros órgãos da Administração Direta ou para a Administração Autárquica, a critério da Secretaria de Estado de Administração e da Previdência.



§ 1º Com a única finalidade de garantir a continuidade do serviço público, o Poder Executivo poderá pôr à disposição da empresa pública criada, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, os servidores que se encontravam lotados na autarquia extinta.

§ 2º Aos servidores públicos alocados no DIOE ficam assegurados todos os direitos, vantagens, deveres e obrigações que lhes atribuir a legislação própria, a qual continuarão sujeitos.

Art. 21. A Empresa Pública fará publicar regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras e de gestão de recursos humanos necessários para a execução de suas atividades.

§ 1º O regulamento que tratará da contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras observará critérios de publicidade, economicidade, isonomia e eficiência no estabelecimento de seus procedimentos.

§ 2º O regulamento que tratará dos procedimentos de gestão de recursos humanos observará:

- a) os princípios da publicidade e impessoalidade, com a utilização de regras claras de recrutamento e critérios técnicos de avaliação, observada a divulgação em meio de comunicação de grande circulação, do edital de abertura do certame e de seu resultado final;
- b) padrões compatíveis com os praticados no mercado por entidades congêneres para funções com exigência de qualificação e responsabilidades semelhantes quando da fixação de salários;
- c) na elaboração de plano de cargos e salários, critérios que privilegiem o mérito, a capacitação profissional e o desempenho dos empregados, respeitada, obrigatoriamente, a capacidade financeira e o equilíbrio orçamentário da empresa pública.

Art. 22. É vedado aos Conselheiros e aos Diretores da IMPRENSA OFICIAL PARANÁ serem proprietários ou diretores de empresa gráfica.

Art. 23. Ficam transferidos para a Casa Civil da Governadoria os cargos de provimento em comissão da entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, sendo concedida a estes novas denominações e mantidas as mesmas simbologias: um cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1 para Assessor; um cargo de Diretor Adjunto, símbolo DAS-3 para Assessor; um cargo de Diretor Administrativo, símbolo DAS-3 para Assessor; um cargo de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Gerente Comercial, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Gerente de Produção, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Assessor Técnico, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Assistente de Produção, símbolo 4-C para Assistente; dois cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 7-C para Assistente; e dois cargos de Assistente, símbolo 13-C para Assistente.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 02 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Loriane Leislí Azeredo
Chefe da Casa Civil, em exercício

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/2013

Projeto de Lei nº. 149/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 032/2013

Súmula: Mensagem Nº 032/2013 – Dá nova redação ao *caput* do artigo 2º, ao inciso VIII e ao §4º, do art. 2º e inclui o inciso IX no art. 2º, todos da Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, conforme especifica.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar Legislação Estadual que criou a Empresa Pública denominada IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

VISTA EM 30/04/2013
DIRETORIA DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DIRETOR ELTON W. e PR Edson
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifos Nossos).

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERCÍLIO TURINI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 032/13, que objetiva dar nova redação ao caput do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do artigo 2º e inclui o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de Imprensa Oficial – Paraná, conforme especifica.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Tercílio Turini, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

15/05/13



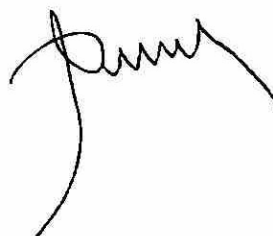
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/2013

Projeto de Lei nº 149/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 032/2013

Súmula: Dá nova redação ao *Caput* do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do Artigo 2º e inclui o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de **Imprensa Oficial-Paraná**, conforme especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 149/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 032/2013, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob denominação de Imprensa Oficial-Paraná. Esta alteração vem de encontro a uma necessidade de adaptação da Lei específica, que hoje apresenta lacunas em relação às atividades da Imprensa Oficial-Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 149/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que a Imprensa Oficial-Paraná, tem por objetivo principal trabalhar a transparência, divulgando atividades de órgãos públicos de interesse de toda a população, que trazem ao acesso de todos materiais e informações de extrema importância. Desta forma revela-se a necessidade de adaptar a Lei nº 17.465 de 02 de janeiro de 2013 que instituiu a Imprensa Oficial-Paraná, permitindo assim uma abrangência maior na divulgação dos trabalhos, bem como uma adaptação em um período necessário para que suas atividades possam vir a ser realizadas de forma correta, ampla e estritamente profissional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição ao vir de encontro ao interesse público pela busca contínua de informações e a real necessidade da Imprensa Oficial-Paraná em atender estes parâmetros. O Projeto de Lei 149/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 032/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, ao citar a Lei da Transparência como um fator primordial para a sua adaptação. Um trabalho pela modernização, investimentos e readequações necessárias na legislação que atenderão sem sombra de dúvidas uma demanda cada vez maior pela publicidade das informações.

III – CONCLUSÕES

Ao analisarmos o seu mérito indiscutível, verificamos que este processo faz referência à implantação da Lei de Informação, momento este em que a sociedade passou a ter o acesso à informação de forma direta, cada vez mais precisa e abrangente.

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 149/2013, ao tratar da busca de informações, depara-se com um mérito de resgate ético, profissional e de necessidade de adaptações de forma transparente, única e exclusivamente em benefícios de todos.

Resta assim, grandes evidências nesta composição, para que esta matéria possa ser aprovada por esta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, na ocasião em parecer apresentado pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 149/2013, em sua forma apresentada.

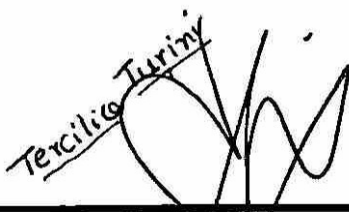
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 21 de maio de 2013.*


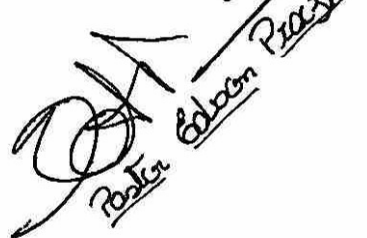

ADELINO RIBEIRO

*Presidente da Comissão
(Em Exercício)*


TERUO KATO

Relator


Tercílio Turini


Elton Welter

Pastor Edson Praczyk



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 01

DAP 11 JUN. 2013

Visto *Claudio*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 149/2013



Altera a redação do art. 5º do
Projeto de Lei nº 149/2013

Art. 1º O art. 5º do Projeto de Lei nº 149/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 5º - O artigo 18 da Lei 17.465/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 - Cabe ao Poder Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à criação da empresa pública de que cuida esta Lei, no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, contados da data da sua vigência."

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.

[Assinatura]
Dep. Nelson Luersen

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

[Assinatura]
Dep. BERNARDO RIBAS
DELI

[Assinatura]
Dep. André Bueno

[Assinatura]
MARON



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 149/13

Projeto de Lei nº 149/2013 - *mensagem*

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Dá nova redação ao caput do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º do artigo 2º e inclui o inciso IX no artigo 2º, todos da Lei nº. 17.465, de 02 de Janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de imprensa Oficial - Paraná, conforme especifica.

EMENTA: PARECER. EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, apresenta nova redação ao caput do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º do art. 2º e inclui o inciso IX no art. 2º, todos da Lei nº. 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, conforme especifica.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 11 de junho de 2013, durante a segunda discussão na Sessão Plenária, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de parecer, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2013.

NELSON JUSTUS
Presidente

ALEXANDRE CURCIO
Relator

Dep. Hermes Souto

Dep. Fedeini

Dep. Eduardo Ode

Dep. Pedro Karpman

Dep. Walter

Dep. R. Carlson

Dep. Veru

APROVADO
18/06/13



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 590 /2012

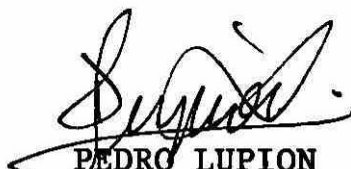


Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA com sede e foro no município da APUCARANA.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a 'ASSOCIAÇÃO DE CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA' com sede e foro no município da APUCARANA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.

14:54 26/11/2012 007570 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

A 'ASSOCIAÇÃO DE CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA' foi instituída no dia 23/07/2010, conforme se verifica na inclusa certidão de Inscrição e de Situação Cadastral, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 12.298.986/0001-07.

Conforme se denota do incluso Estatuto Social se trata de uma sociedade civil sem fins lucrativos com a finalidade de: (a) prestação de serviços sociais e assistenciais à comunidade carente do município (de Apucarana), especialmente de cidadania e resgate da dignidade humana, isoladamente ou em parceria com outras entidades congêneres, de caráter social e/ou cultural, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, instituições de ensino superior ou não e setor privado; (b) prestação de serviços sociais ao resgate da dignidade humana e cidadania na recuperação, reeducação, e ressocialização de pessoas condenadas a penas alternativas para inseri-los novamente à convivência na sociedade: orientação social, psicológica e assistência jurídica prestados por terceiros, mediante contrato ou entidades conveniadas; encaminhamento e controle para o cumprimento da pena nas entidades sociais conveniadas,

**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



através da prestação de serviços à comunidade; (c) firmar convênios com a Defensoria Pública Estadual, com o poder judiciário e demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, notadamente com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Patronato Penitenciário. Com o setor privado ou com entidades congêneres, de caráter social e/ou cultural, para o desenvolvimento de projetos direcionados à ressocialização e reintegração de pessoas apenadas ao convívio da sociedade; (d) Celebrar convênios com instituições de ensino superior para realização conjunta de serviços, especialmente com a FACNOPAR Faculdade do Norte Novo de Apucarana, com a participação, supervisão e/ou coordenação da conveniada.

Por fim, se releva o fato da mencionada associação já ter sido declarada de utilidade pública pela Câmara Municipal de Apucarana, conforme a Lei Municipal nº163/2010.

Em relação a documentação exigida pela legislação estadual, para a declaração de utilidade pública da instituição, acosta-se ao presente: (i) Estatuto Social, comprovando que a entidade não tem fins

**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 590/2012

Projeto de Lei nº. 590/2012
Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA**, com sede e foro no Município de Apucarana.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA**, com sede e foro no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 28 de Maio de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





APROVADO

28/05/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 590/2012

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 590/2012, passa a contar com a seguinte redação:

“SÚMULA - *Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Cidadania e Dignidade Humana, com sede e foro no Município de Apucarana.”*

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Cidadania e Dignidade Humana**, com sede e foro no Município de Apucarana, Estado do Paraná.


Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

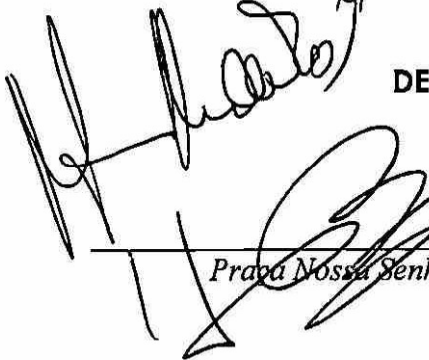
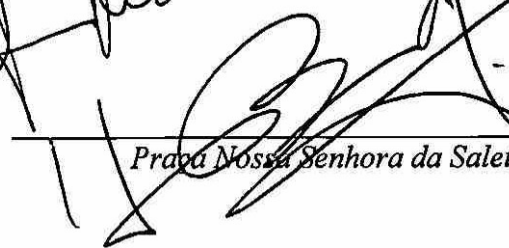
Sala das Comissões, em 28 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

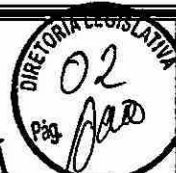
28/05/13 



Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



PROJETO DE LEI Nº 105/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 01 ABR. 2013

K
1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual
A Federação Paranaense de Boxe
Tailandês e Mixed Martial Arts -
MMA - com sede e foro no Município
De Curitiba-Pr.

Art 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Boxe Tailandês e Mixed Martial Arts- MMA- com sede e foro no Município de Curitiba -Pr.

Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de março de 2013

Mauro Moraes
MAURO MORAES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Boxe Tailandes e MMA fundada em 26 de abril de 1986, é uma entidade de caráter desportivo, que tem por finalidade, difundir, dirigir e fiscalizar e principalmente incentivar o desporto do boxe Tailandes e MMA.

A F.P.B.T.M.M.A exercerá suas atividades voltadas para realizar campanhas assistenciais para a população carente do nosso Estado. Será de promover eventos desportivos para jovens pertencentes a famílias desprovidas de recursos.

Compete a esta Casa de Leis a sua aprovação, que com certeza será de grande importância para a divulgação deste esporte junto aos jovens do nosso Estado, bem como qualquer cidadão voltado para o seu bem estar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/2013

Projeto de Lei nº. 105/2013
Autor: Deputado Mauro Moraes

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Boxe Tailandês e Mixed Martial Arts- MMA- com sede e foro no Município De Curitiba- Pr.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BOXE TAILANDÊS E MIXED MARTIAL ARTS (VALE TUDÔ)**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o **nome** da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




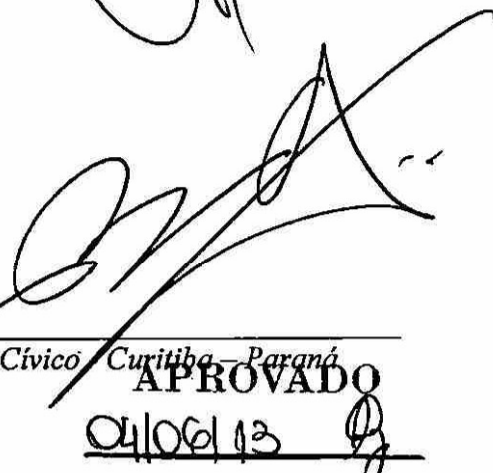
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico Curitiba - Paraná

APROVADO

04/06/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 105/2013

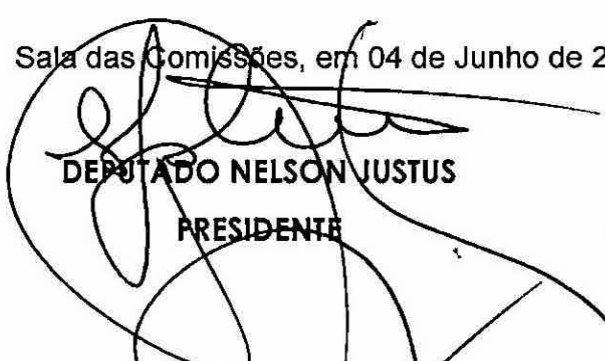
De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 105/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - *Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Boxe Tailandês e Mixed Martial Arts (Vale Tudo), com sede e foro no Município de Curitiba.*

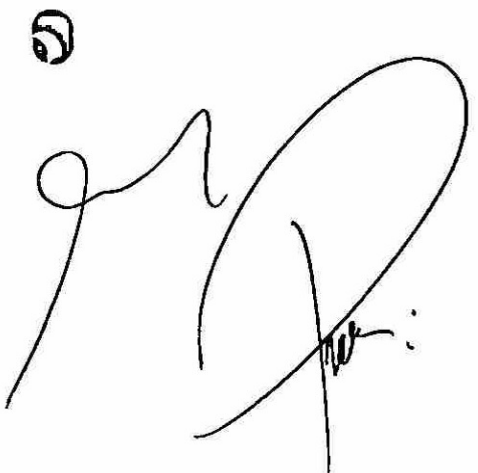

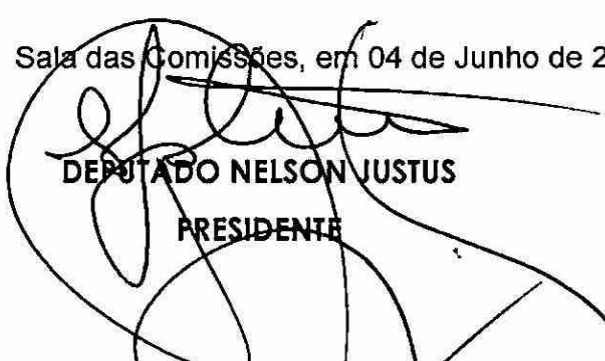

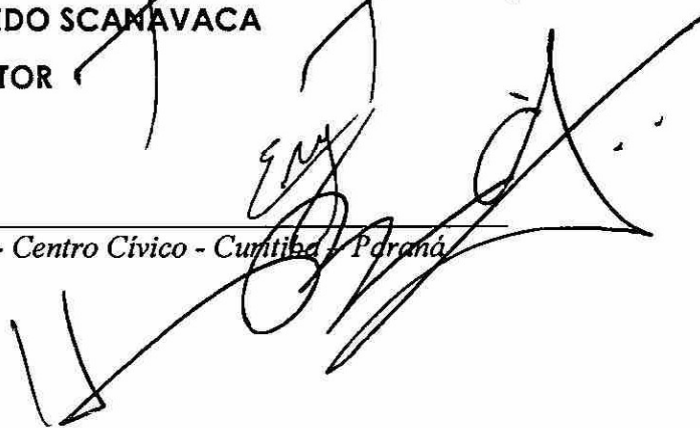
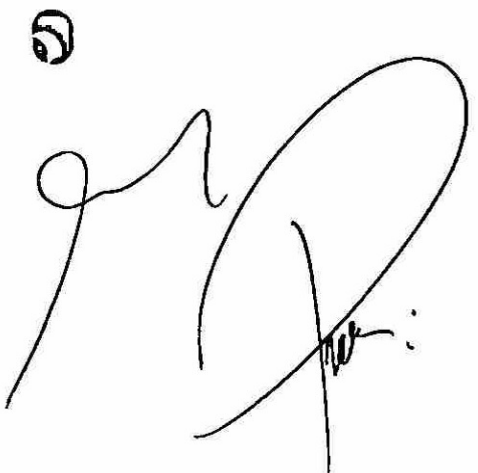

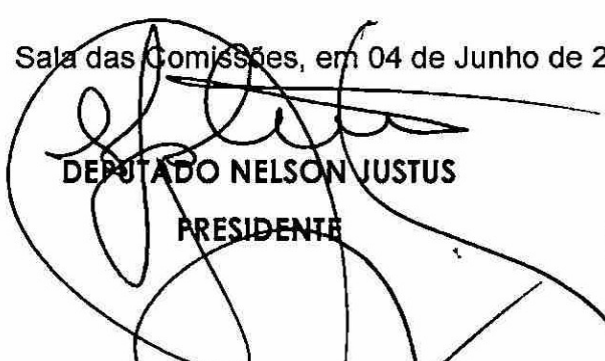

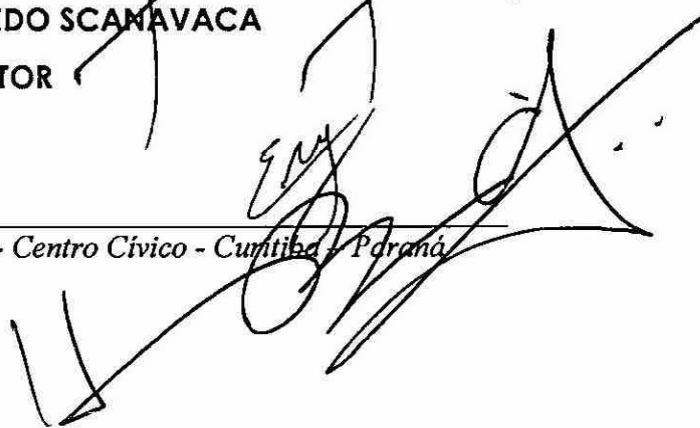
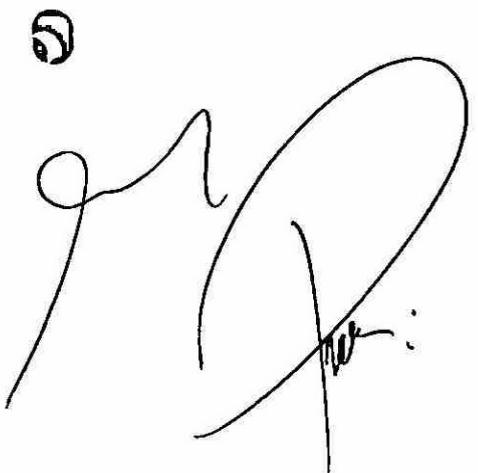

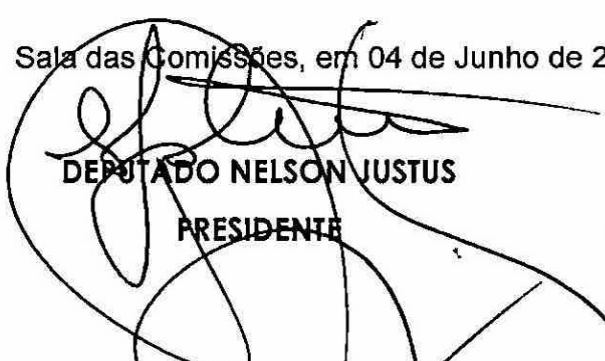

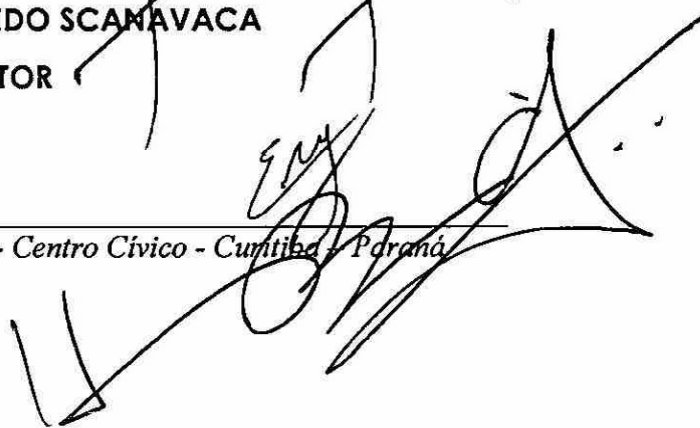
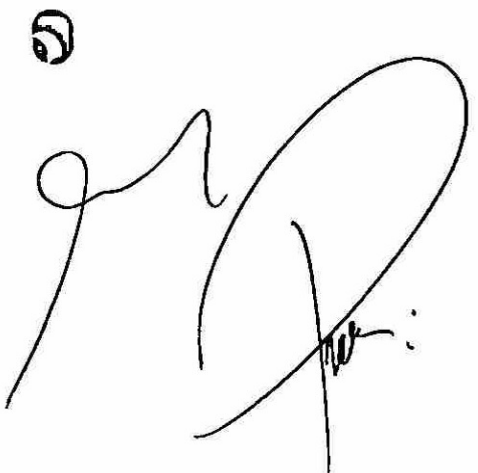

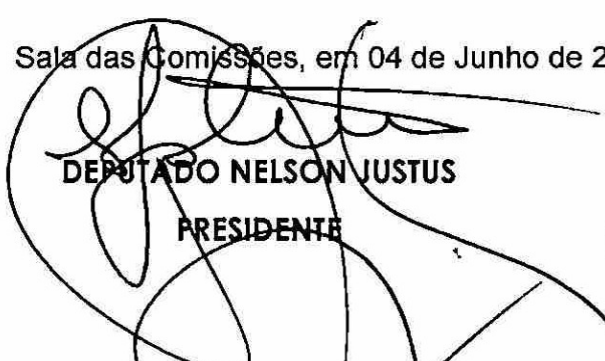

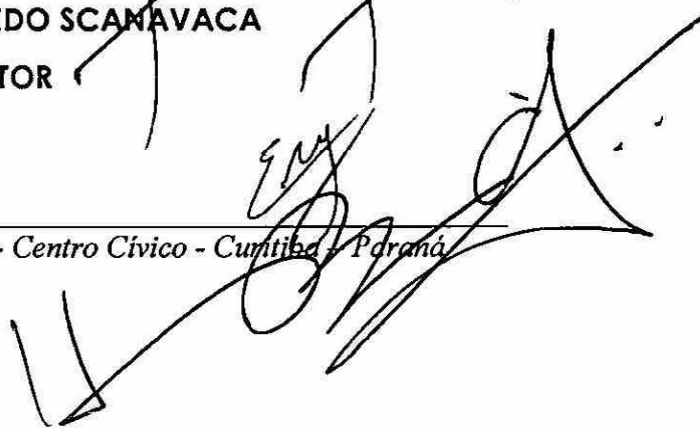
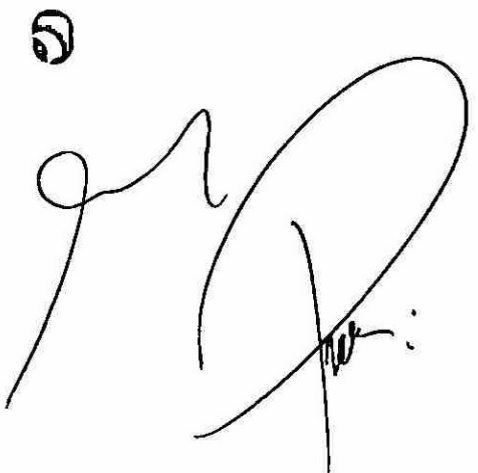

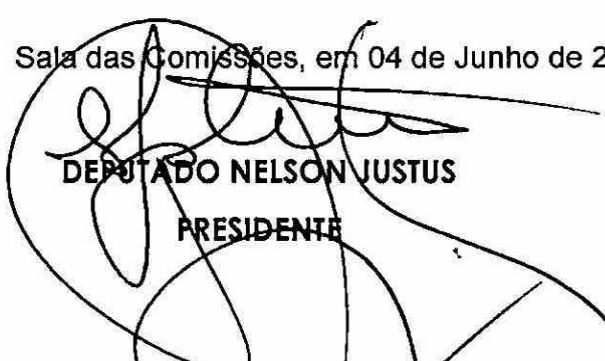

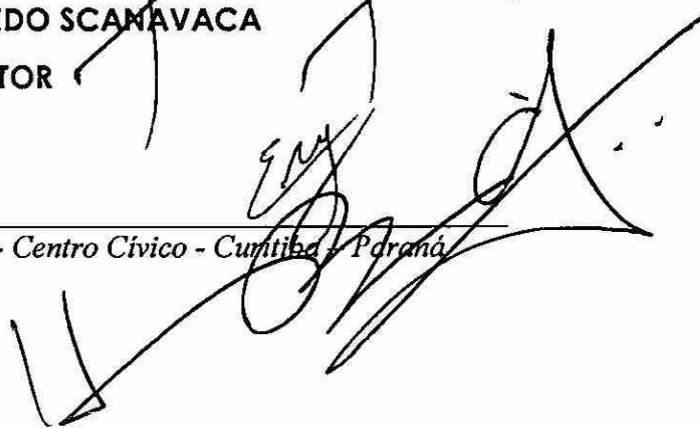
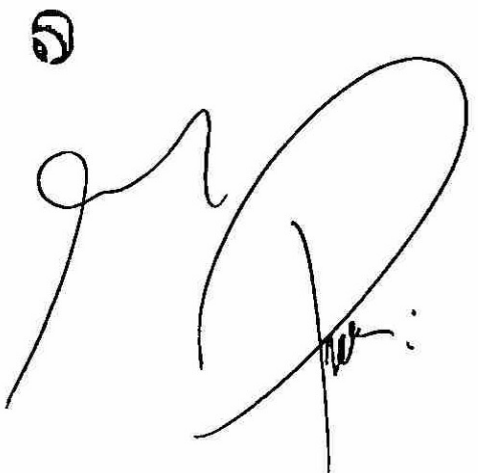

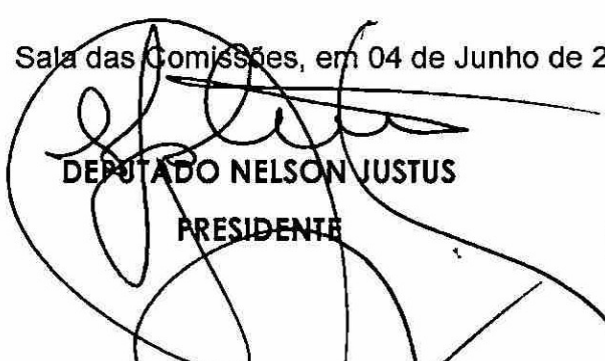

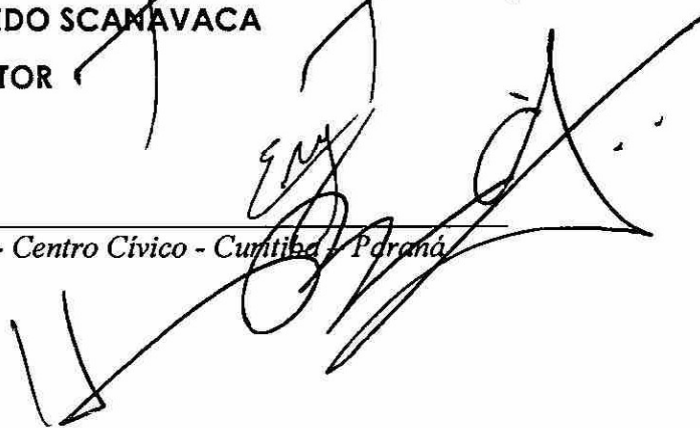
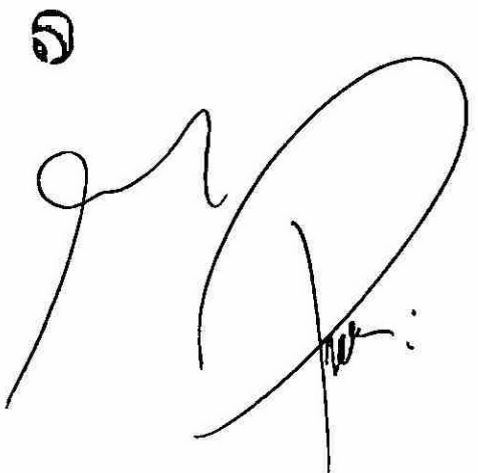

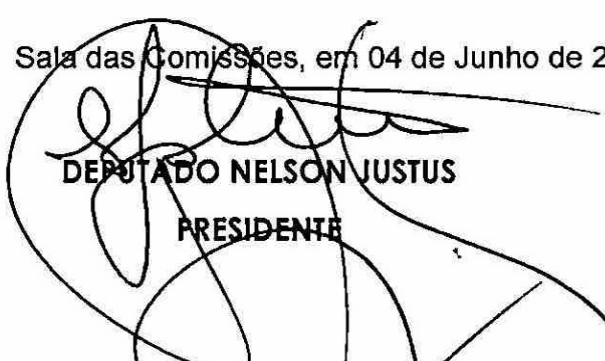

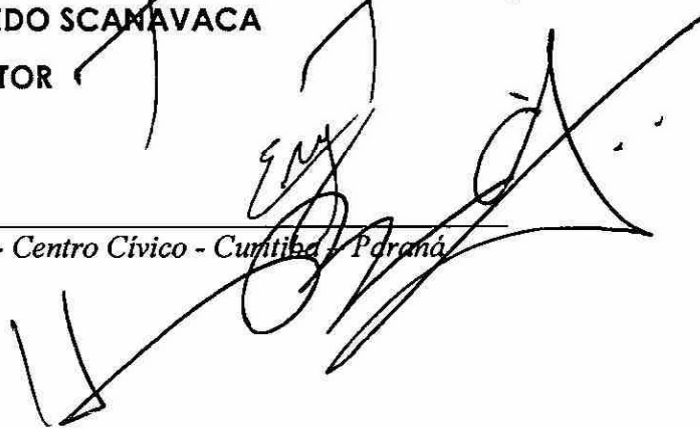
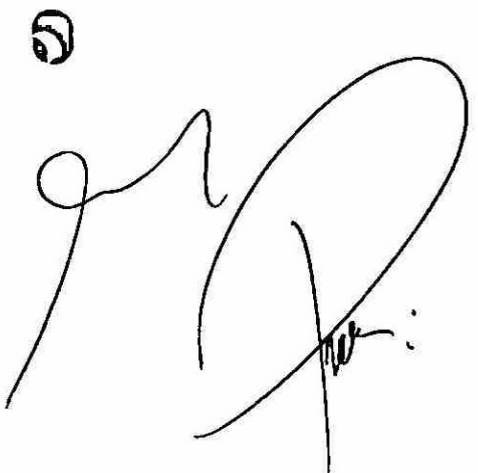

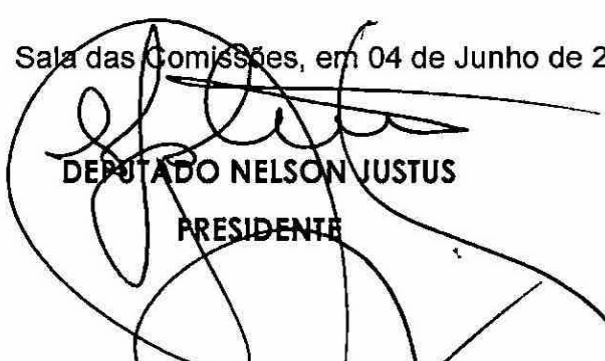

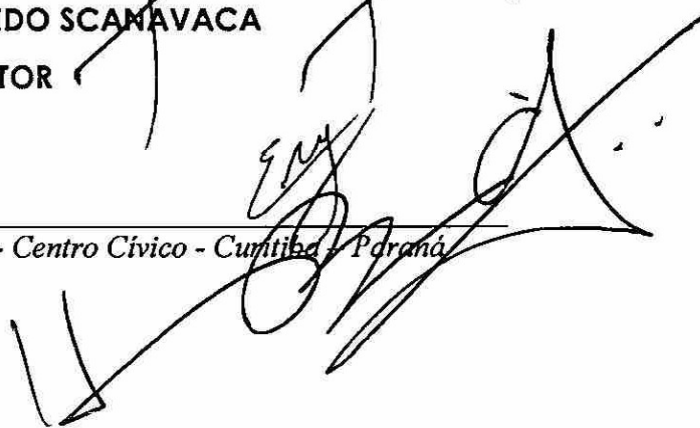
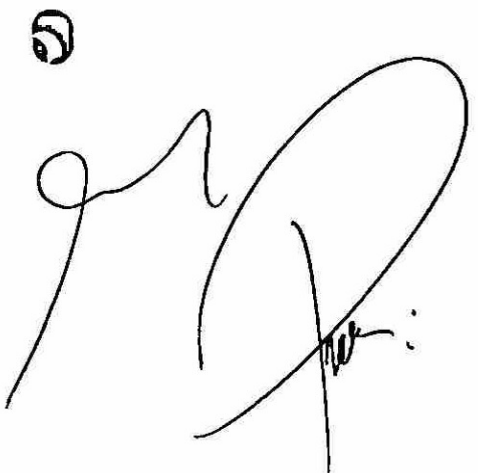

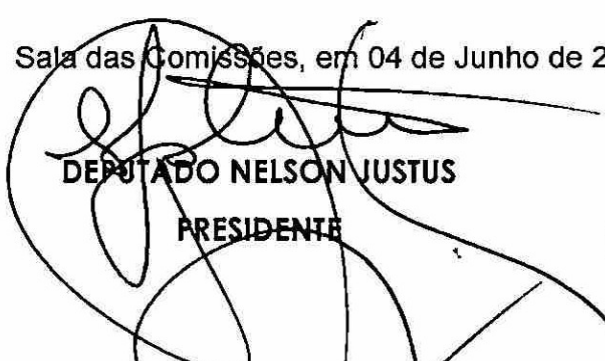

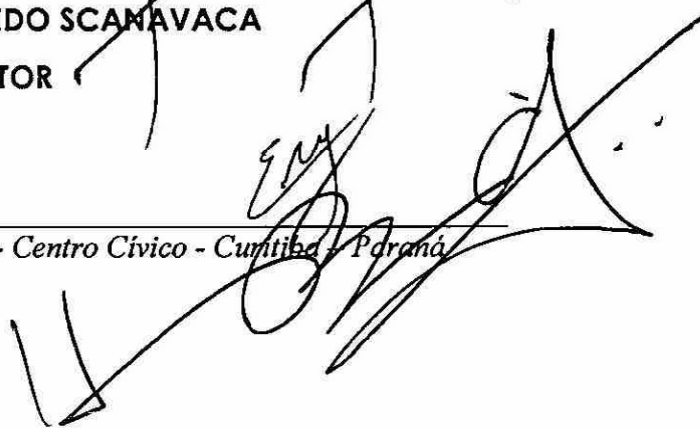
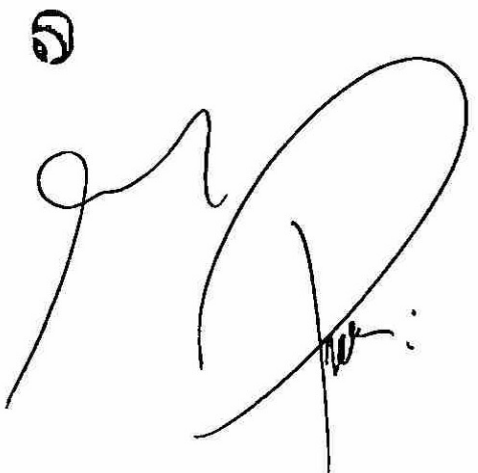

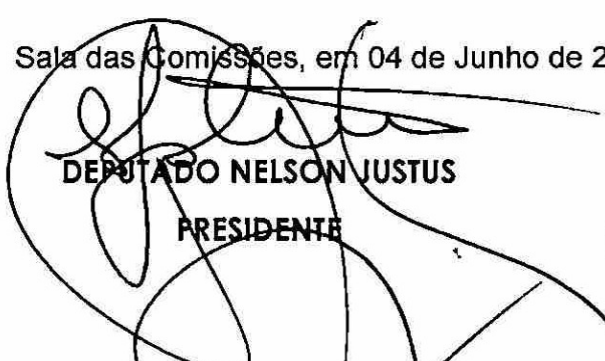

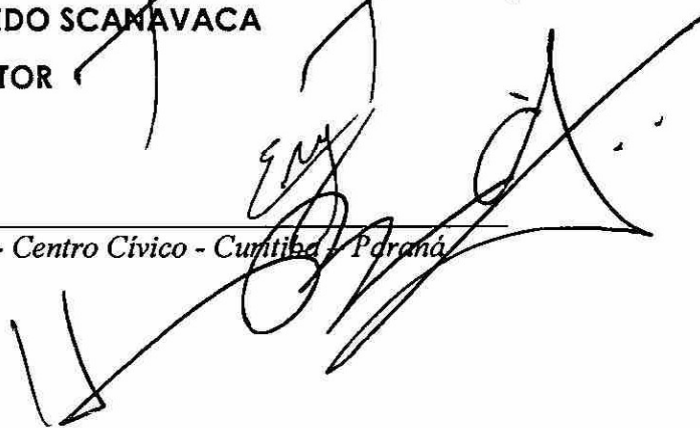
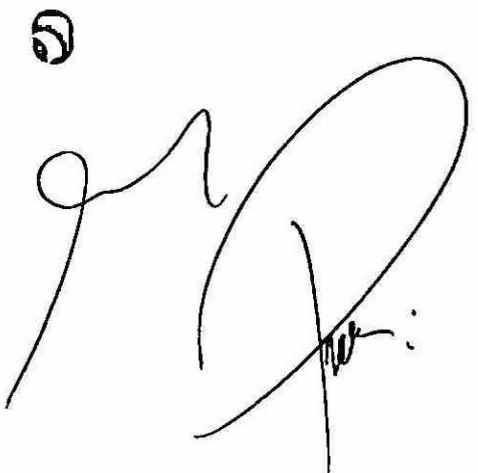

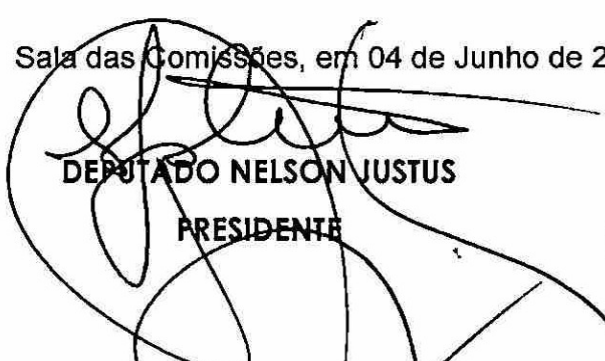

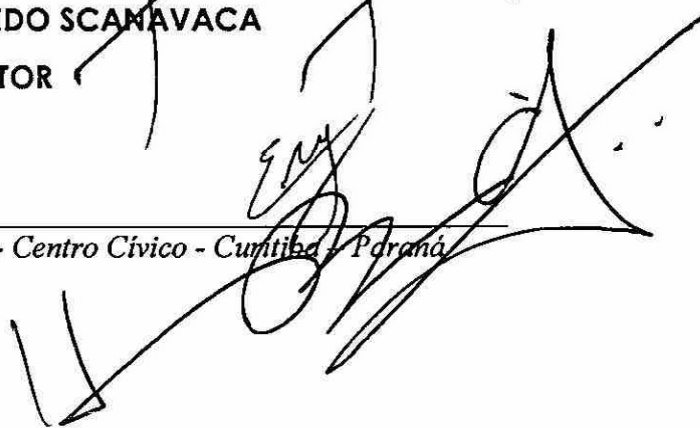
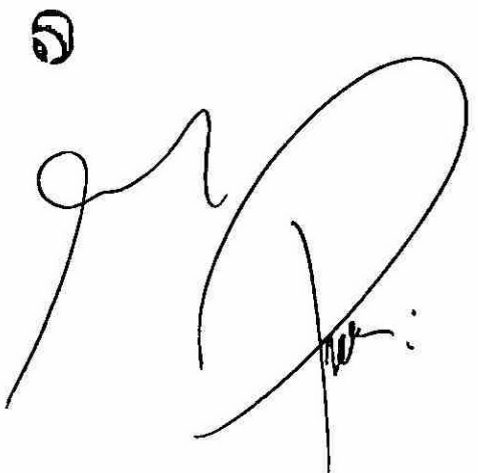

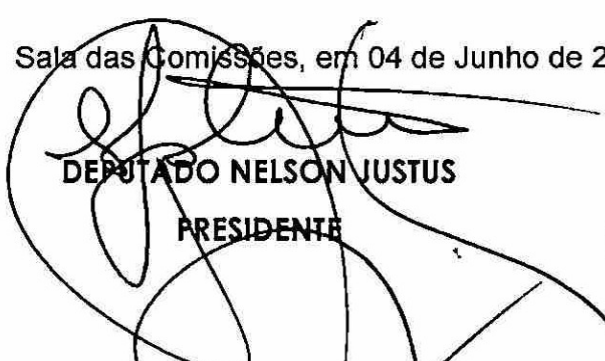

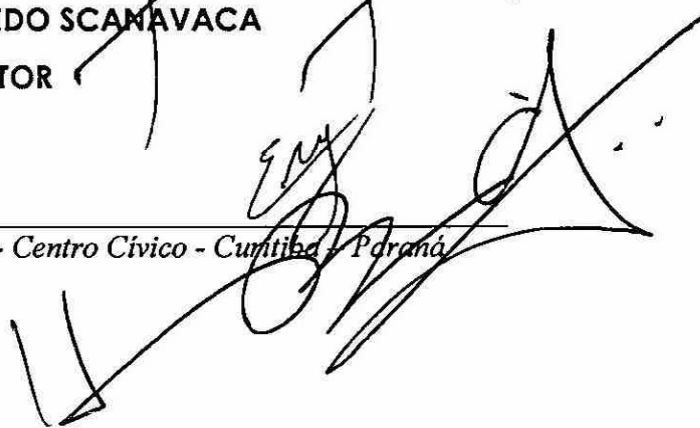
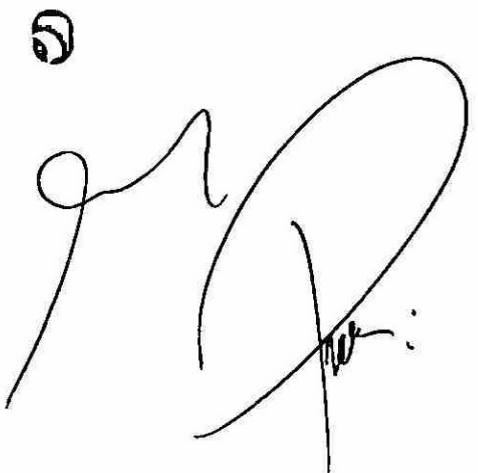

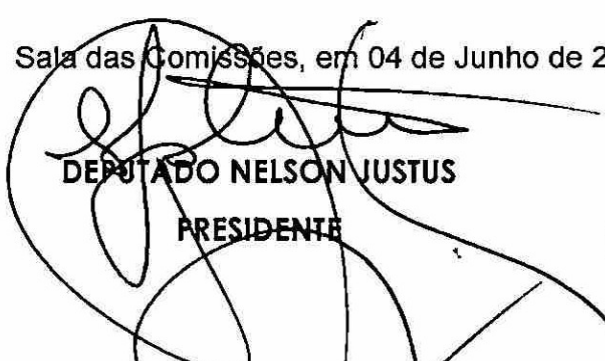

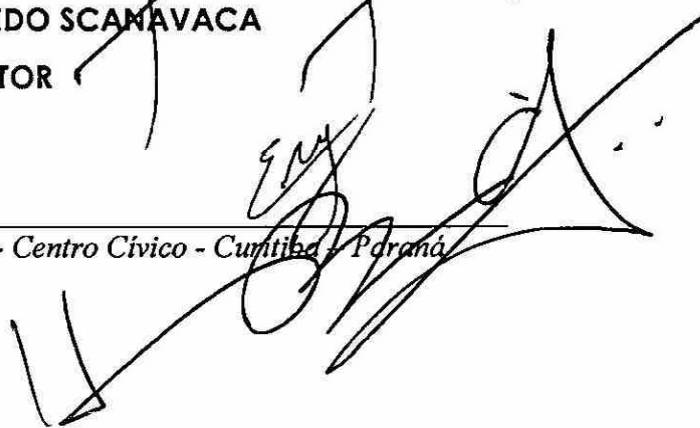
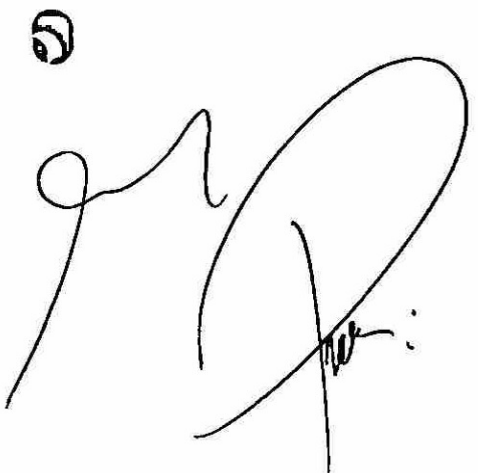

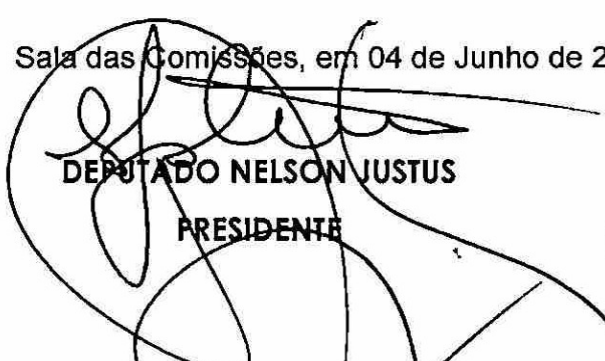

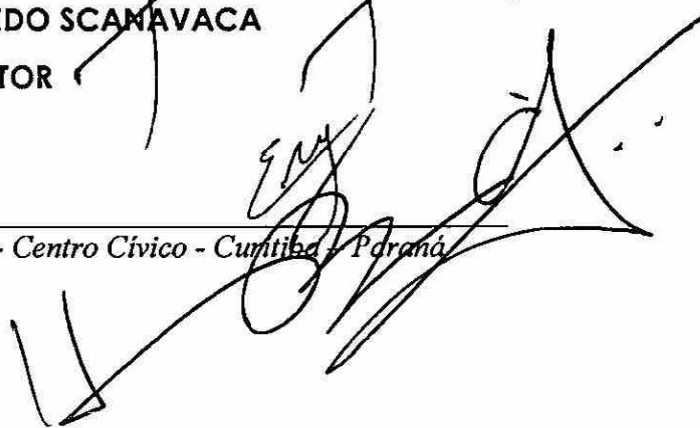
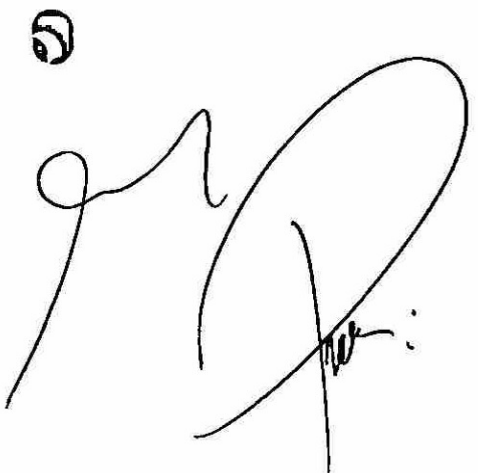

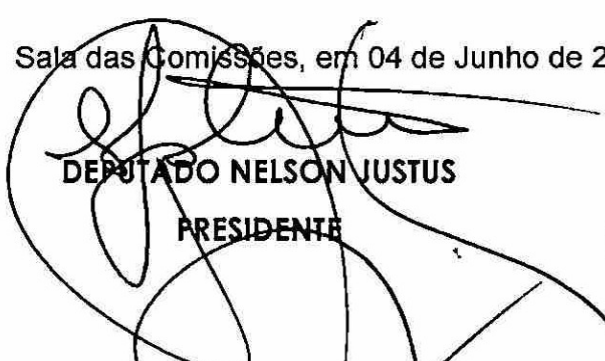

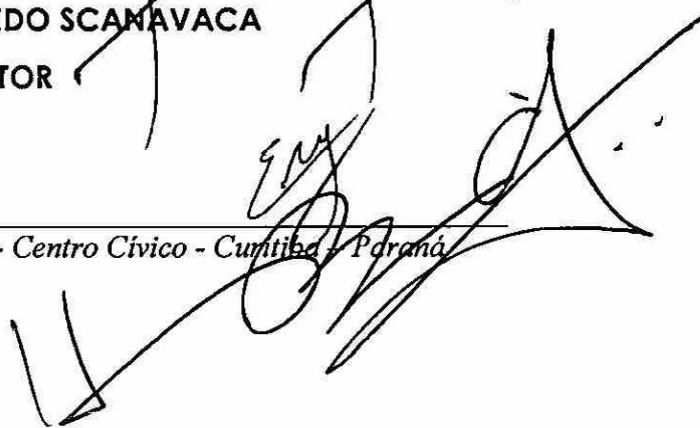
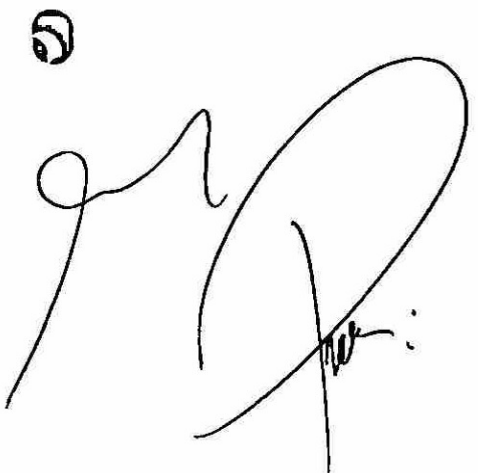

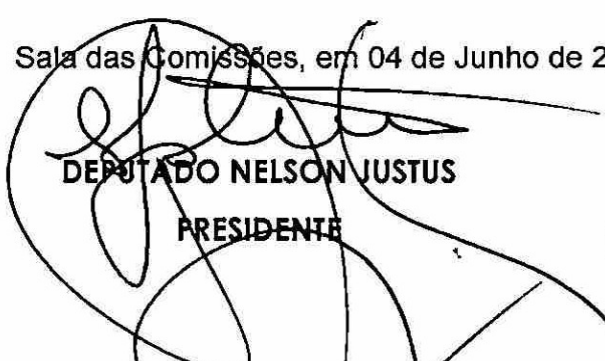

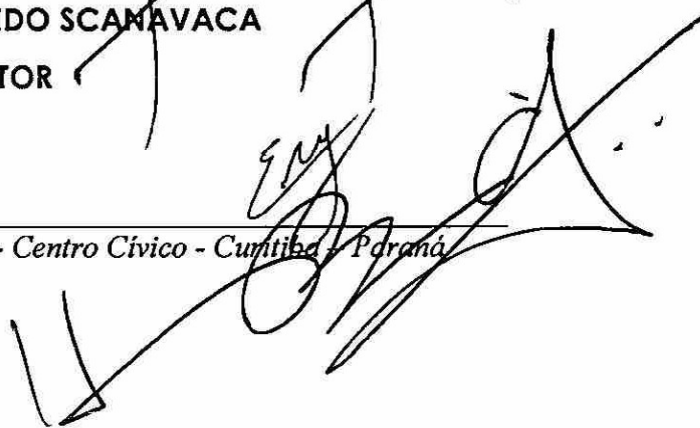
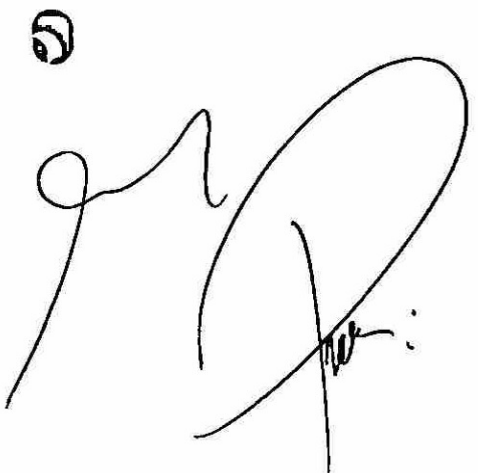

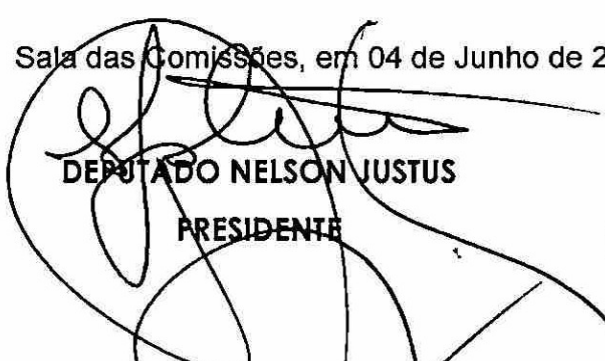

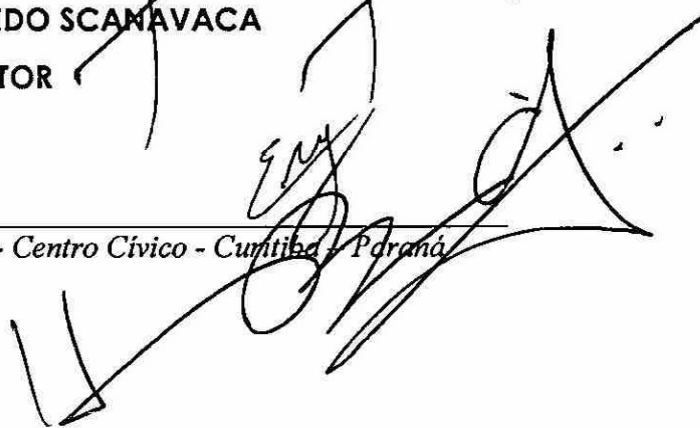
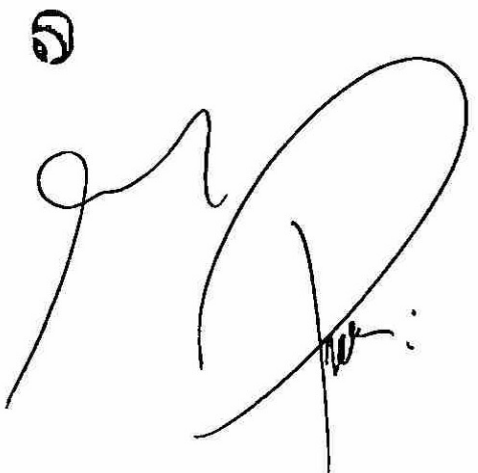

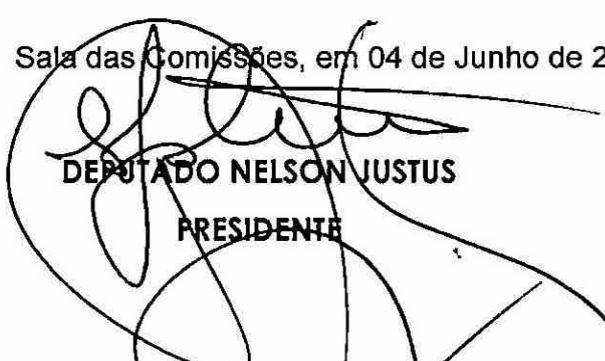

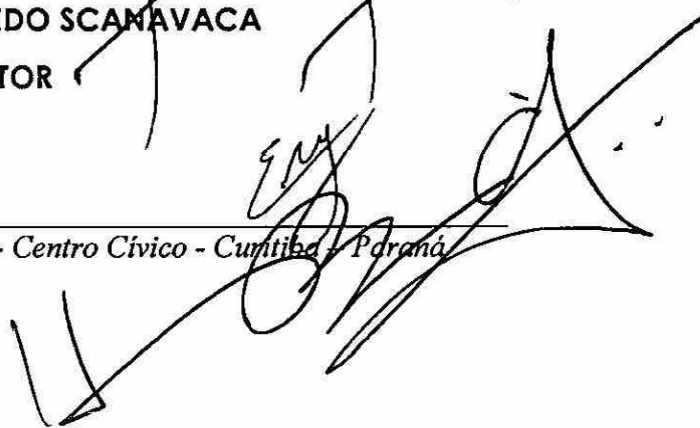
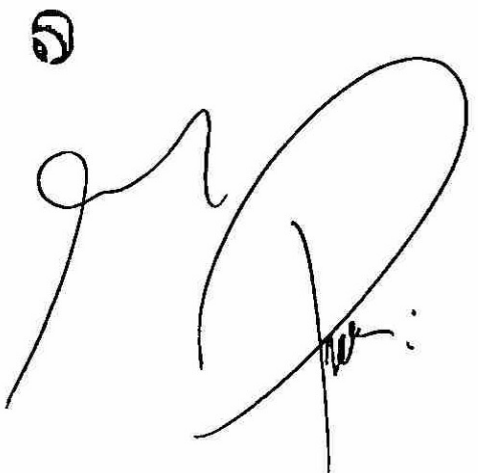

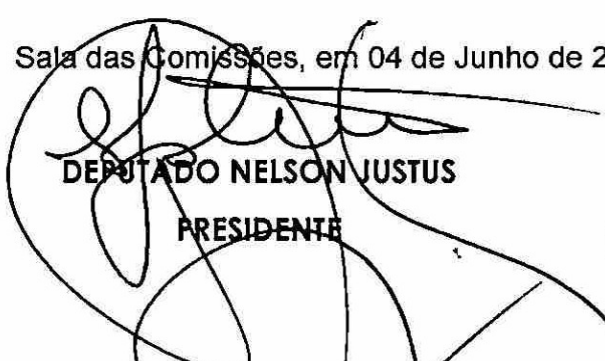

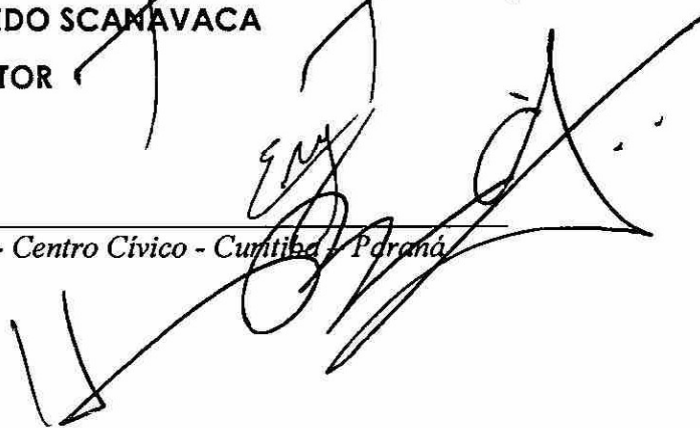
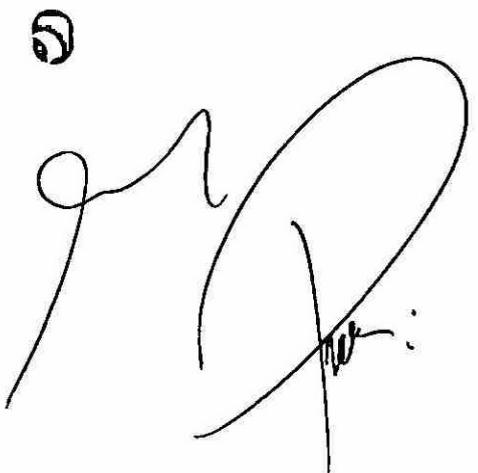

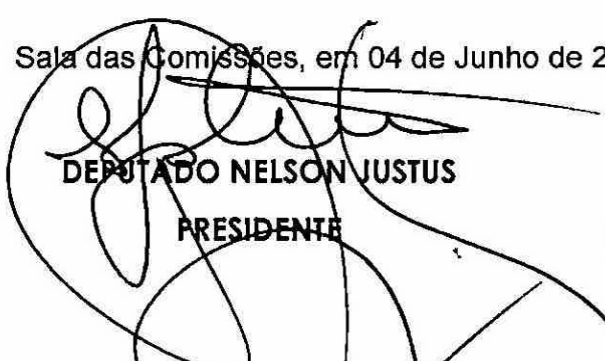

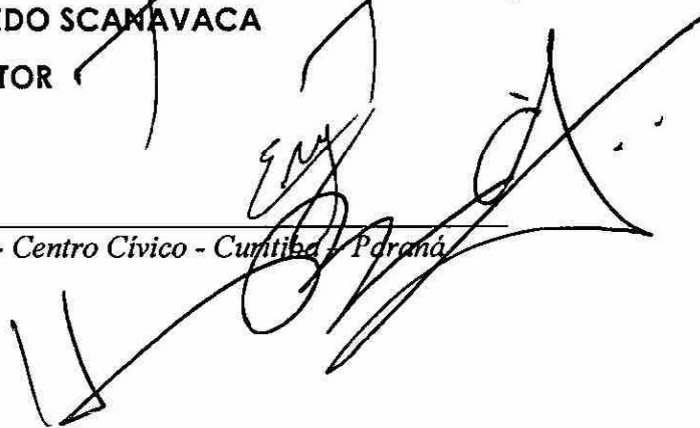
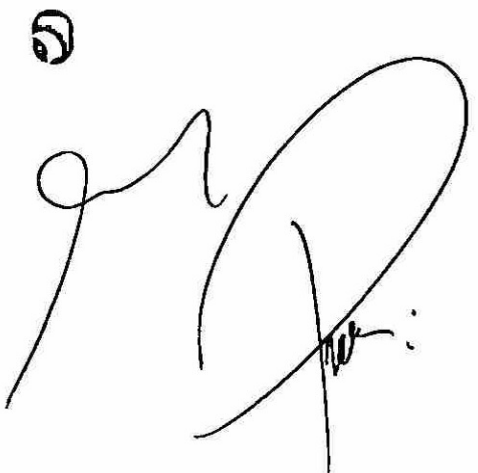

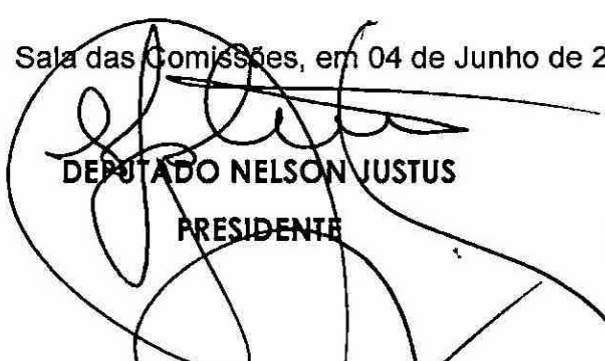

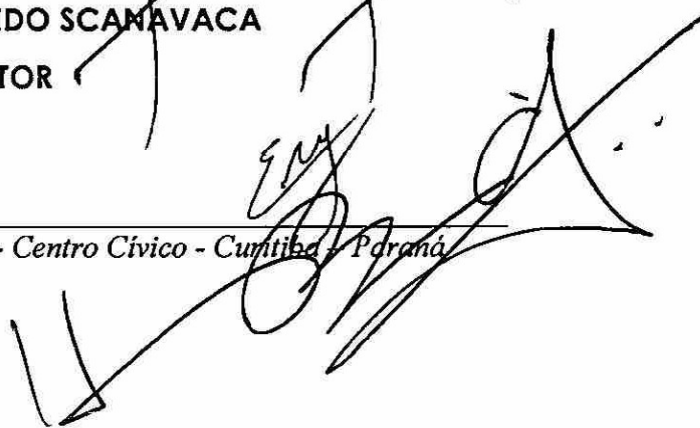
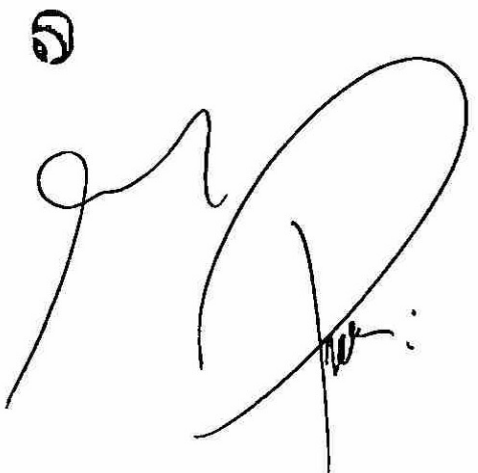

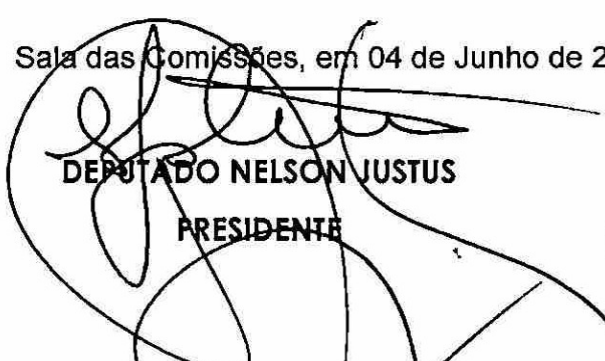

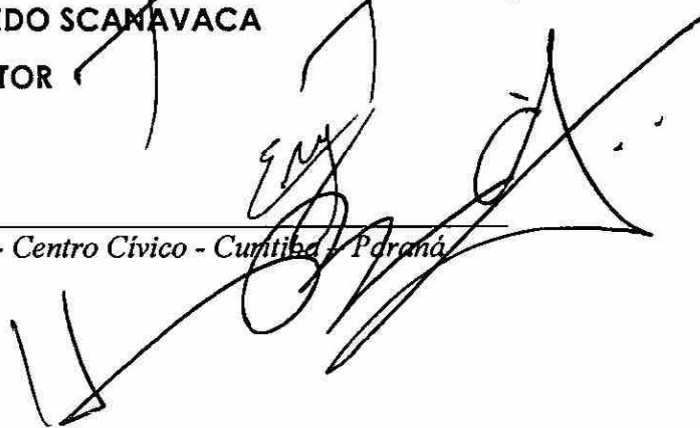
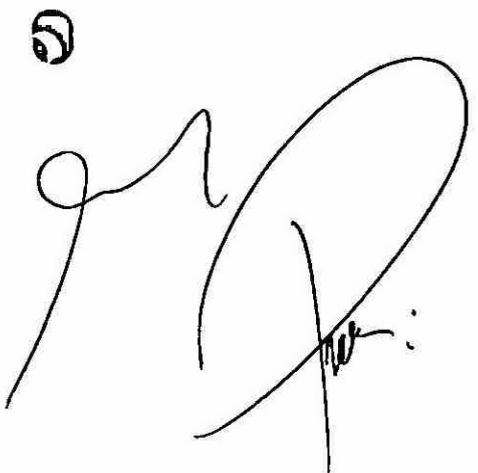

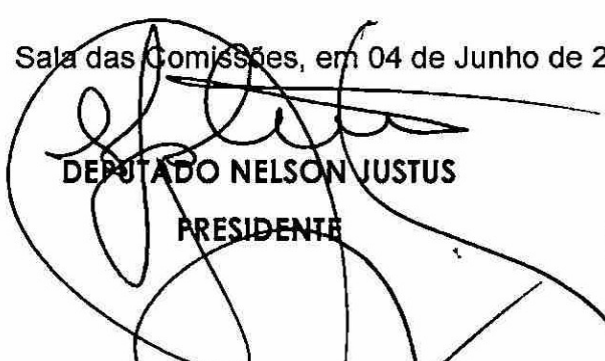

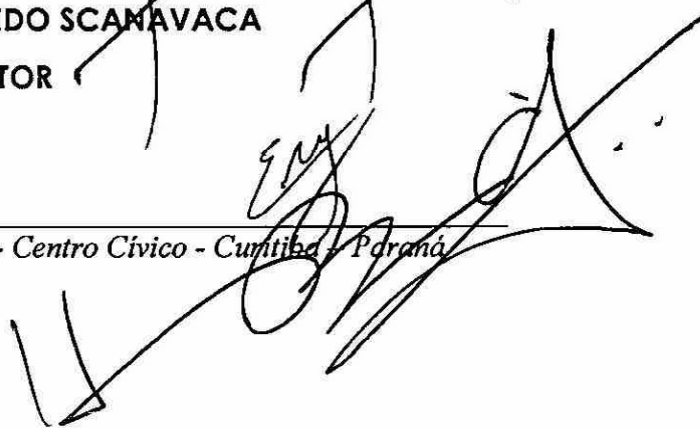
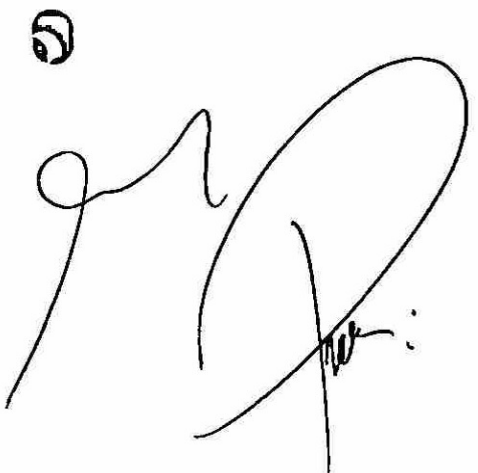

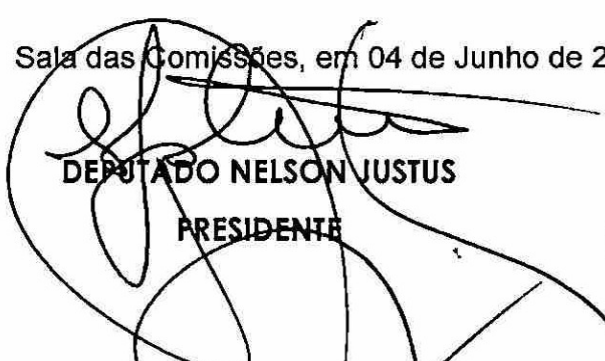

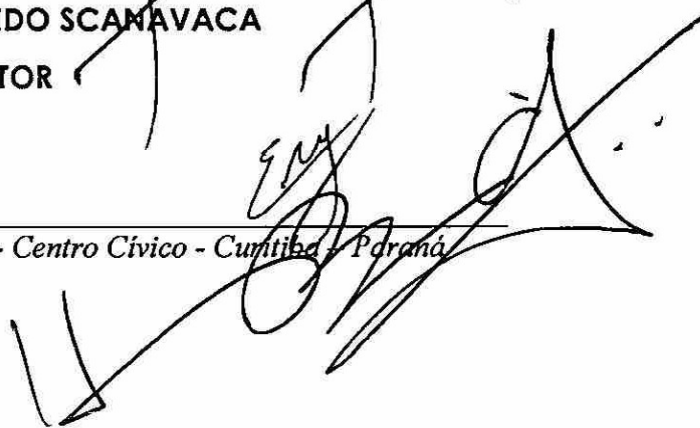
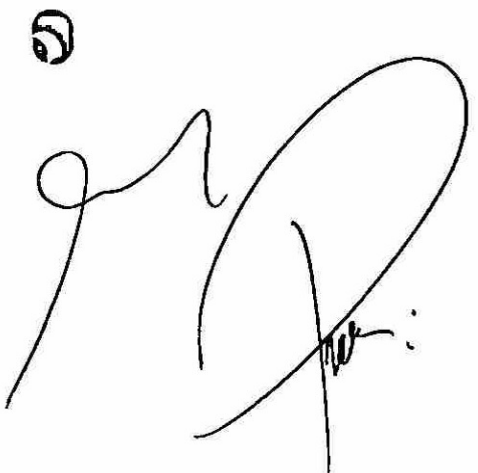

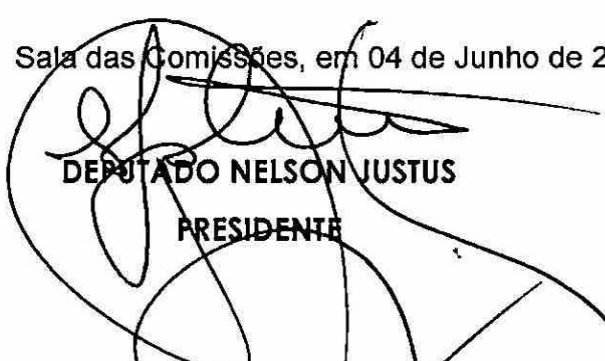

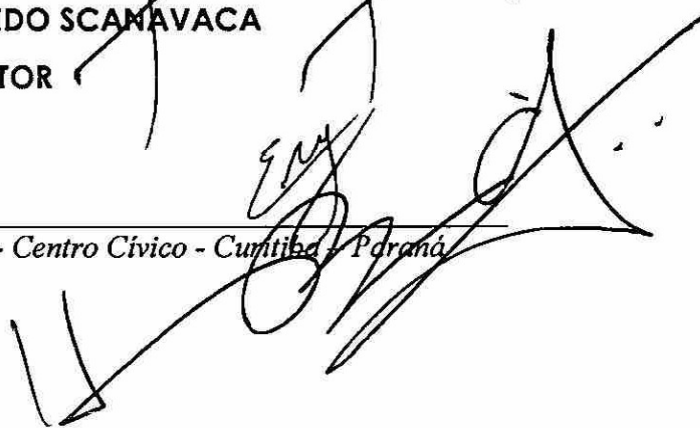
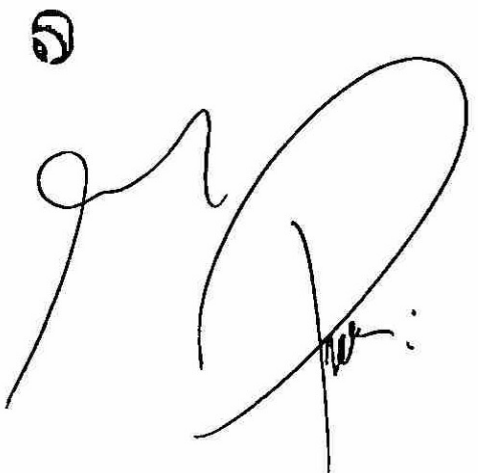

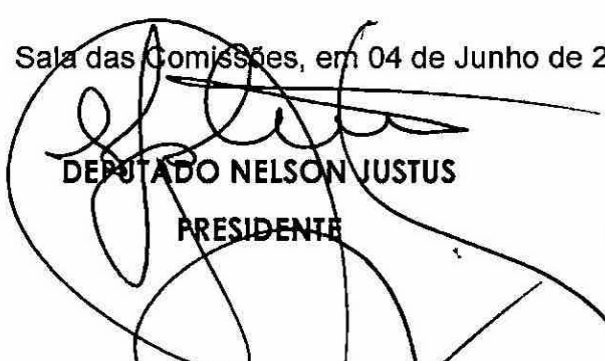

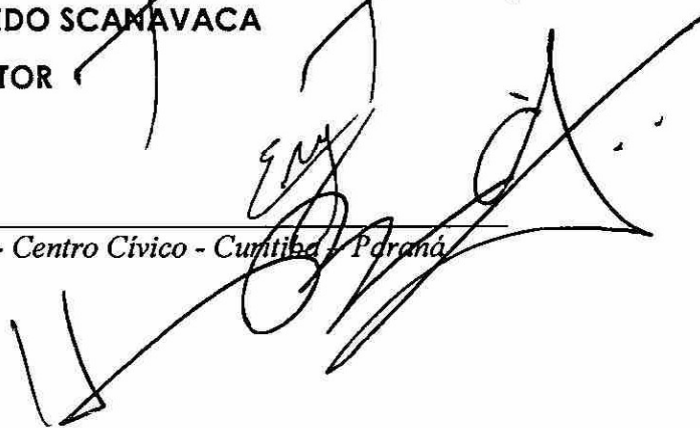
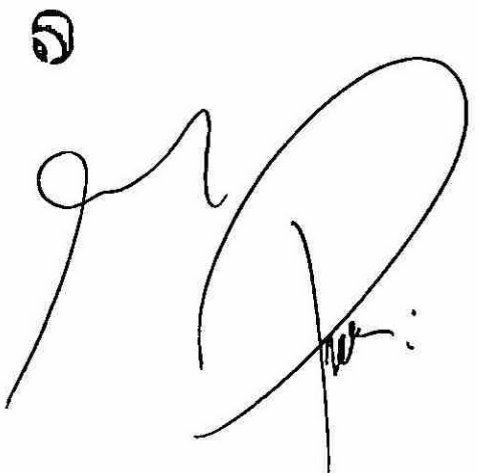

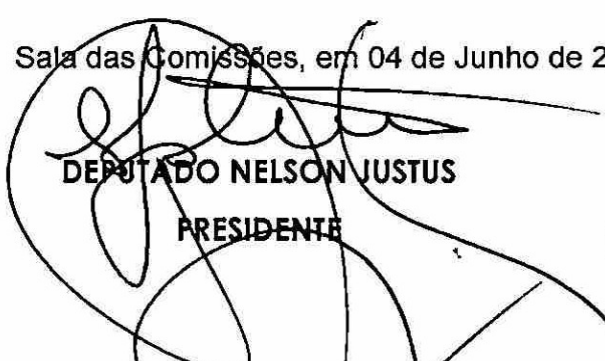

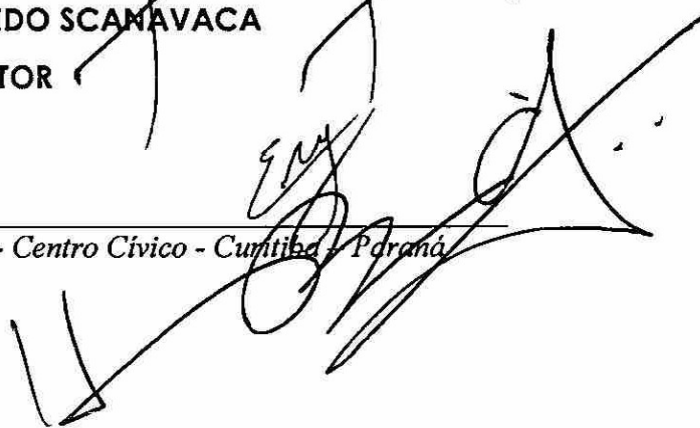
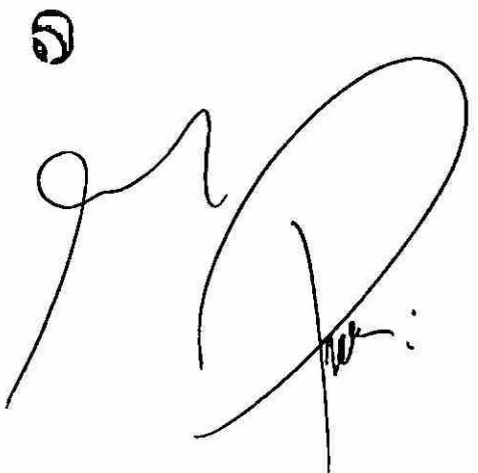

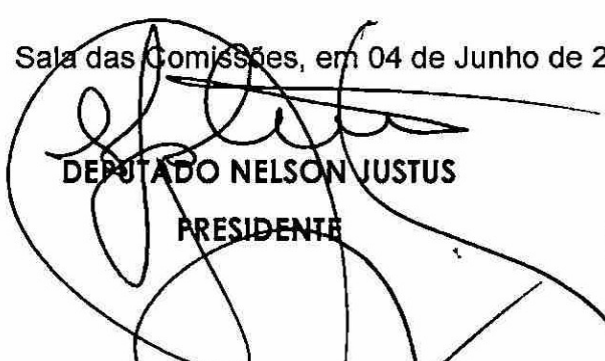

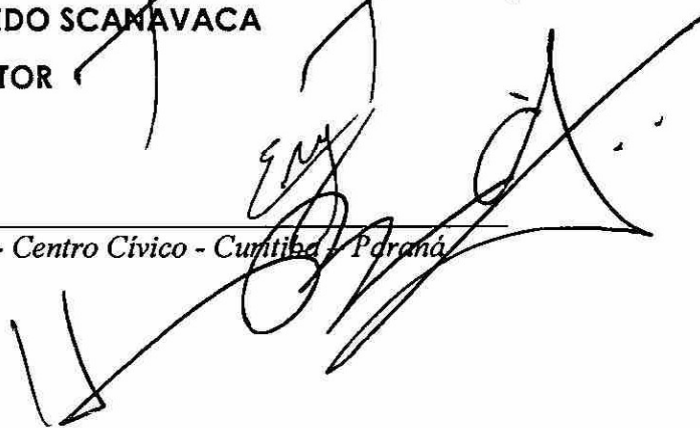
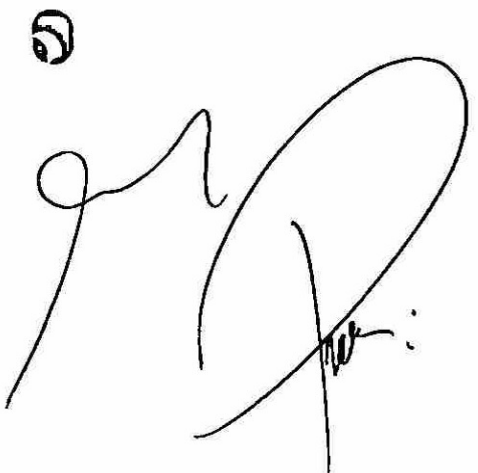

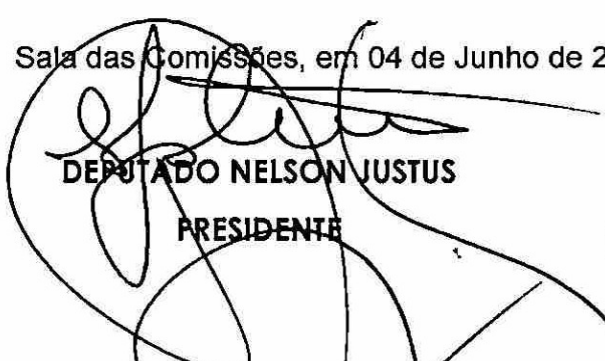

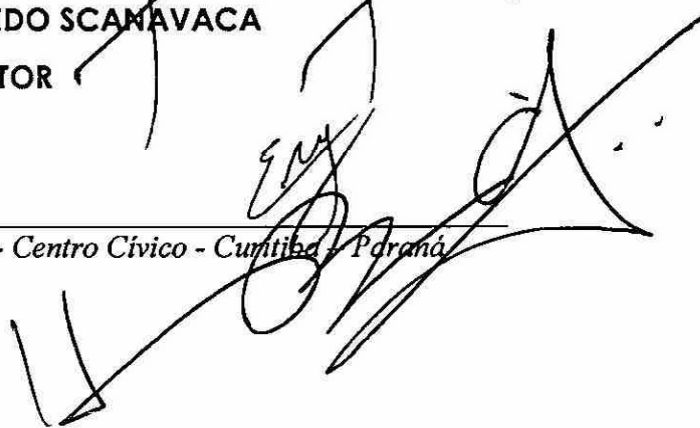
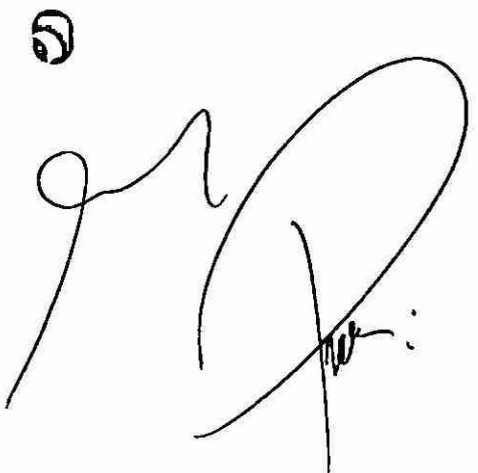

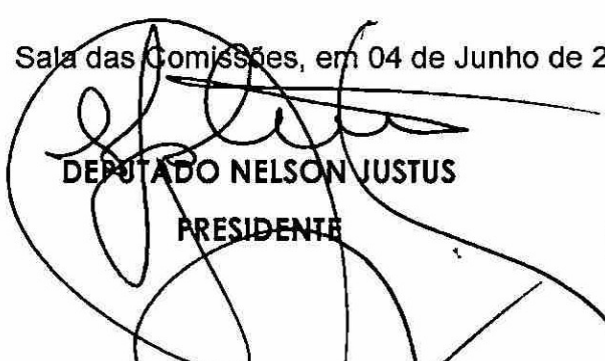

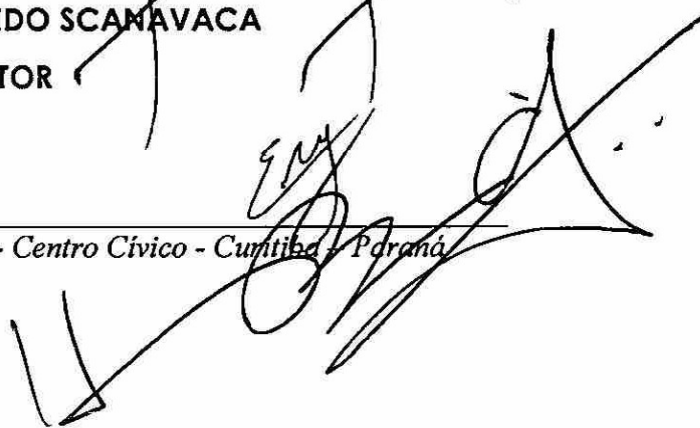
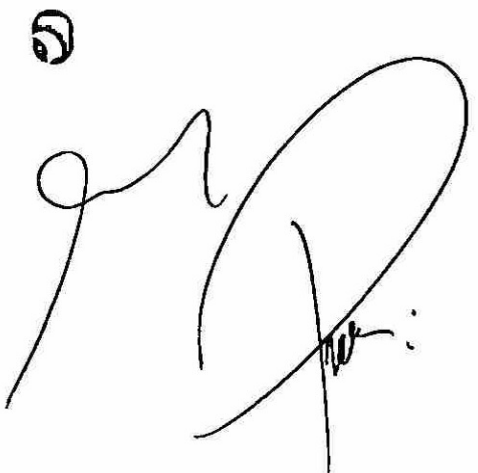

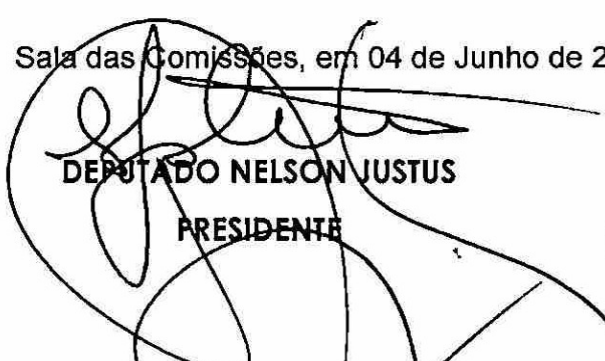

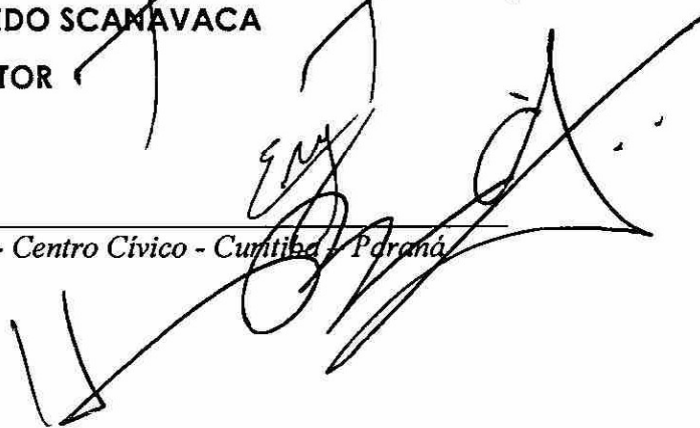
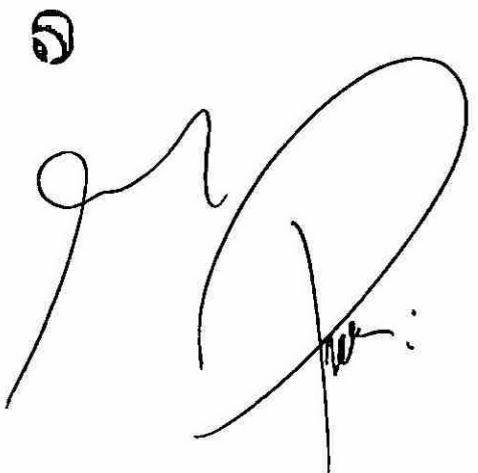

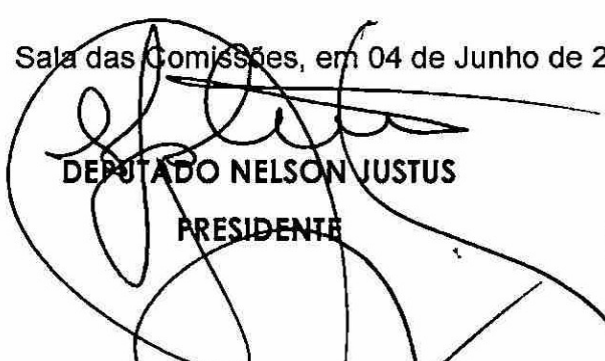

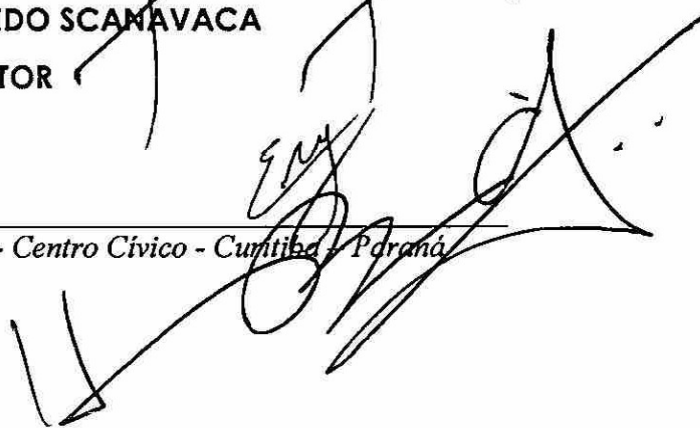
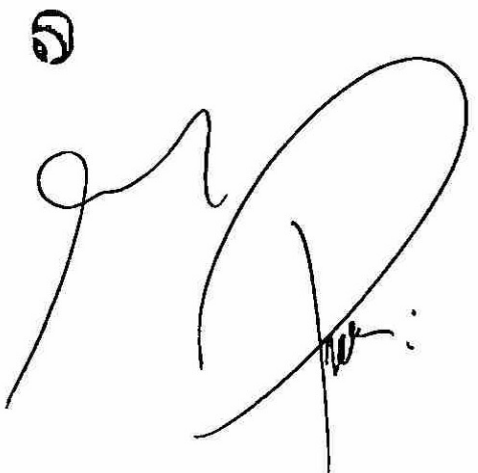

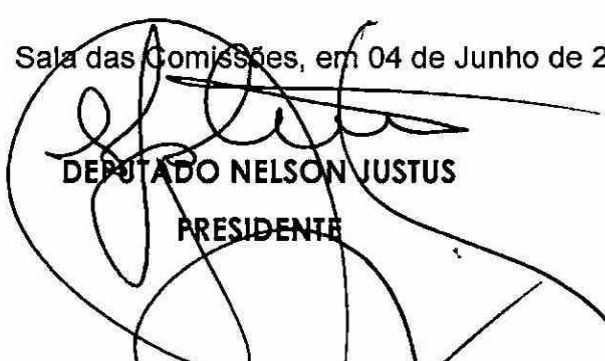

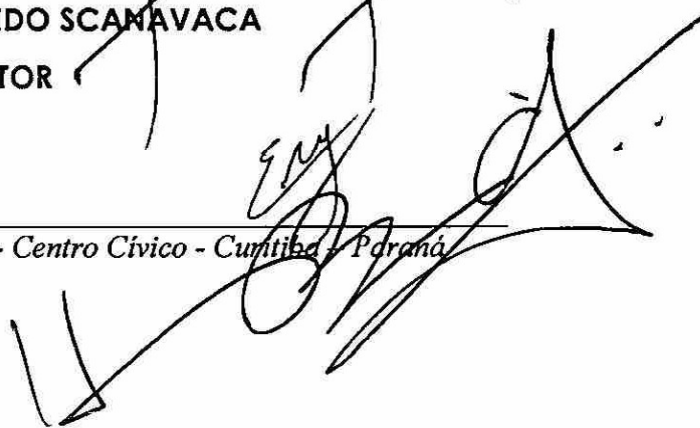
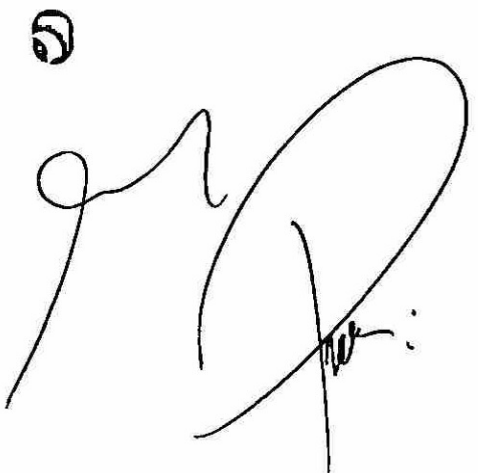

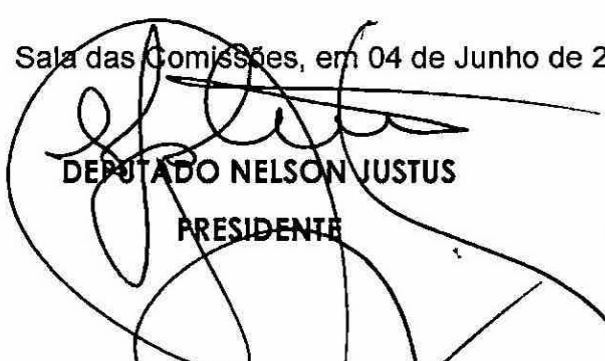

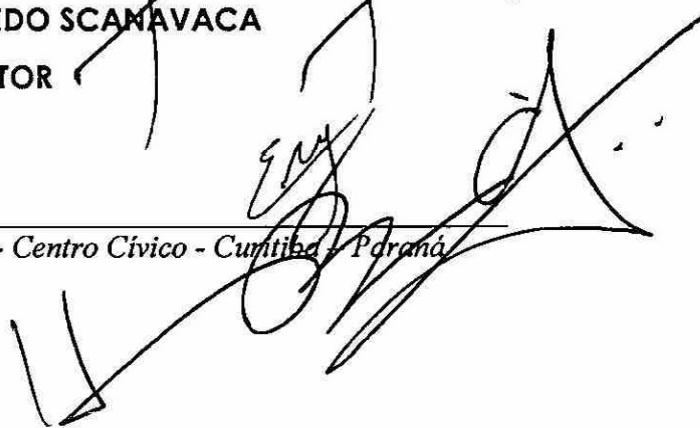
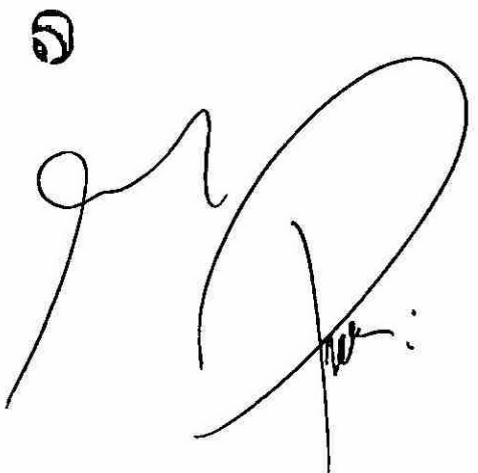

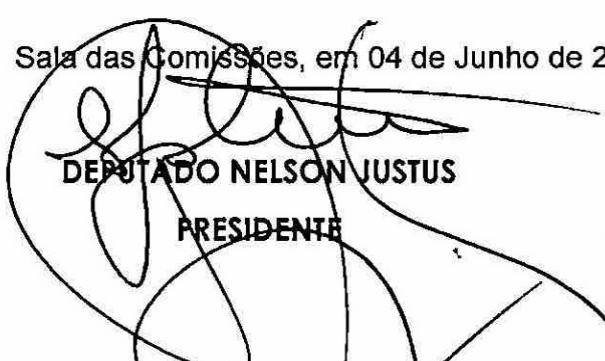

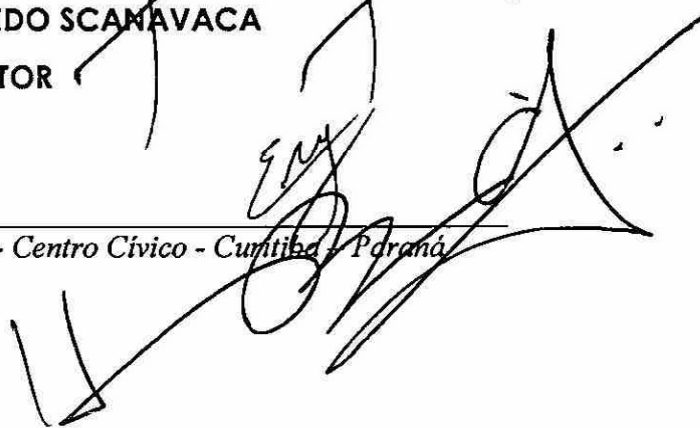
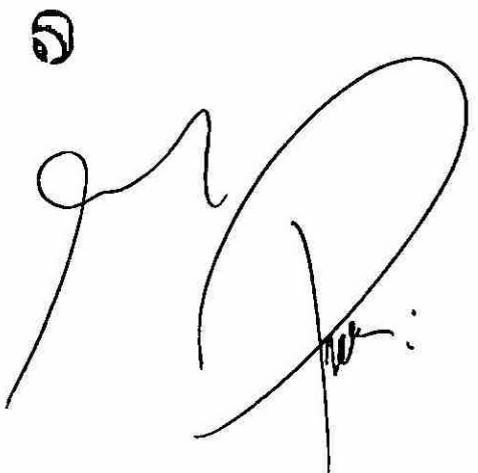

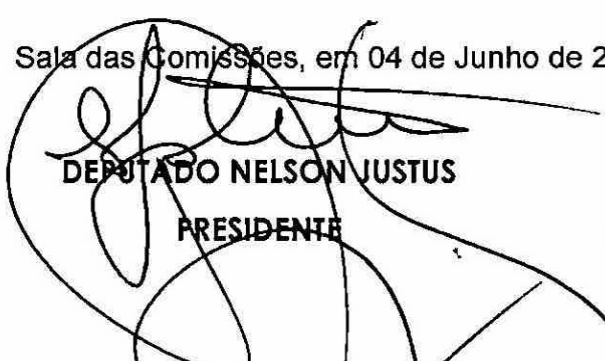

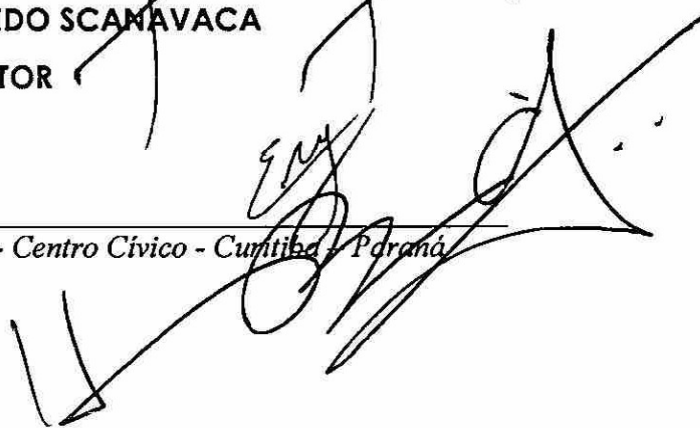
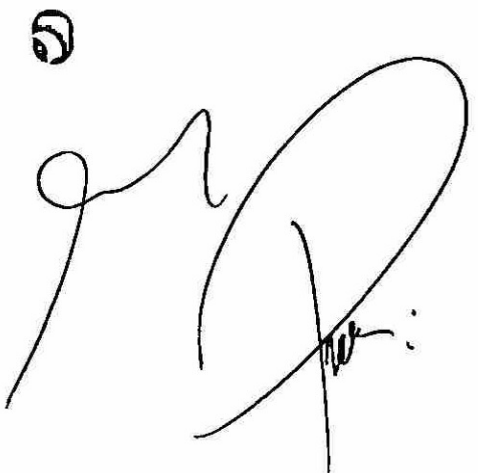

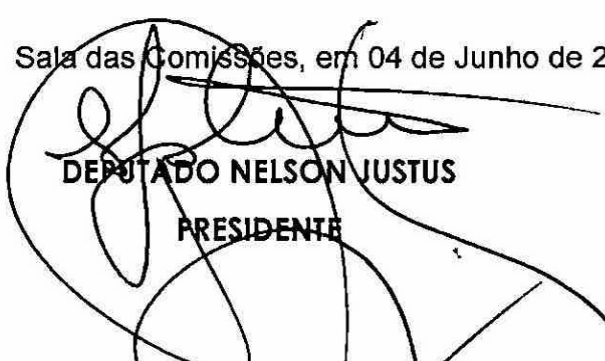

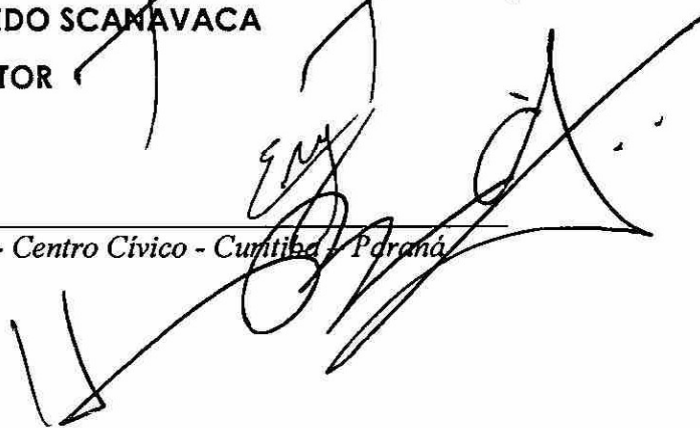
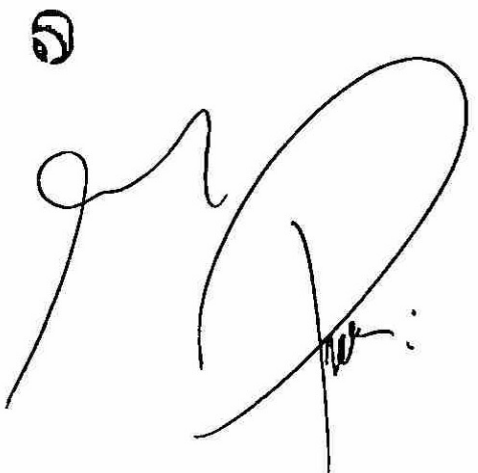

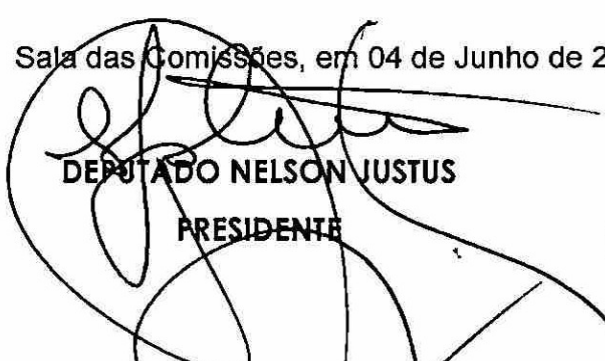

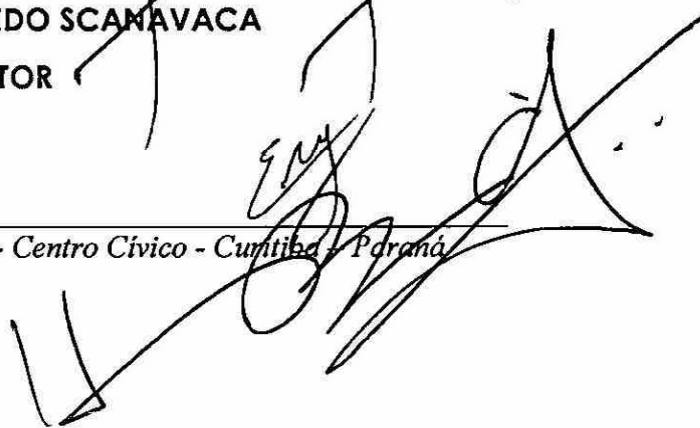
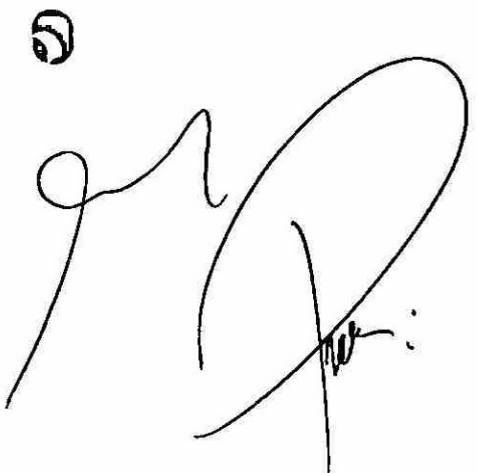

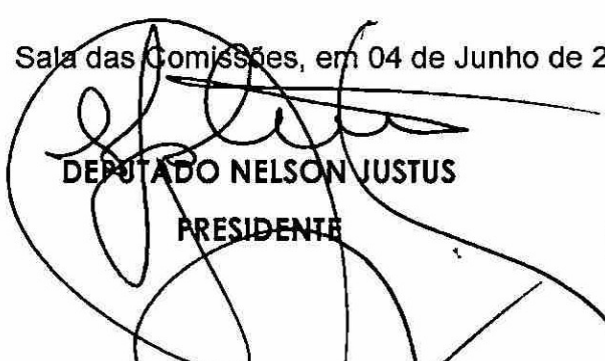

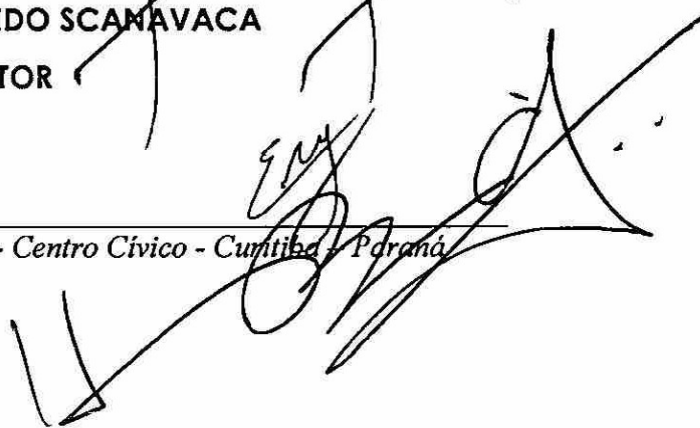
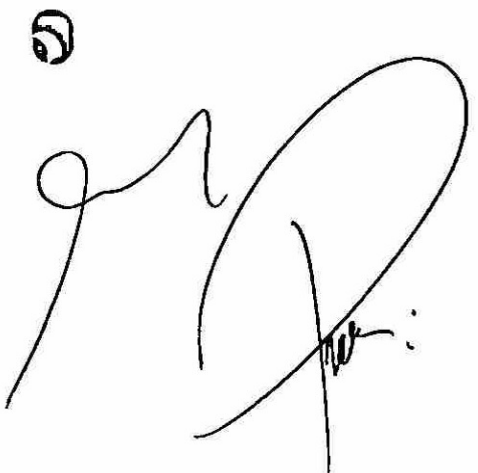

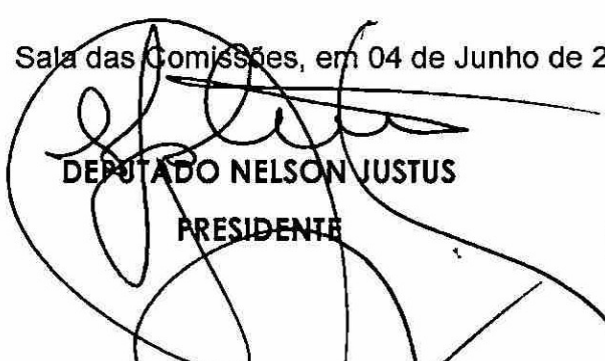

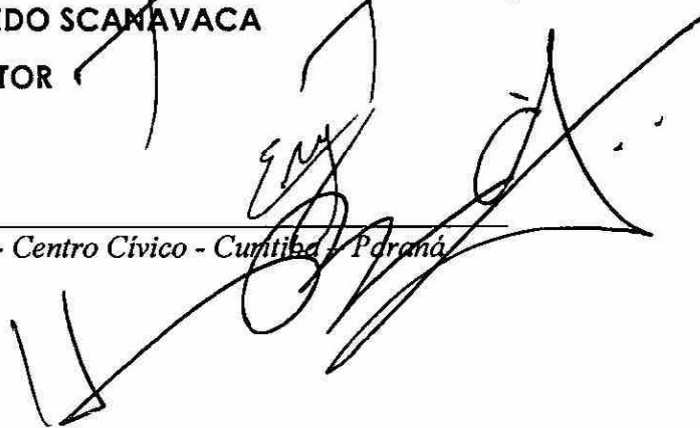
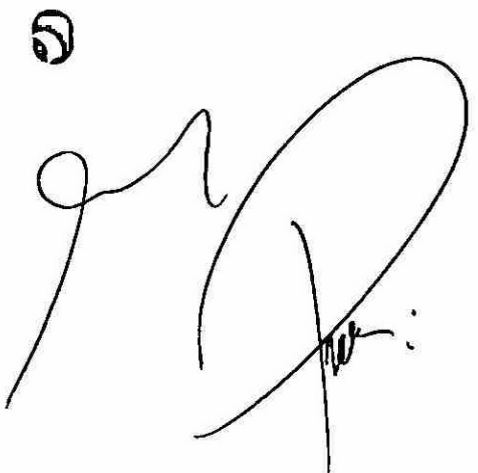

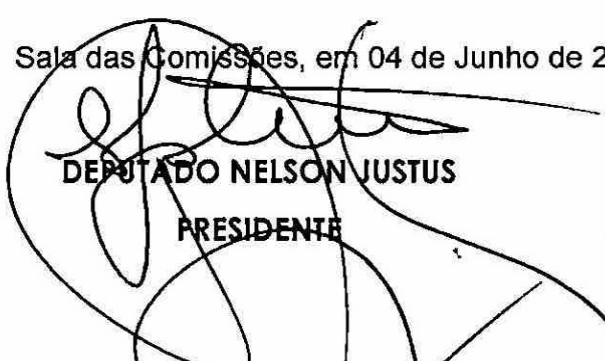

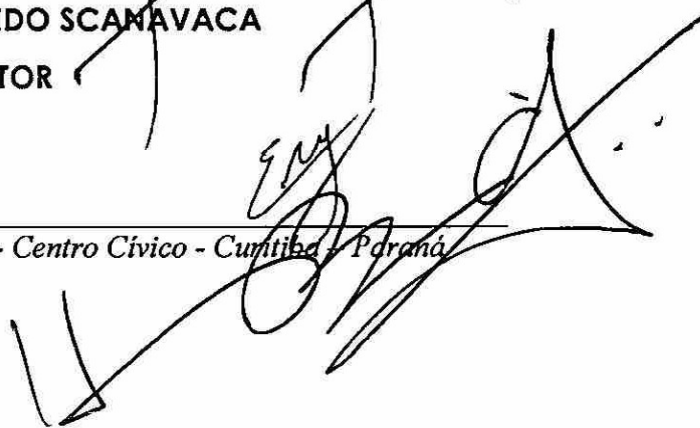
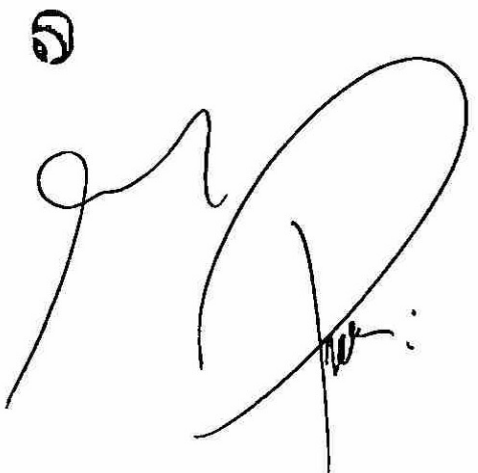

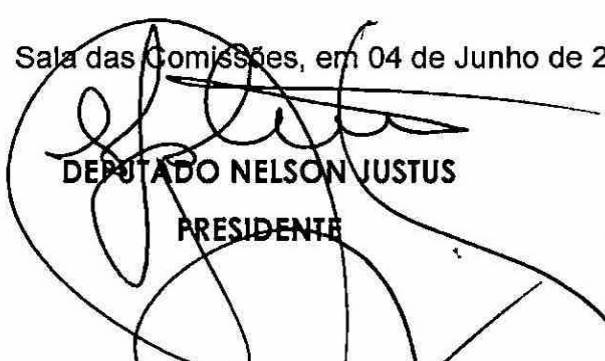

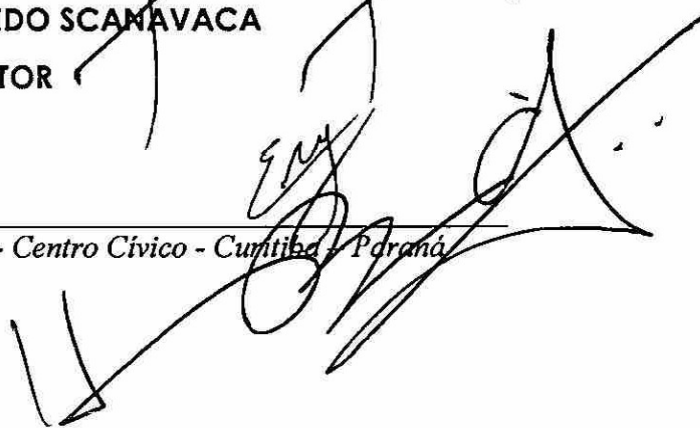
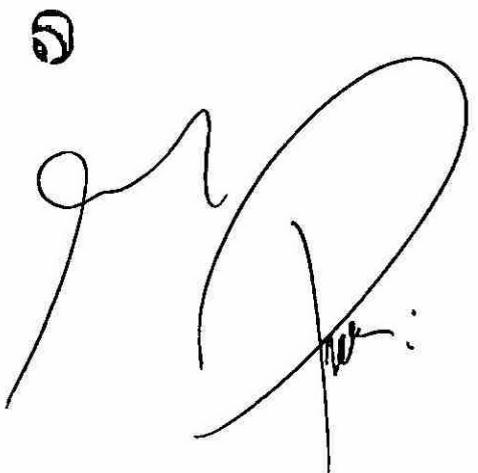

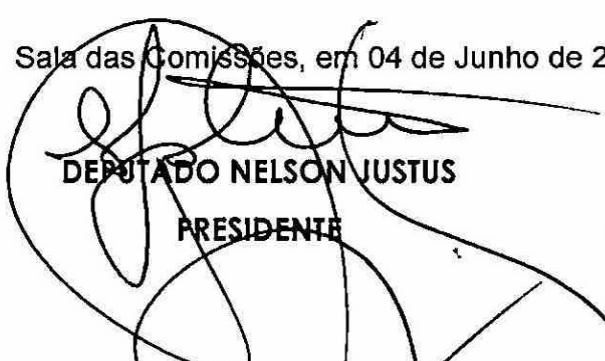

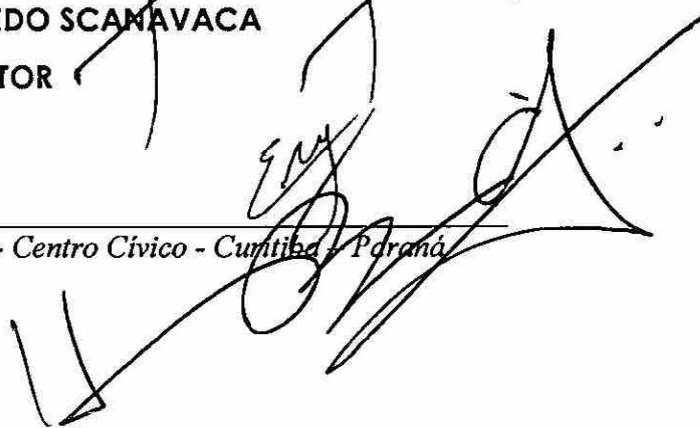
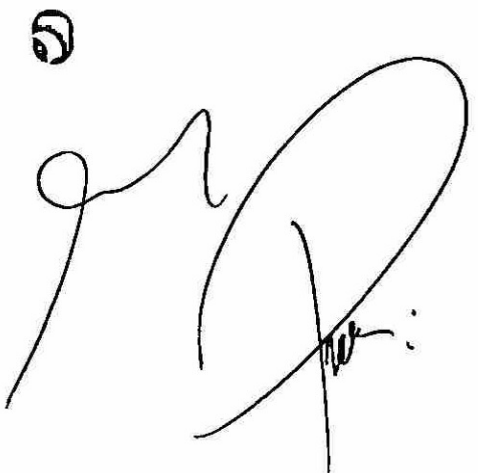

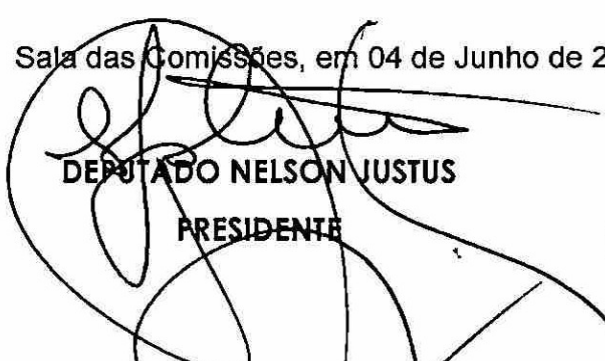

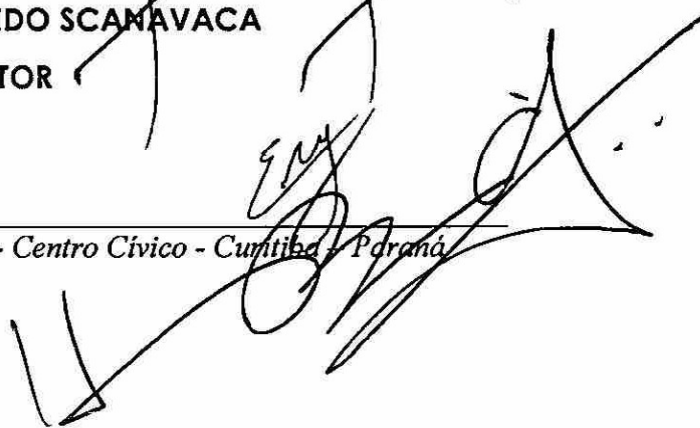
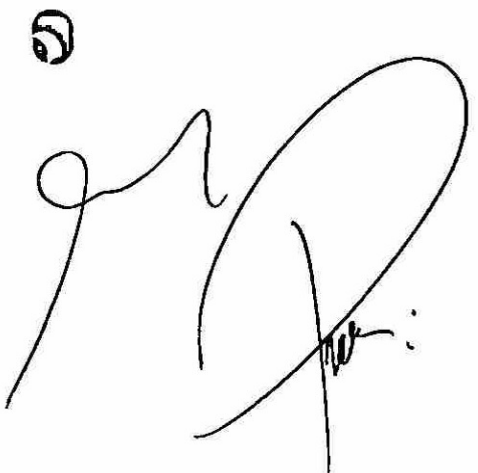

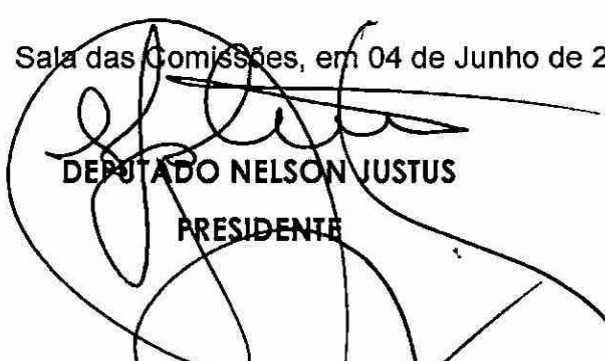

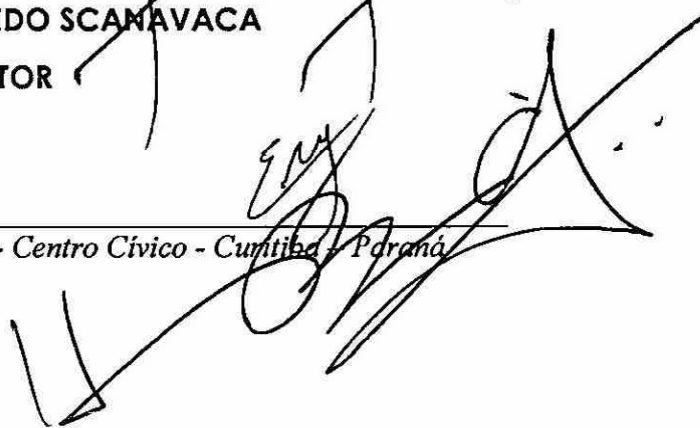
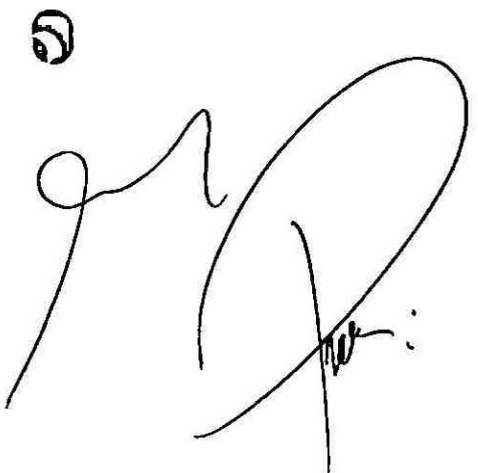

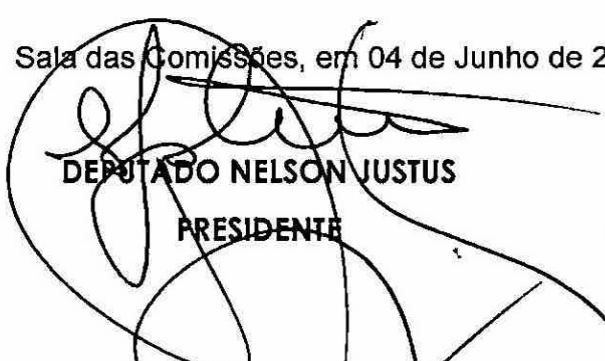

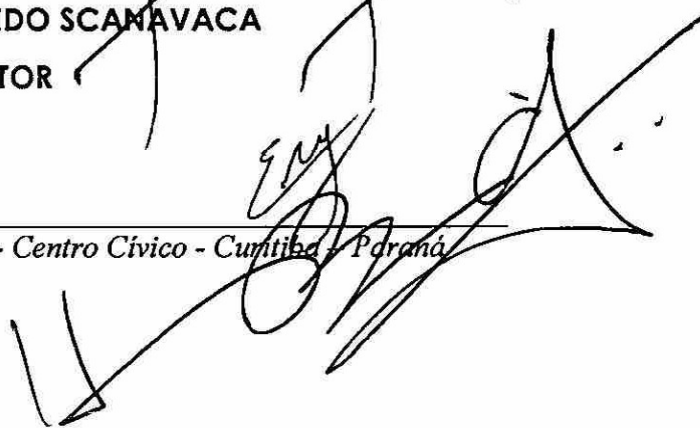
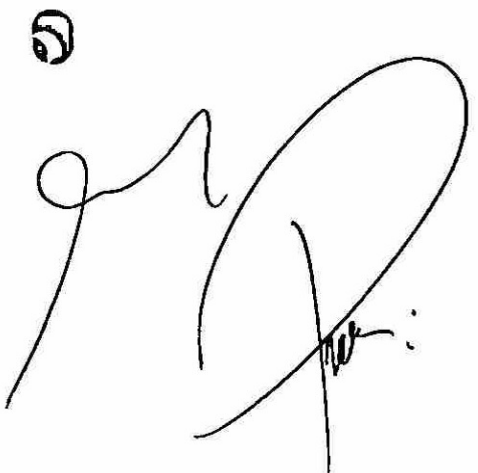

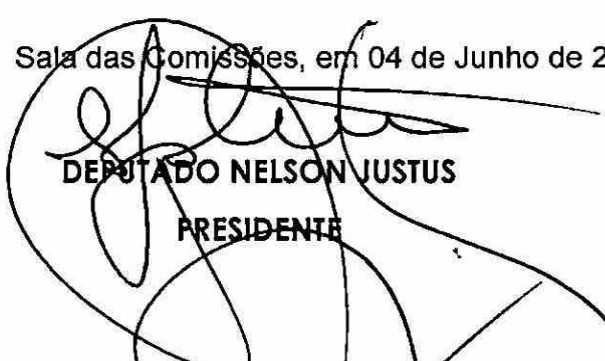

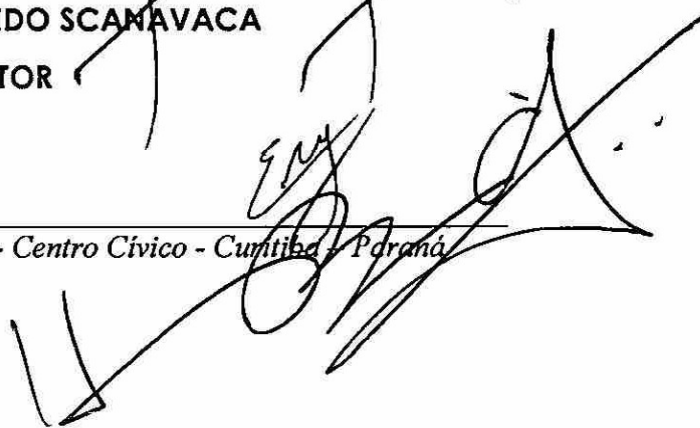
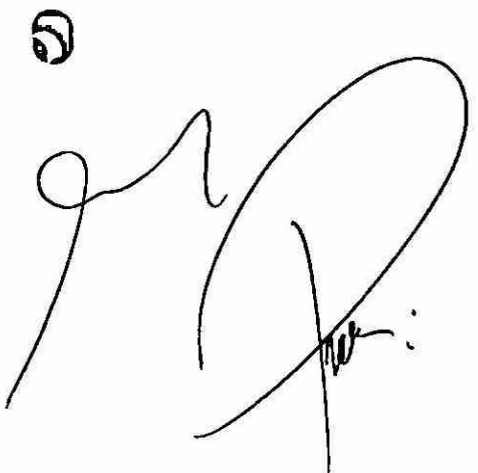

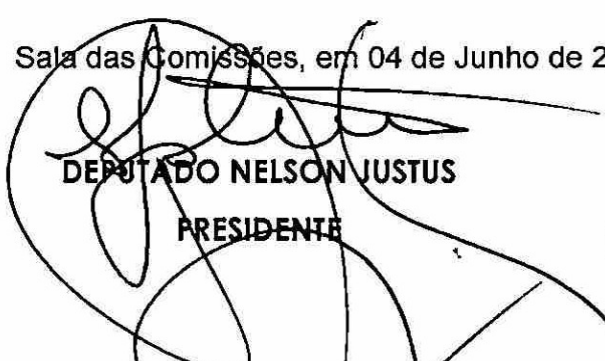

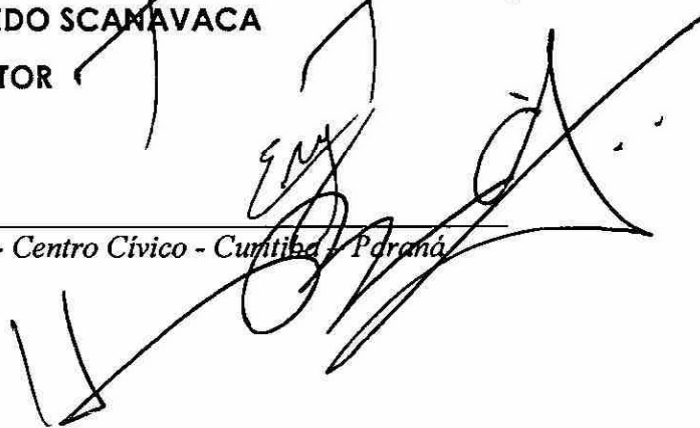
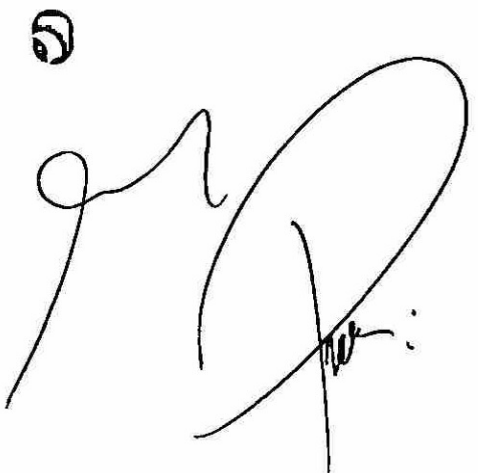

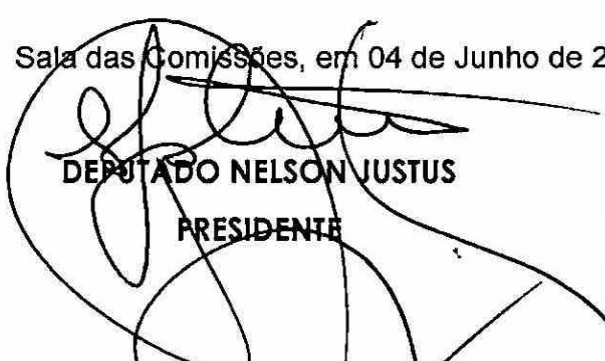

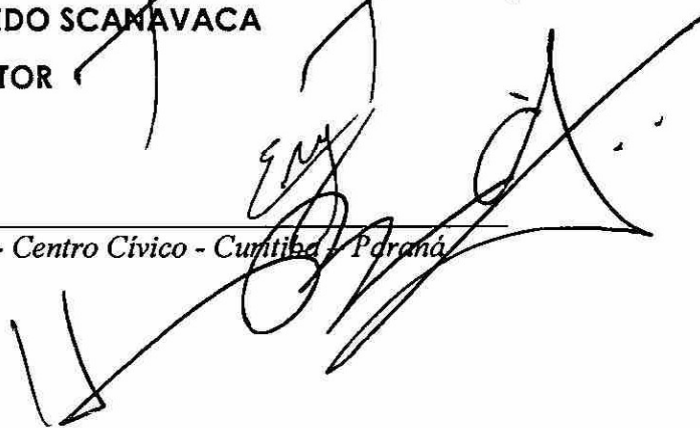
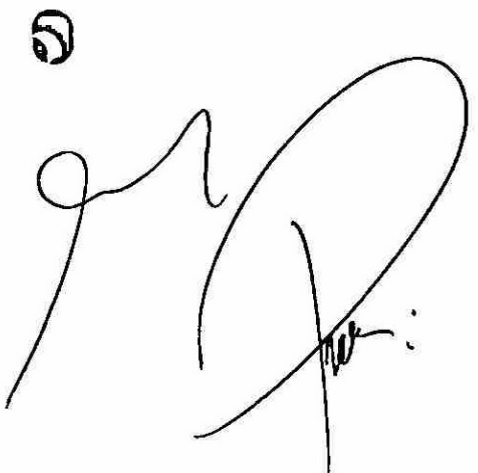

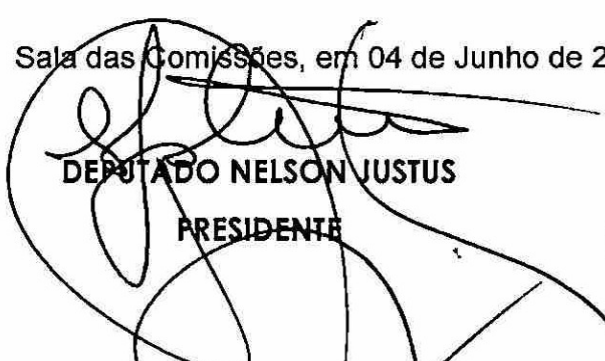

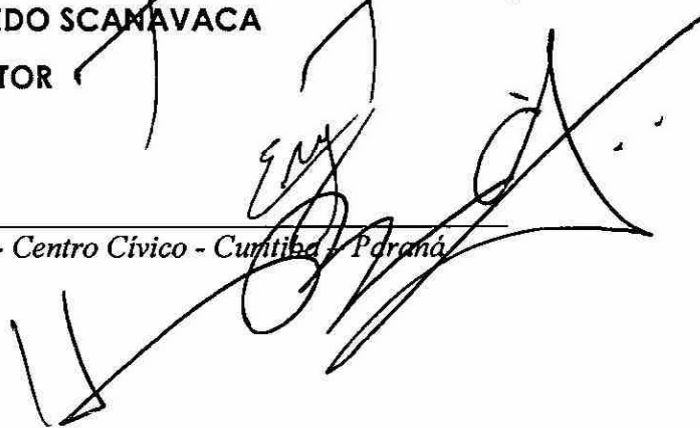
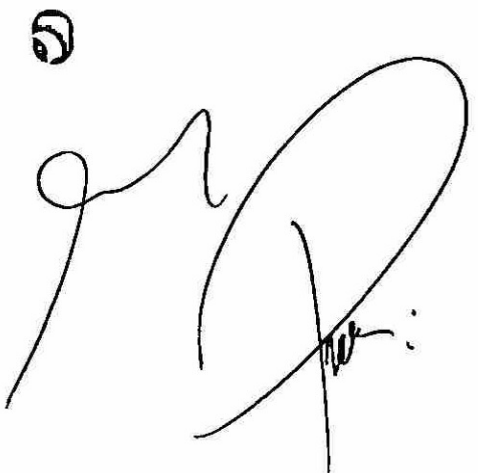

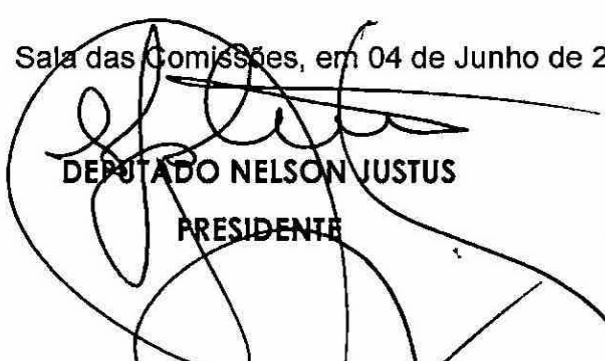

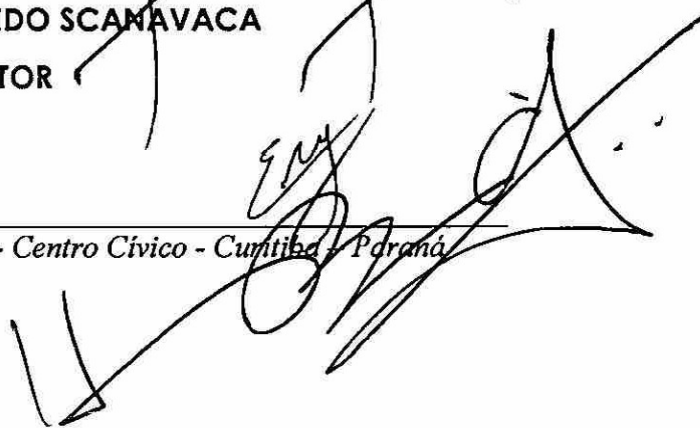
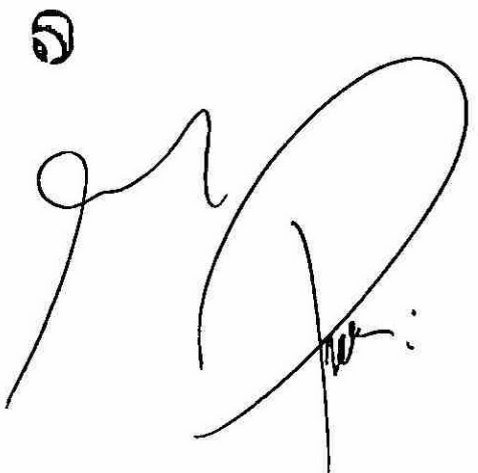

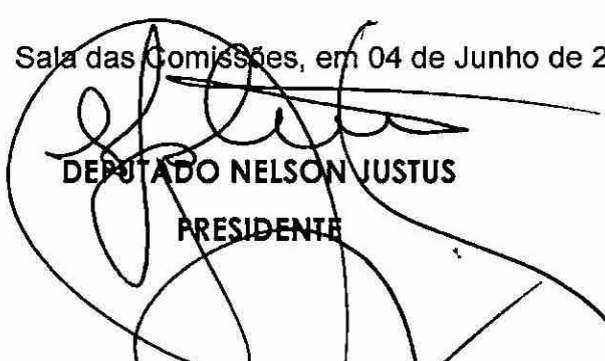

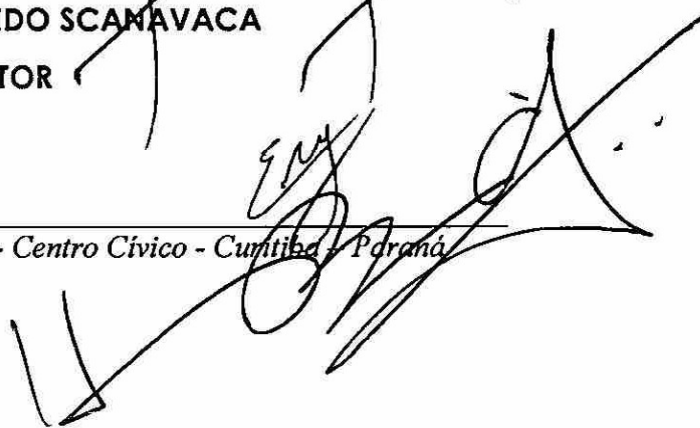
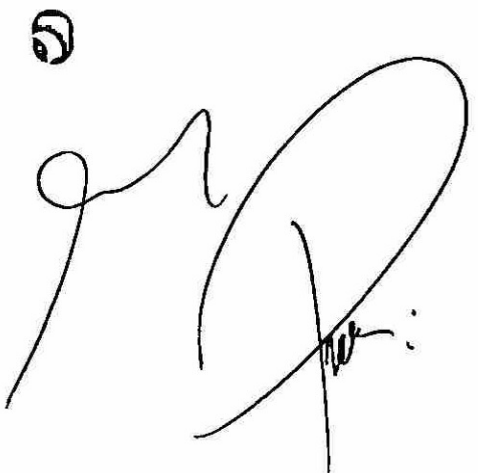

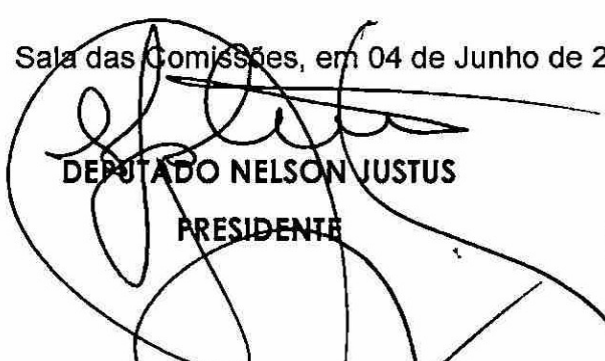

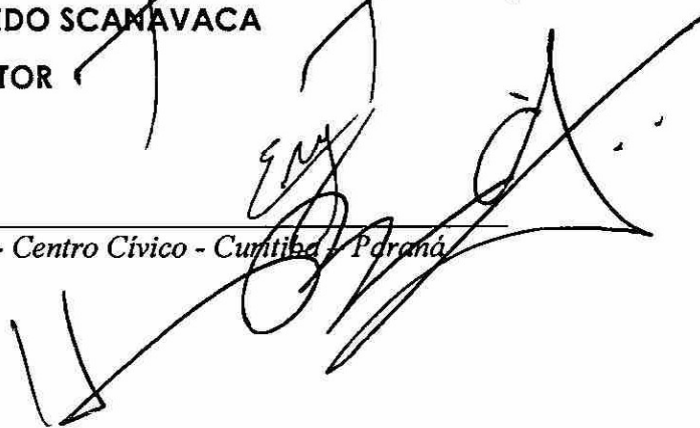
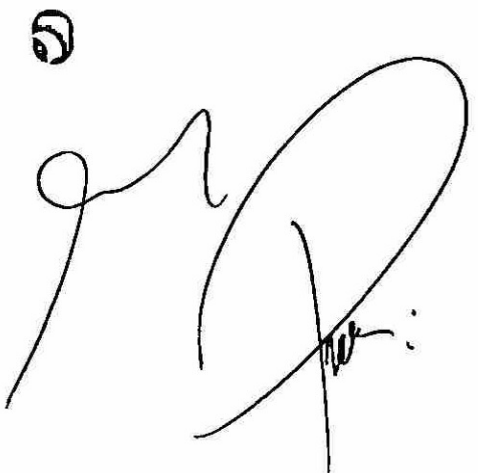

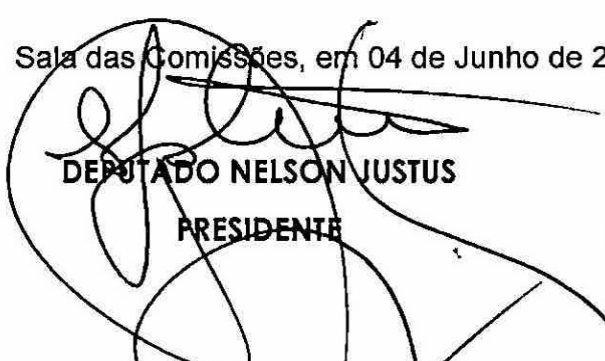

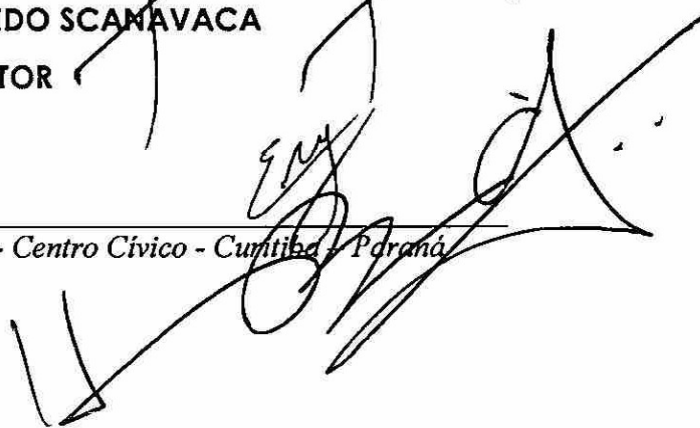
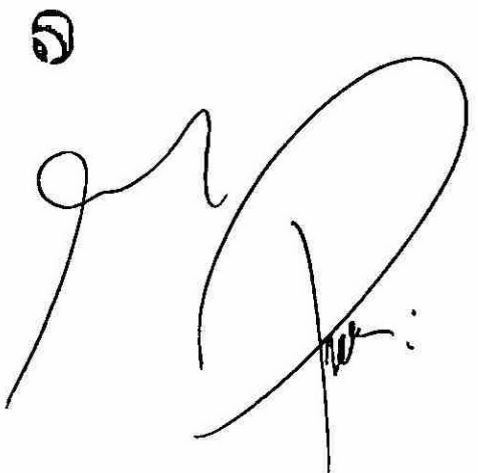

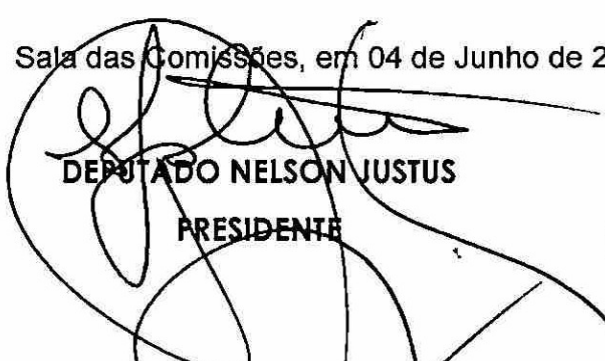

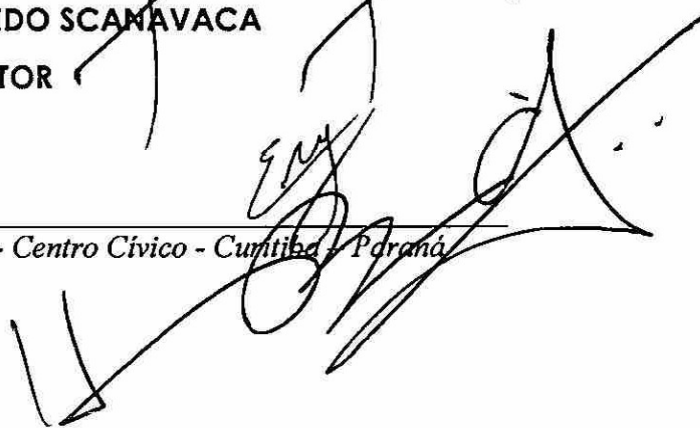
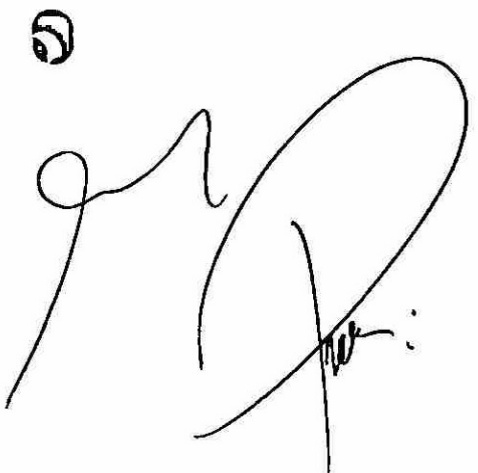

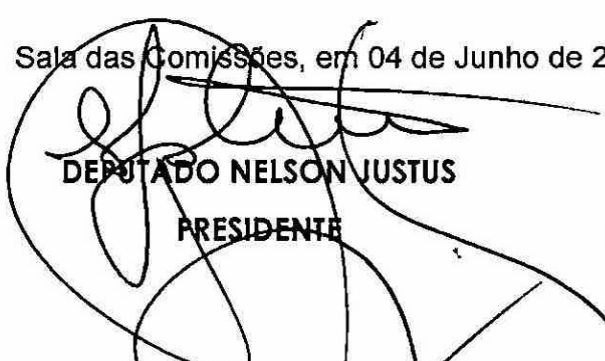

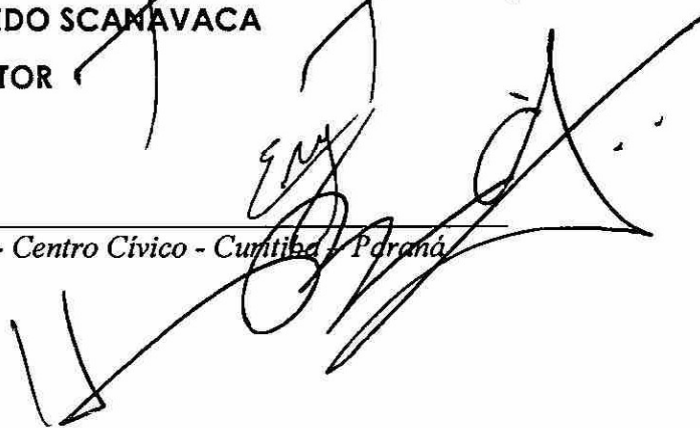
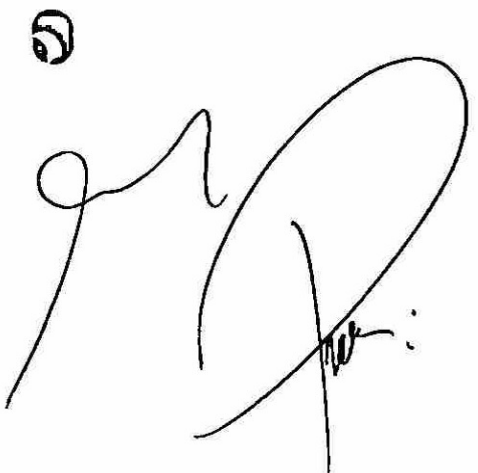

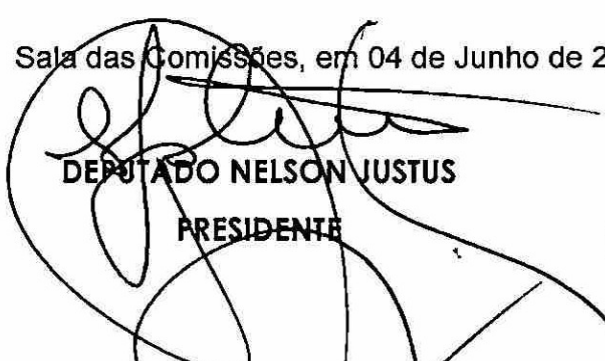

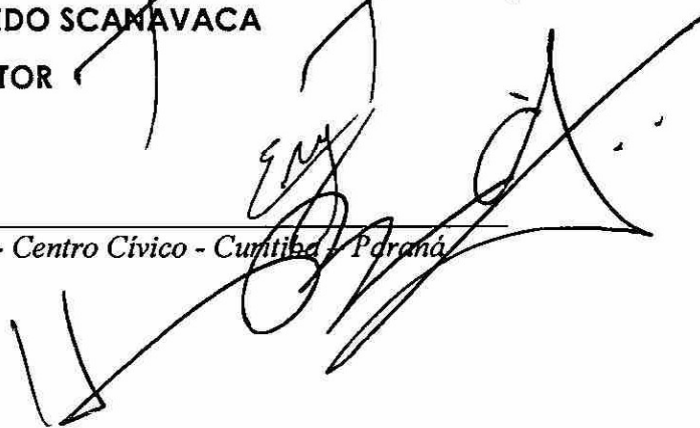
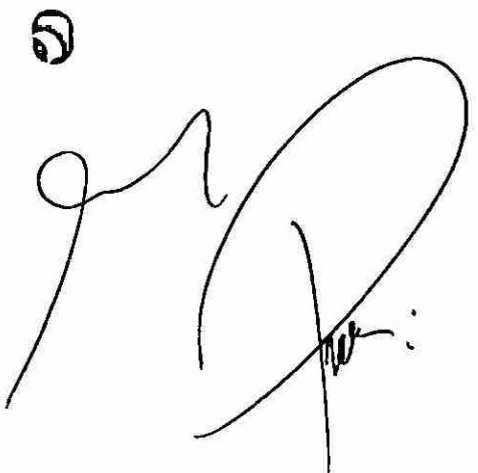

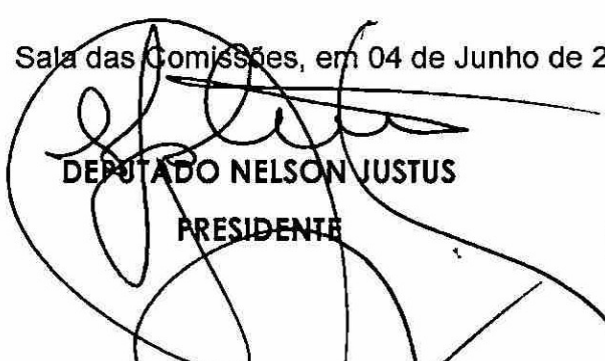

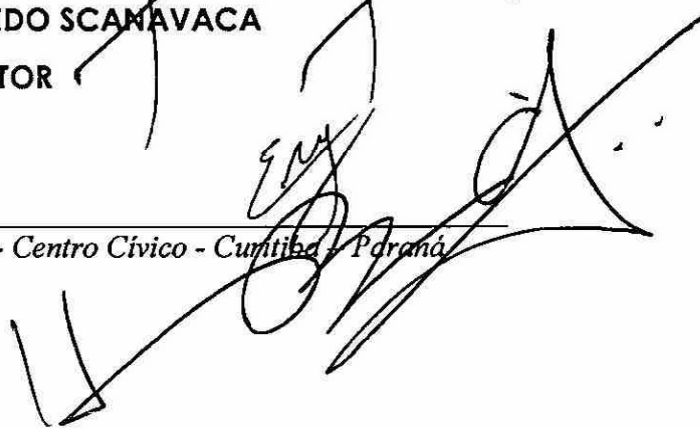
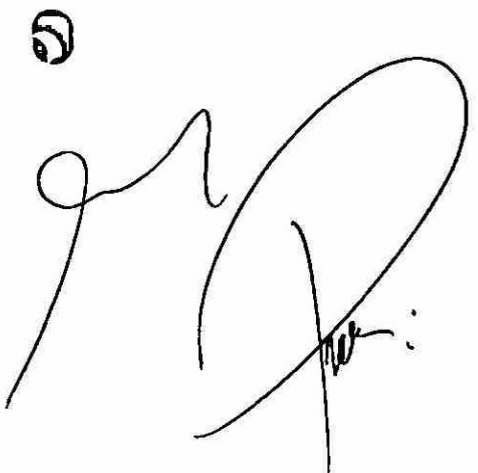

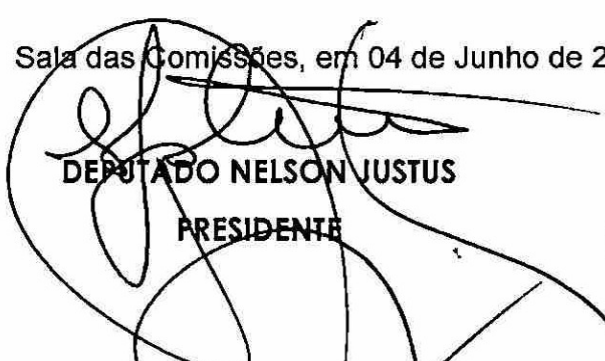

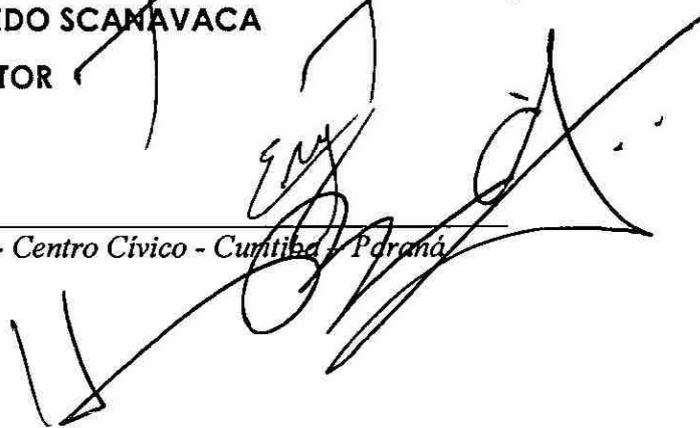
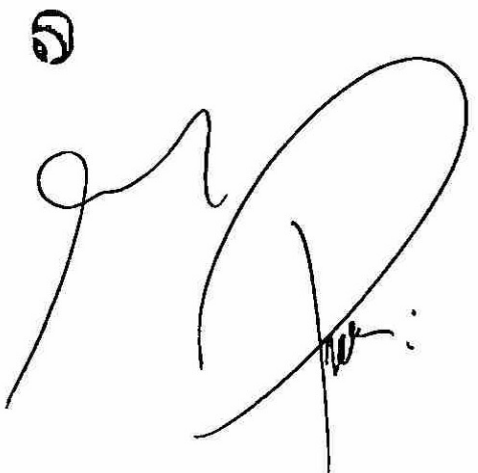

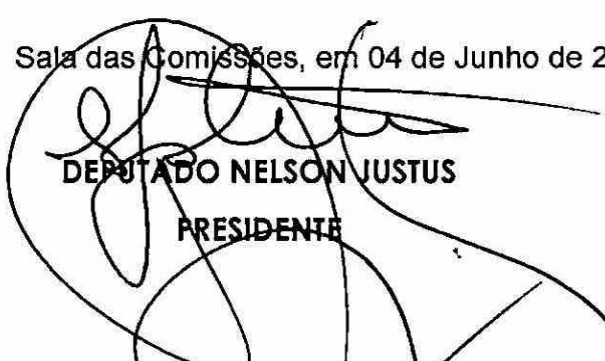

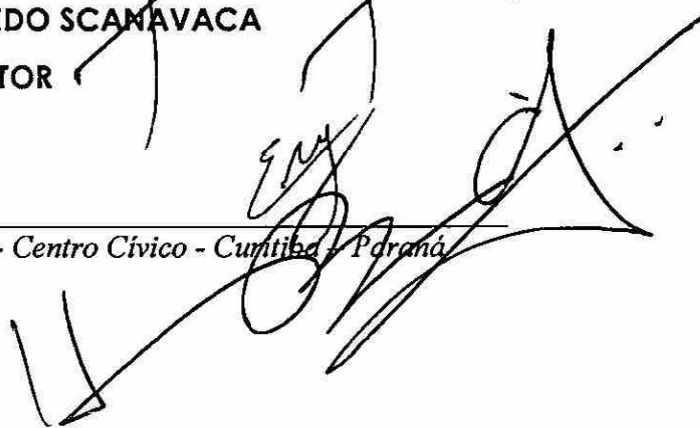
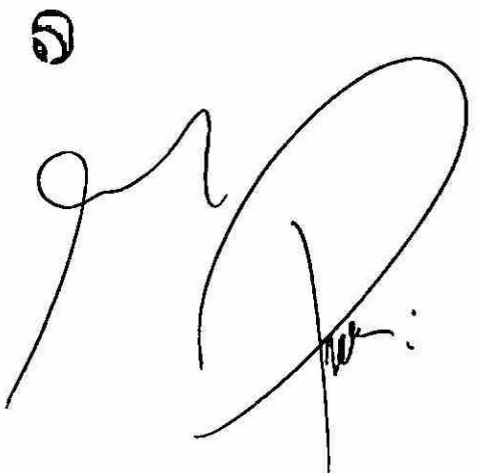

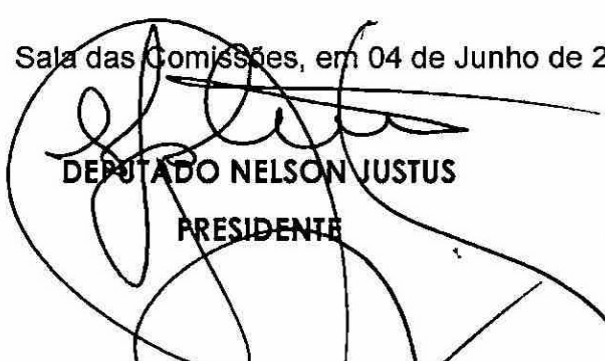

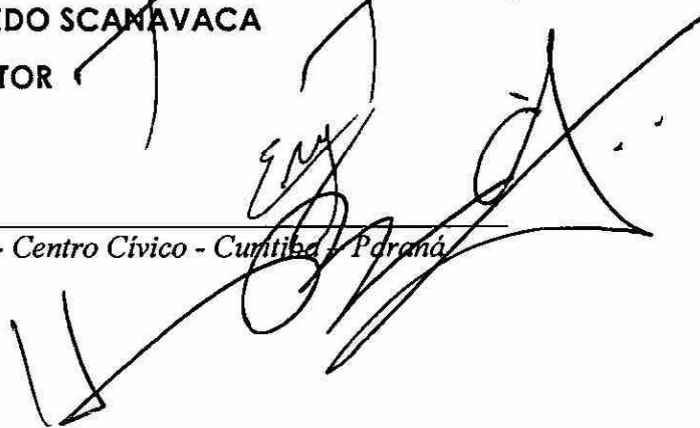
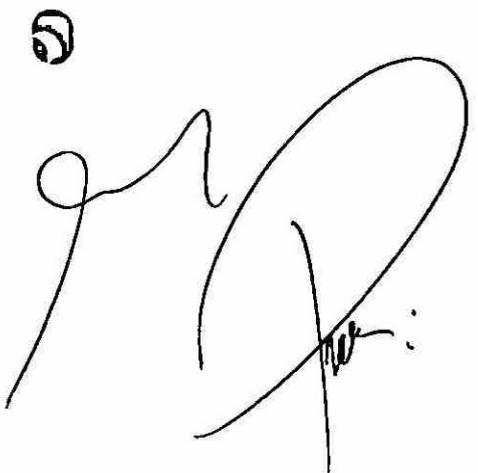

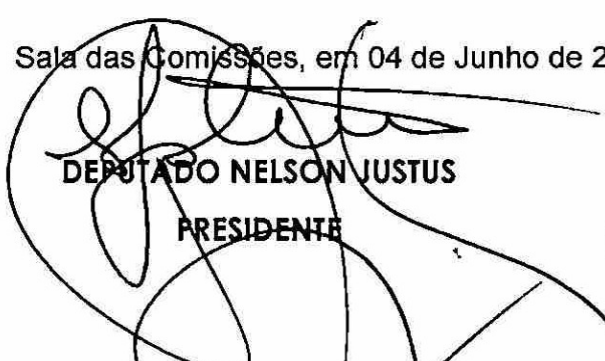

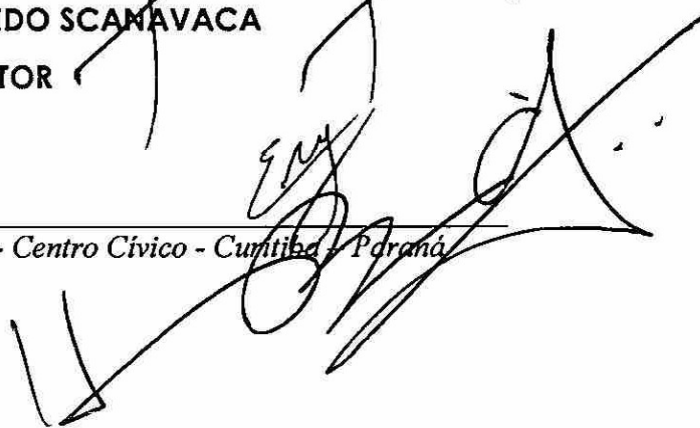
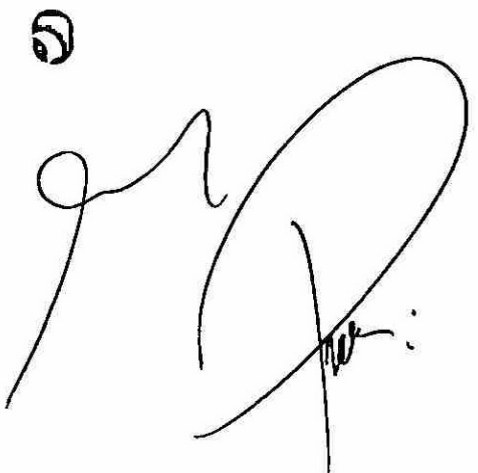

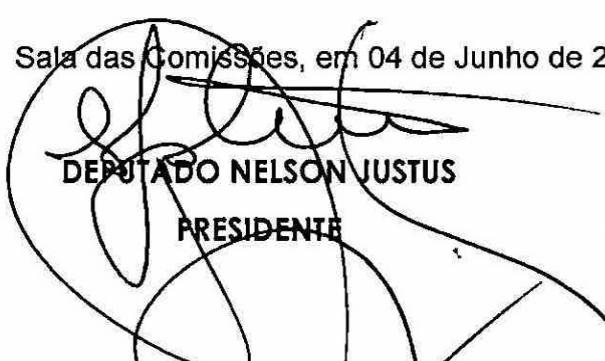

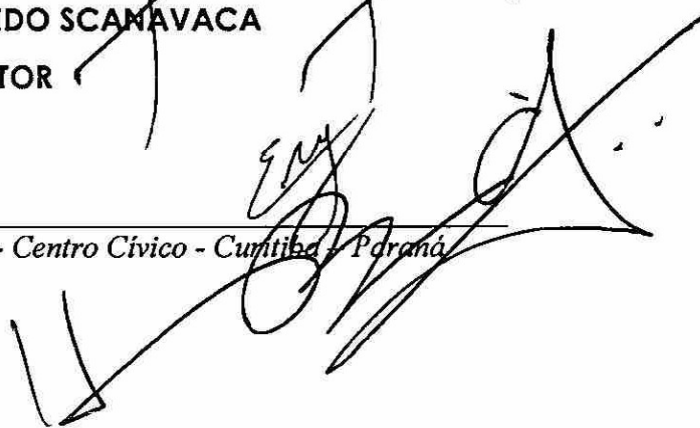
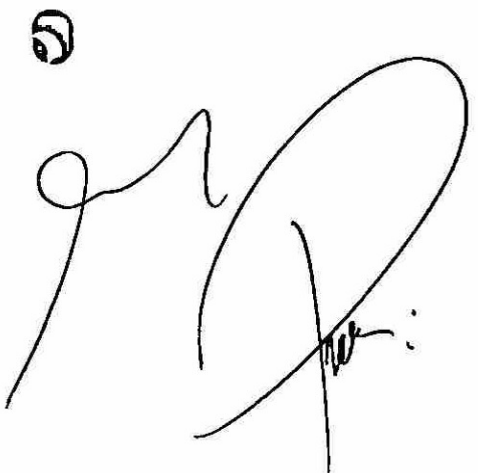

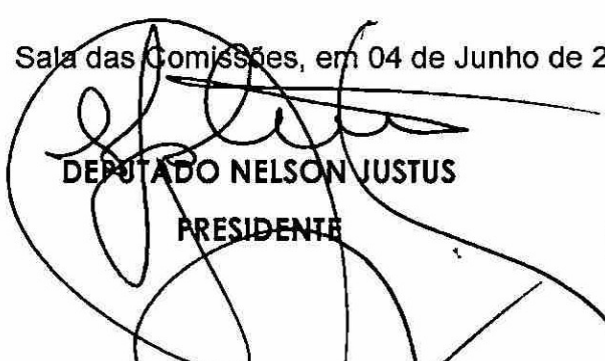

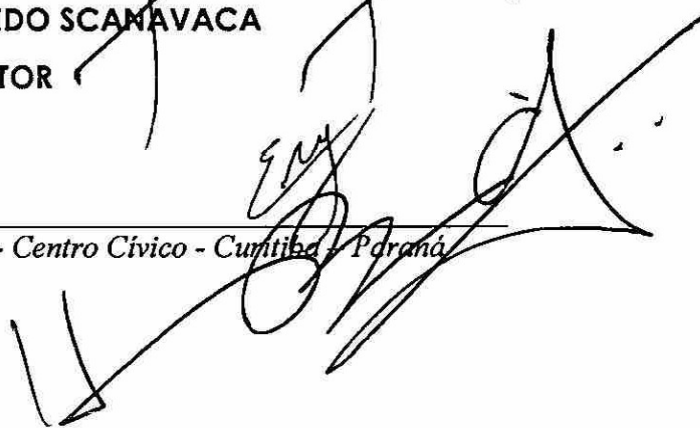
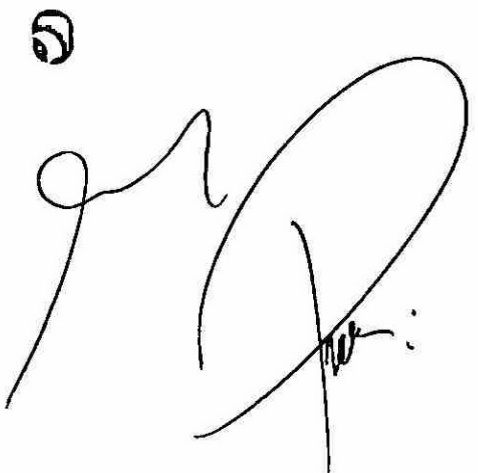

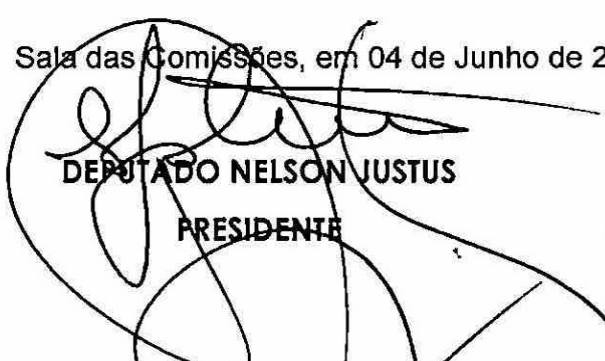

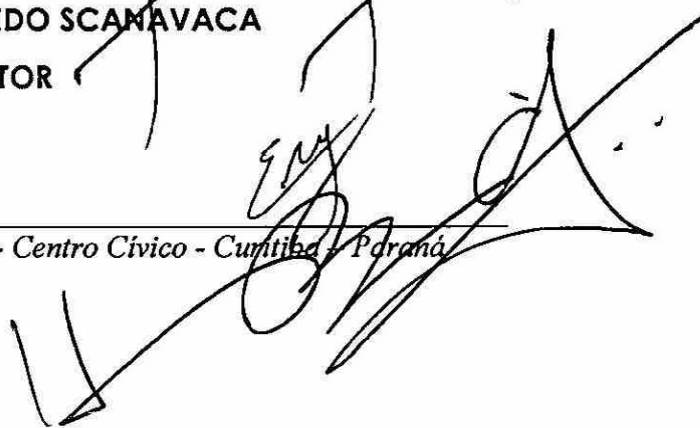
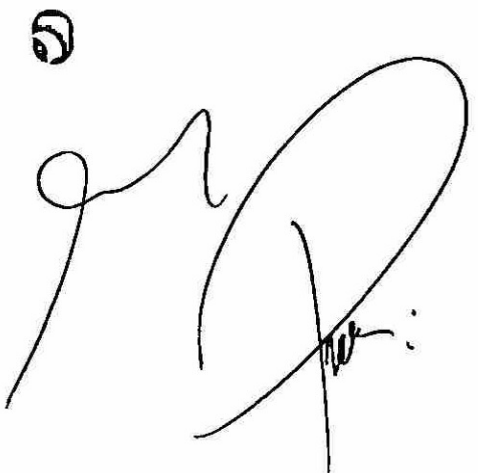

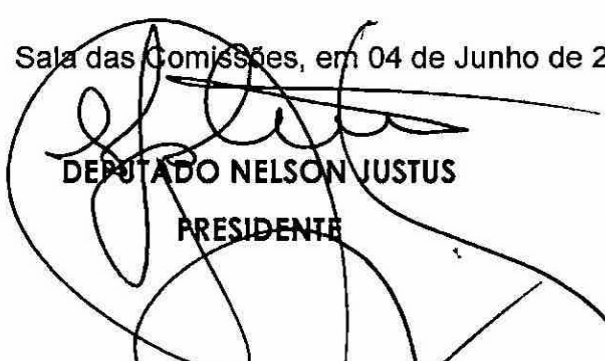

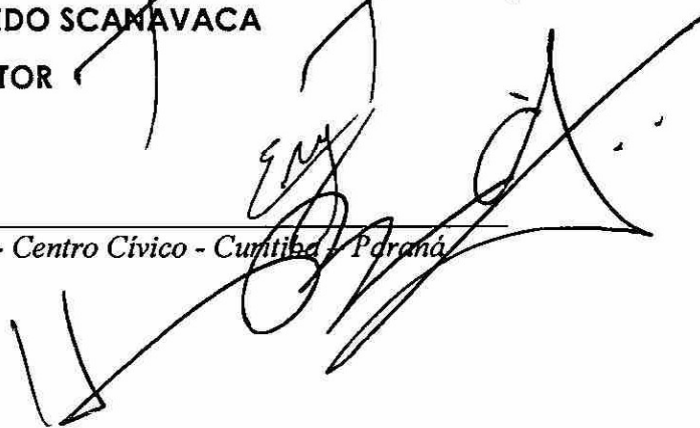
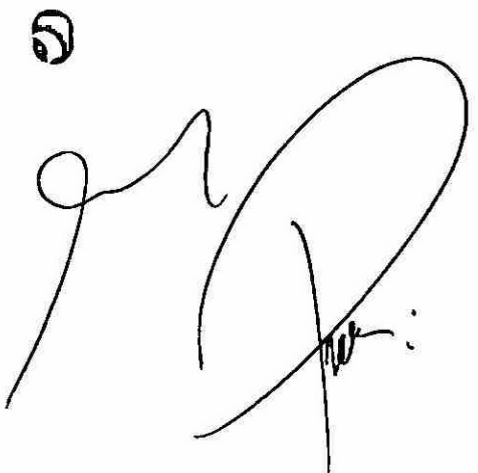

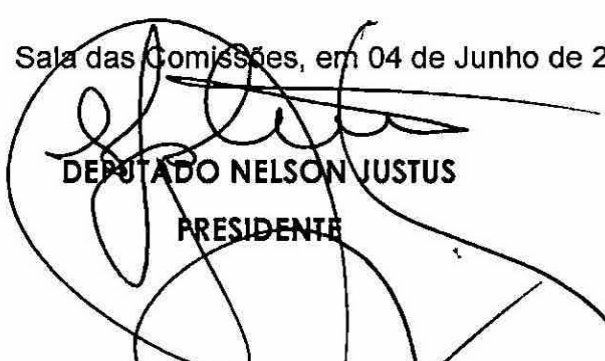

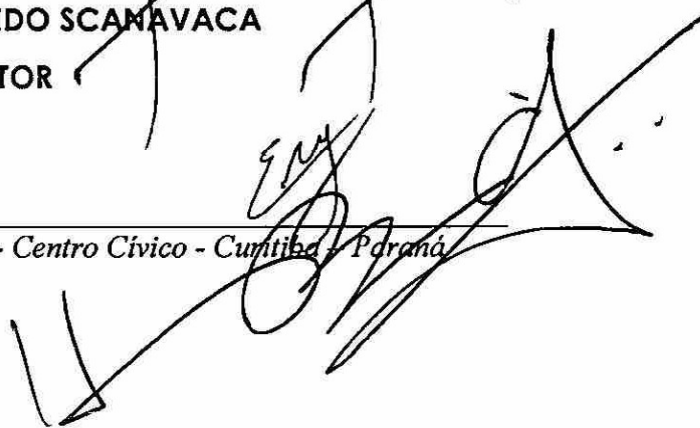
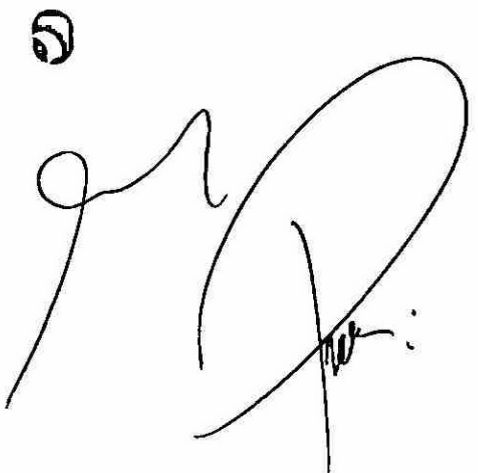

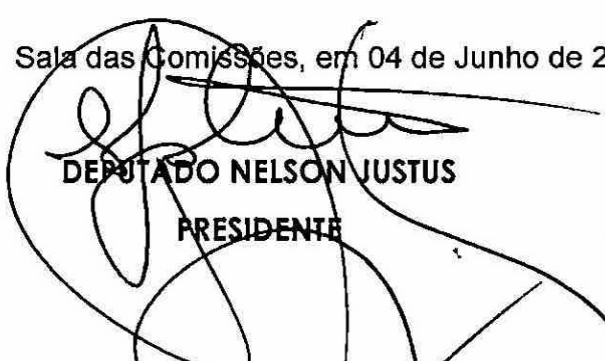

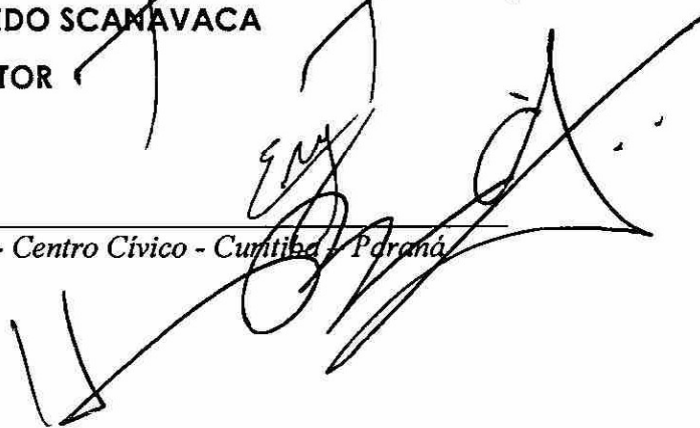
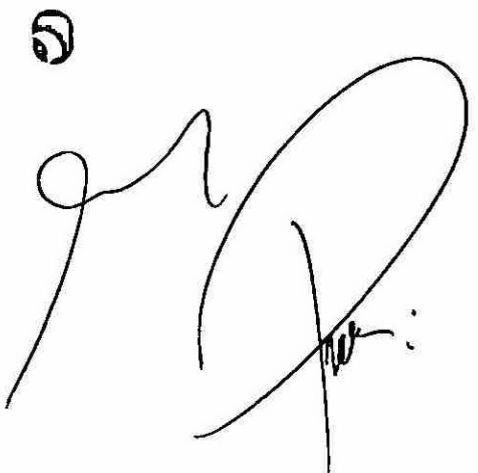

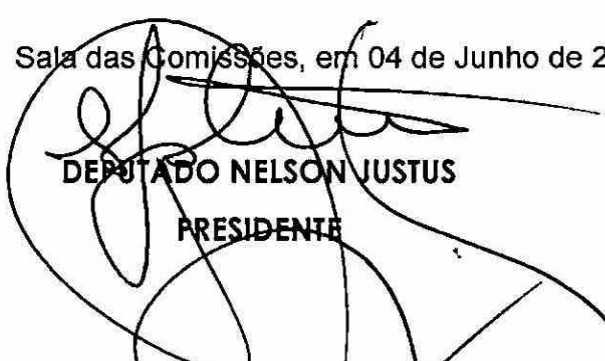

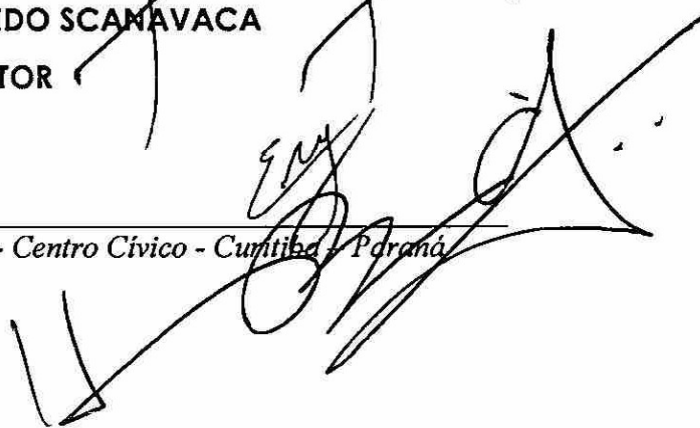
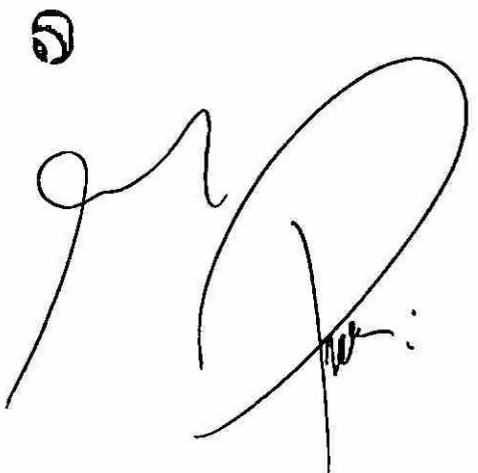

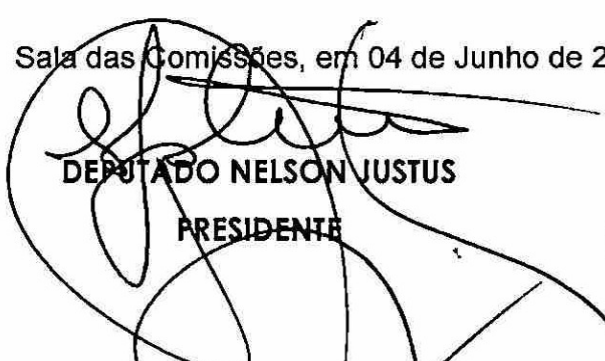

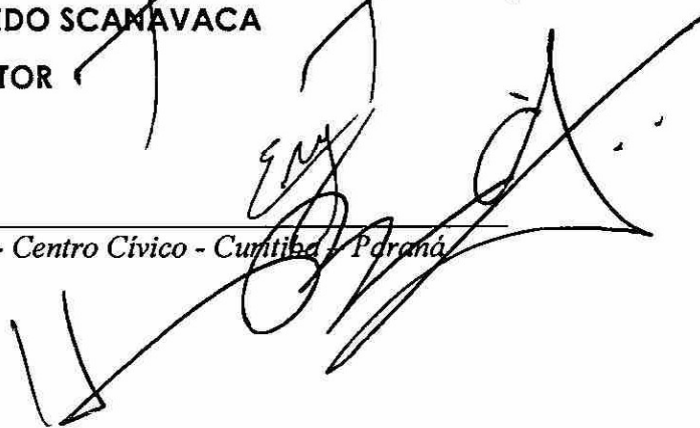
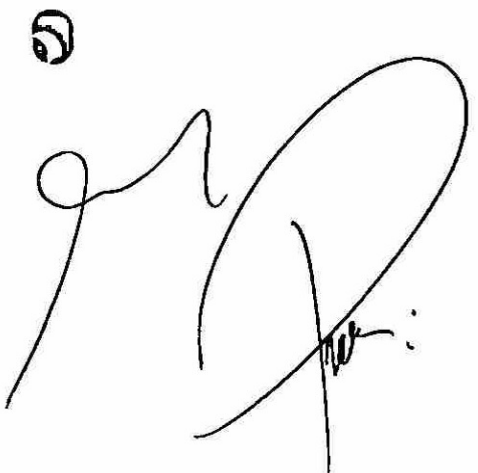

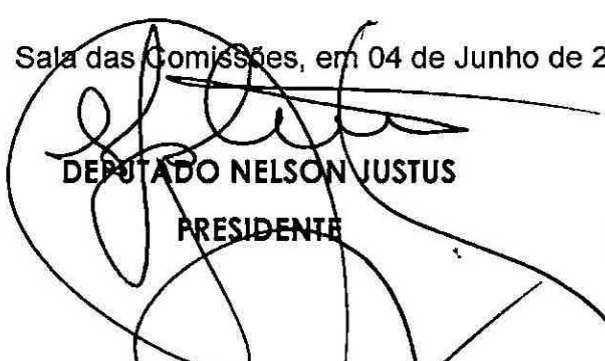

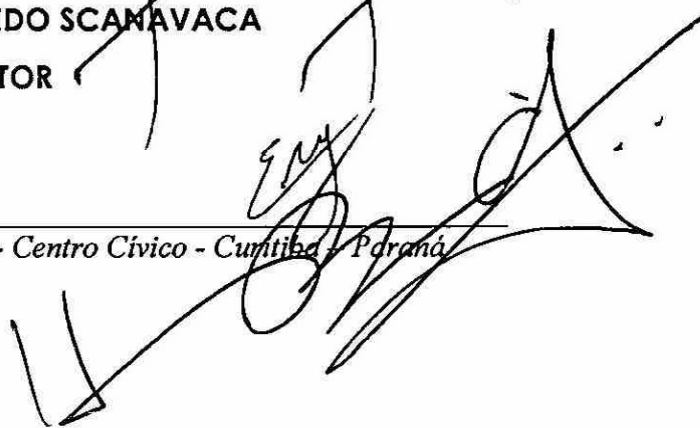
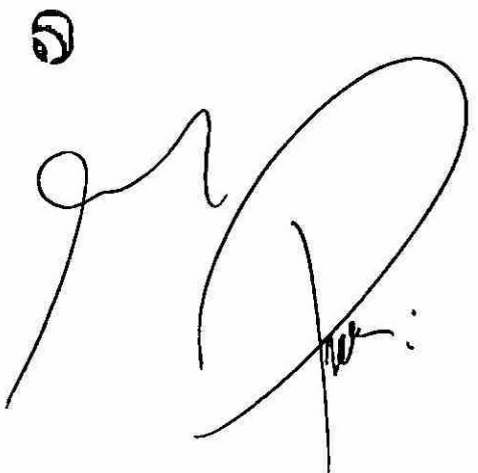

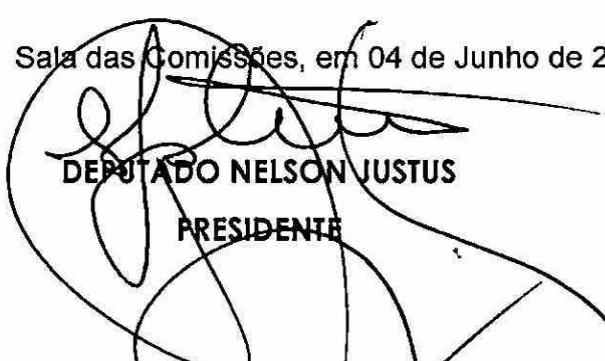

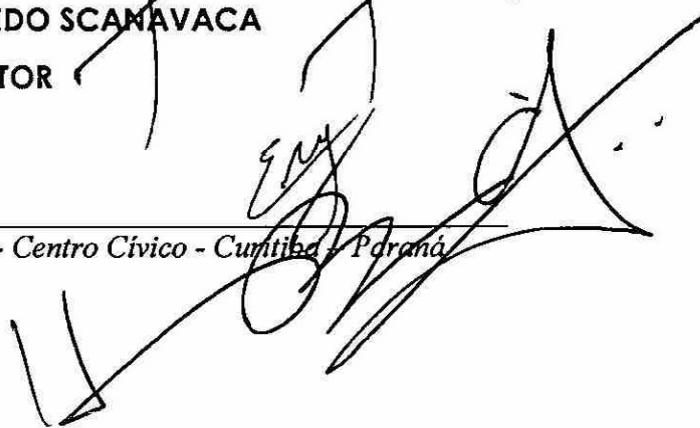
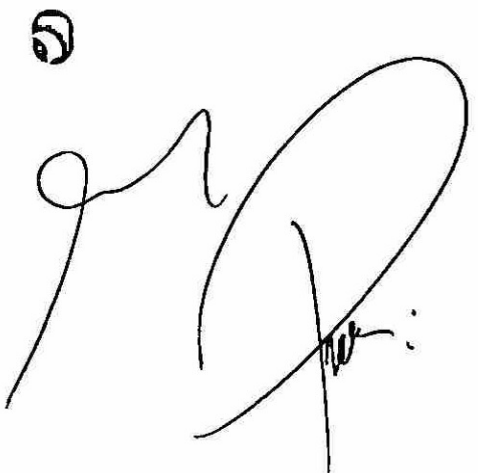

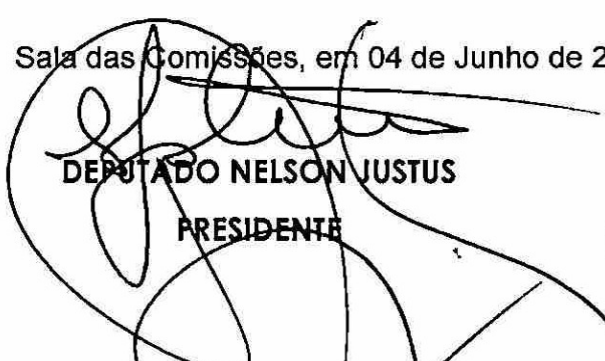

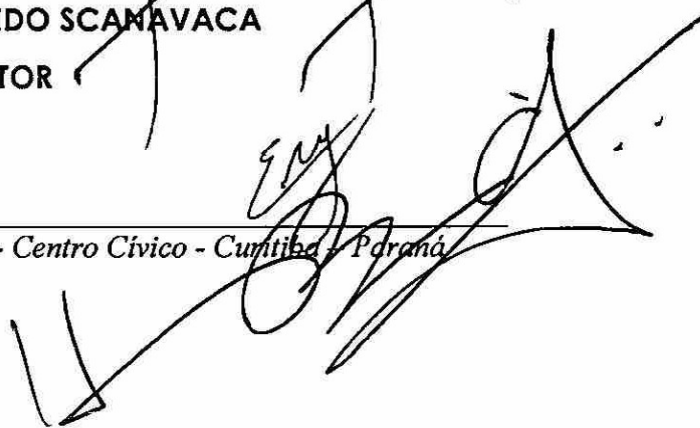
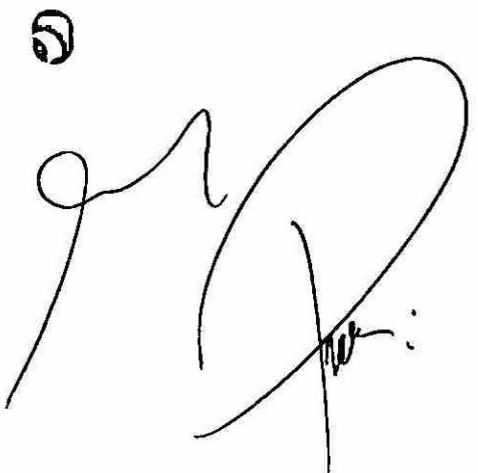

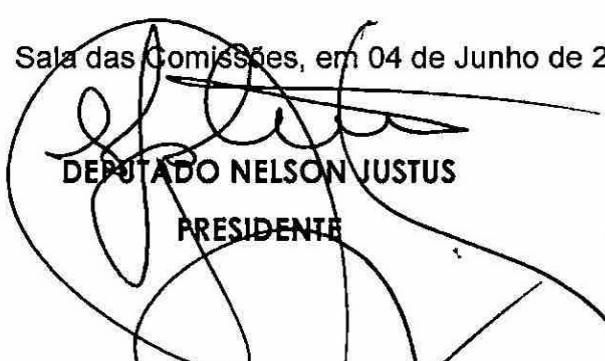

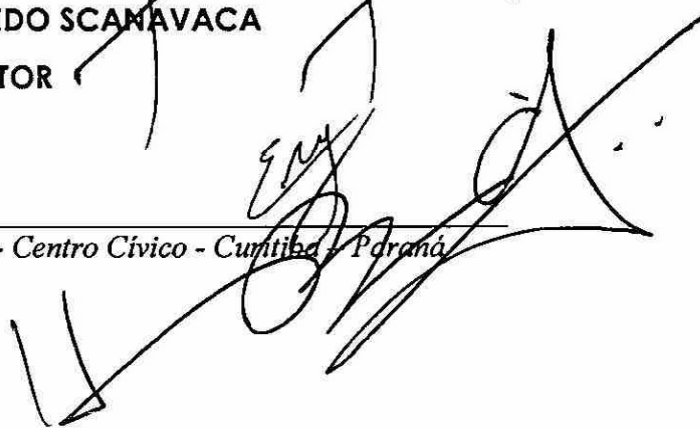
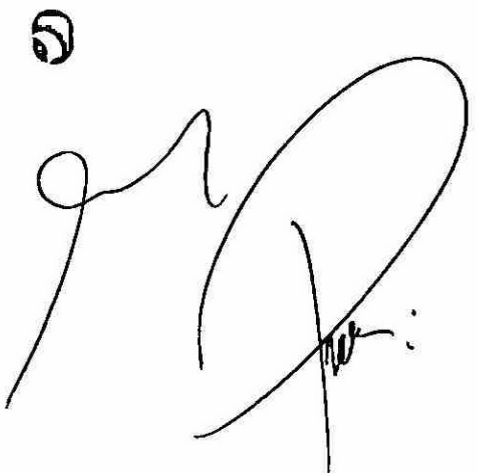

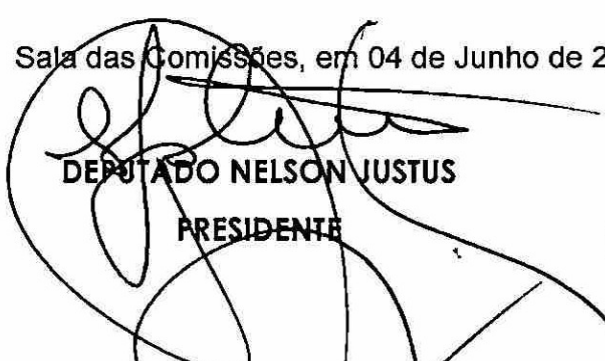

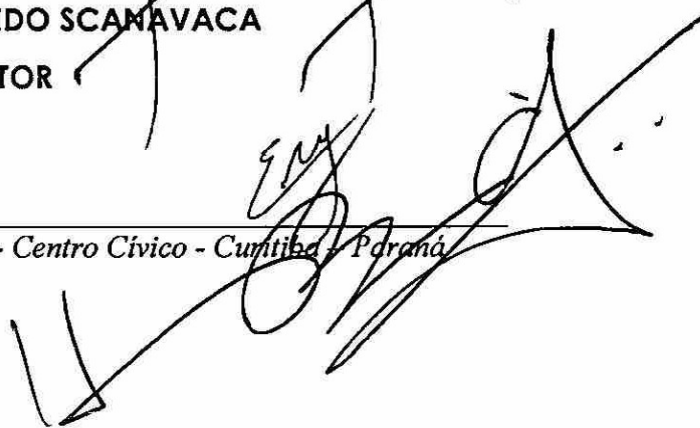
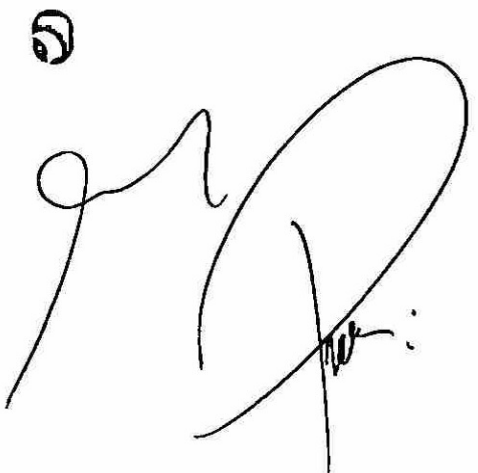

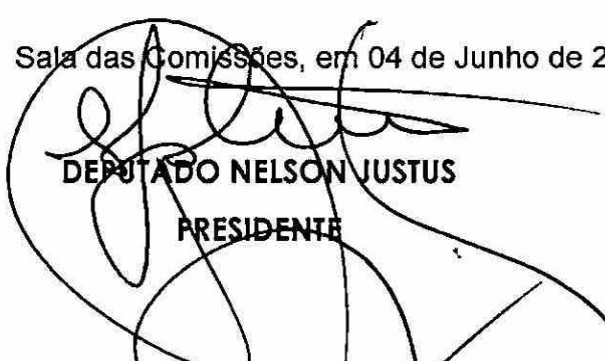

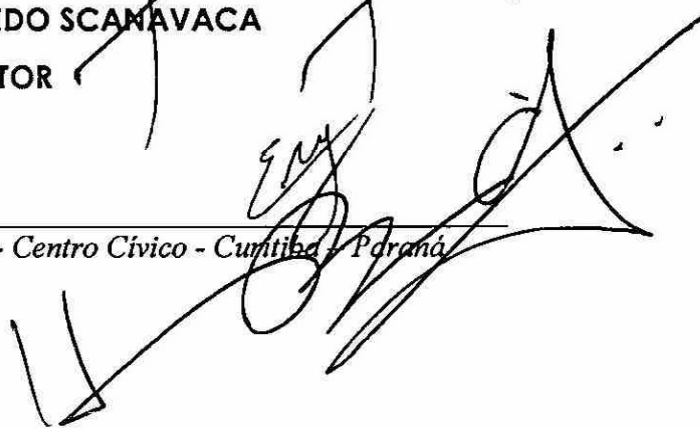
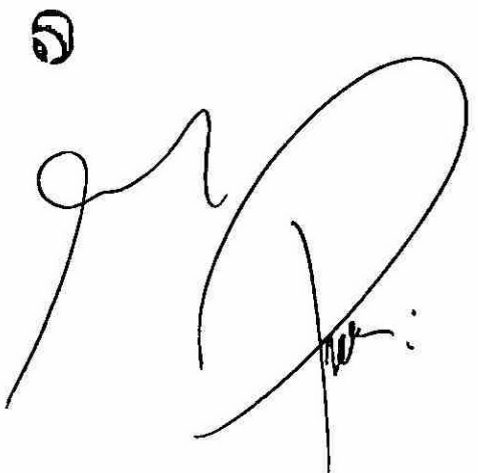
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Boxe Tailandês e Mixed Martial Arts (Vale tudo), com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 137/2013

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2014.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X- disposições transitórias;
- XI- demais disposições.

**CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2014, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas a seguir discriminados:

Programa Acesso à Justiça;
Programa Desenvolvimento das Cidades;
Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
Programa Educação para Todos;
Programa Energia;
Programa Excelência no Ensino Superior;
Programa Inova Educação;
Programa Morar Bem Paraná;
Programa Paraná Competitivo;
Programa Paraná Inovador;
Programa Paraná Seguro;
Programa Paraná Sustentável;
Programa Paraná Tem Cultura;
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;
Programa Saúde para Todo Paraná;
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
Programa Universalização do Saneamento Básico;
Programa Gestão Estratégica;
Programa Gestão Administrativa;
Programa Gestão de Serviços;
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;
Programa Obrigações Especiais;

Art. 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

CAPÍTULO II **DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA** **RECEITA PARA O EXERCÍCIO**

Art. 4º. A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2014, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009.

Art. 5º. As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2014, estão estimadas no valor aproximado



de R\$ 35.521.658.681,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais).

Art. 6º. As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2014, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2013, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

CAPÍTULO III **DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS** **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Art. 7º. A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I - PODER LEGISLATIVO	5,00%
II - PODER JUDICIÁRIO	9,50%
III - MINISTÉRIO PÚBLICO	4,00%

Parágrafo único. Fica a cargo do Poder legislativo definir o limite de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder, o percentual correspondente à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º. O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2014 para a Defensoria Pública recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141/2012, correspondendo para 2014 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico- Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% (doze por cento) da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- b) atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- c) capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- d) desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;
- e) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;
- f) saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- g) saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- h) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- i) investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- j) remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;
- k) ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e
- l) gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOURO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;



- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/ PARANASAN;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/1995;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Fonte 117 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;
- Fonte 143 - Operação de Crédito Externa/BID;
- Fonte 144 - Outras Operações de Crédito Externas.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257. Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 12. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2014 à Assembleia Legislativa.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2014 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no art. 22, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I- exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2014, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II- texto da Lei;
- II - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV- anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V- anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná;
- VI- anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná;
- VII- anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no art. 133, § 7º, da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII- anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - e) Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
 - f) Ciência e Tecnologia;



CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 18. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 19. Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2013, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. As unidades da administração indireta deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 27. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 28. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 29. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 30. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 31. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2013, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2013, para serem incluídos no orçamento de 2014, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2013, conforme art. 98, § 5º da Constituição do Estado do Paraná);



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 32. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 34. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do art. 78, § 2º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30/2000, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014 conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 7% (sete por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/1964, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros

Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

§ 1º Excetuam-se dos limites percentuais fixados a abertura de créditos adicionais referentes ao ensino público e às ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º O Poder Executivo poderá alocar recursos orçamentários decorrentes de contenção de despesa por retração da receita centralizada do Estado, na reserva de contingência, bem como, realocá-los sem que estas alterações orçamentárias incidam nos limites percentuais autorizados pelo Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos para o período de 2014 a 2015, para as iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pelas Leis Orçamentárias de 2014 e 2015, conforme artigos 5º e 6º da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 39. Conforme inciso VI do parágrafo 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, ficam alterados os indicadores e as iniciativas do Plano Plurianual para os anos de 2013 a 2015, de acordo com o anexo III e anexo IV desta Lei.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2013, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes aos deferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/ 2000.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 41. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 42. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 43. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 44. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2014, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 45. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação estão incorporados à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2014.

Art. 46. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014;
- IX - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 47. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 48. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 49. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 50. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da



Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 51. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Estadual de Direitos Humanos.

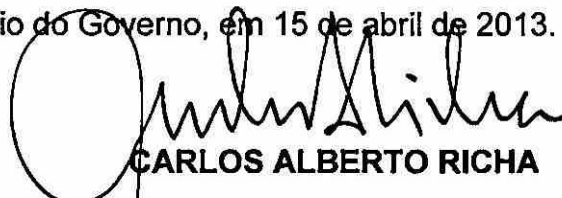
Art. 52. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 53. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 54. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2012 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 3728, de 23 de janeiro de 2012. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2012 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 3,93% em relação aos valores previstos na LDO/2012.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 5,43%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em -35,37% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2012 – Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	26.638.021	27.684.426	3,93
II Despesas não Financeiras	25.656.484	27.050.033	5,43
III Resultado Primário (I – II)	981.537	634.392	-35,37

Fonte: SEFA/SEPL

As tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2010 a 2012 e reprogramadas para 2013:

Tabela 2 – Metas Fiscais 2010-13 - Preços Correntes - em R\$ 1.000

Discriminação	2010	2011	2012	(1) 2013
I. Resultado Primário Indicado na LDO	1.225.503	770.075	981.537	1.136.622
II. Resultado Primário Obtido	894.039	1.391.204	634.392	177.890

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-331.464	621.129	-347.145	-958.732
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	159.482	-402.153	671.371	700.243
V. Resultado Nominal Obtido (2)	2.413.846	-575.955	-1.655.317	1.010.398
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	2.254.364	-173.802	-2.326.688	310.155

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado.

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3 – Metas Fiscais 2010-13 - Preços Constantes de 2013 - em R\$ 1.000

Discriminação	2010	2011	2012	(1) 2013
I. Resultado Primário Indicado na LDO	1.463.022	868.025	1.038.859	1.136.622
II. Resultado Primário Obtido	1.067.316	1.568.160	671.441	177.890
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-395.706	700.134	-367.418	-958.732
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	190.392	-453.305	710.579	700.243
V. Resultado Nominal Obtido (2)	2.881.681	-649.214	-1.751.988	1.010.398
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	2.691.290	-195.909	-2.462.567	310.155

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2010 a 2016.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2010 a 2016

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB do Brasil (variação %)	7,50	2,70	0,90	3,09	3,50	3,50	3,50
PIB do Paraná (variação %)	10,00	4,00	0,90	4,50	4,00	4,00	4,00
Inflação, IPCA (variação %)	5,91	6,50	5,84	5,70	5,70	5,35	5,00
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,67	1,88	2,04	2,00	2,05	2,10	2,12

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2013 a 2016, na média de 064% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das receitas não financeiras;

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- c) a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
d) o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2013 a 2016, a preços correntes e constantes de 2013.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2012-15								
Resultado Primário					Preços Correntes			
DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	30.756.248	10,84	36.260.859	11,62	38.826.269	11,36	41.335.766	11,07
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	30.578.358	10,77	33.921.169	10,87	35.860.189	10,49	38.063.394	10,20
III. RESULTADO PRIMÁRIO	177.890	0,06	2.339.690	0,75	2.966.079	0,87	3.272.372	0,88
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.010.637	4,58	13.996.640	4,49	14.131.041	4,13	13.918.843	3,73
V. RESULTADO NOMINAL	1.010.398	0,36	986.004	0,32	134.400	0,04	-212.198	-0,06
Fonte: SEPL/SEFA								

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2013-16								
Resultado Primário					Preços Constantes de 2013			
DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	30.756.248	10,25	34.305.448	9,84	34.636.598	8,61	34.886.370	7,56
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	30.578.358	10,19	32.091.929	9,21	31.990.583	7,95	32.124.569	6,96
III. RESULTADO PRIMÁRIO	177.890	0,06	2.213.519	0,64	2.646.015	0,66	2.761.801	0,60
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.010.637	4,34	13.241.855	3,80	12.606.187	3,13	11.747.161	2,55
V. RESULTADO NOMINAL	1.010.398	0,34	932.832	0,27	119.898	0,03	-179.090	-0,04
Fonte: SEPL/SEFA								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2010 a 2012. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010 (R\$ 1.000)	2011 (R\$ 1.000)	2012 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	3.346.178	1.425.059	2.933.659
ATIVO PERMANENTE	17.945.919	5.712.333	5.812.261
SOMA DO ATIVO REAL	21.292.097	7.137.392	8.745.920



PASSIVO FINANCEIRO	2.177.947	1.042.568	3.305.389
PASSIVO PERMANENTE	18.474.712	242.083	0
SOMA DO PASSIVO REAL	20.652.659	1.284.650	3.305.389
SALDO PATRIMONIAL	639.438	5.852.742	5.440.530

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2010 para 2011, uma variação positiva da ordem de R\$ 1.636,1 milhões, produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2011 para 2012, houve uma variação positiva de R\$ 165,7 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2010 a 2012, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 1.801,8 milhões, que como consequência favorável apresentou Saldo Patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

Com relação à alienação de bens pertencentes aos ativos permanentes das entidades da administração direta e da administração indireta, o Estado do Paraná em 2012 obteve recursos oriundos de Bens Móveis, no valor de R\$ 1.447,0 mil, fonte 108 e R\$ 1.784,5 mil, fonte 250. A aplicação para 2012 teve sua programação realizada por conta dos projetos e atividades orçamentárias, segundo as fontes de recursos de origem, aprovados pela LOA nº 17.012, de 14/12/2011.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

Os resultados apresentados nessa Avaliação Atuarial levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei PR nº 17.435 de 21/12/2012 e tem por objetivo dimensionar os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico, demonstrar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2012, contemplam os servidores ativos e inativos e pensionistas, segregados conforme critérios estabelecidos pela reestruturação dos Fundos Previdenciários. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Conforme reestruturação, os Fundos Previdenciários são divididos em:

a) FUNDO FINANCEIRO

Possui 141.774 segurados, sendo 68.208 ativos e 73.566 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do MPS – Ministério da Previdência Social são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 211,2 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,1 bilhões, resulta em uma Reserva Matemática de R\$ 195,1 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.



b) FUNDO MILITAR

São segurados deste Fundo 36.287 militares do Estado, sendo 19.322 ativos e 16.965 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 26 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 5,5 bilhões, resulta em uma Reserva Matemática de R\$ 25,5 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

c) FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 72.591 servidores ativos e a 13.422 inativos e pensionistas, o que gera um total de 86.013 segurados.

Conforme prevê a Lei PR nº17.435, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos nos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,75% ao ano, estabelecida como meta neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 43,8 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 36,6 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,2 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,3 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 126 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta Avaliação, assim consideradas a taxa de juros, as probabilidades de morte e de entrada em invalidez, a projeção da composição familiar, o perfil dos novos servidores, descritas no item 2.1 deste Relatório, entre outras, impactam sensivelmente o resultado final projetado. Em especial, a hipótese de sobrevivência (AT-83, Masculina) e de meta atuarial (5,75% ao ano) que foram utilizadas de forma mais conservadora que os parâmetros mínimos e máximos de prudência estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008.

Especificamente sobre a meta atuarial, verifica-se que a rentabilidade líquida dos Ativos Financeiros do Plano superou em 0,13 ponto percentual a meta atuarial de rentabilidade de 12,19%, estabelecida para o exercício de 2012, pois conforme consta no Relatório da Diretoria de Finanças e Patrimônio da PARANAPREVIDÊNCIA, o ativo líquido indicou uma rentabilidade média líquida de 13,69%, medida pela Taxa Interna de Retorno – TIR. Observa-se ainda, que a meta atuarial também foi superada pela rentabilidade



dos investimentos em 1,26 ponto percentual, no exercício de 2010, e em 0,72 ponto percentual, em 2011.

Conforme estudos realizados pelo Setor Financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA, em relação à atual composição da carteira de ativos do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, seus resgates e reinvestimentos, e, principalmente, pela atual política de redução nas taxas de remuneração de títulos públicos do Governo Federal, projeta-se redução nos valores efetivos de rentabilidade financeira já em curto prazo.

Com base neste cenário, e por similaridade, a meta atuarial referencial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA acompanha, em princípio, a normatização do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, em relação às Entidades Privadas de Previdência Complementar - Resolução CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012.

Por este indicativo do CNPC, a meta atuarial é reduzida em 0,25%, já a partir de 2013, até atingir 4,5% em 2018, de acordo com a tabela 8 abaixo:

ANO	META ATUARIAL	ANO	META ATUARIAL
2013	5,75%	2016	5,00%
2014	5,50%	2017	4,75%
2015	5,25%	2018	4,50%

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei PR nº17.435, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2014.

Tabela 9 – Saldo da Margem de Expansão em 2014		Em R\$ 1.000
Discriminação	2014	
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		2.126.659
2. Transferências Constitucionais e Legais		521.532
3. Saldo (1-2)		1.605.128
4. Despesas Comprometidas		1.604.253
Pessoal		502.302
PASEP		30.000
Precatórios		30.000
Participação na implantação do Sistema de Transporte Rápido de Massa		100.000
Contrapartida de Programas Financiados		100.000
Ações relativas à COPA FIFA 2014		50.000
Vinculação aos Outros Poderes		57.642
Vinculação para a Saúde		175.056
Vinculação para o Ensino Público		533.101
Vinculação para a Ciência e Tecnologia		26.151
5. Margem de Expansão		874



ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2014 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos advindos da Reforma Tributária cujo projeto de unificação das alíquotas do ICMS entre os Estados encontrava-se em andamento no Senado Federal até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa. Na proposta em tramitação, as alíquotas que atualmente variam entre 7% e 12% seriam reduzidas para 4% a partir de 2014, em troca os Estados produtores teriam as perdas compensadas por um fundo de compensação automática e por um fundo de financiamento de projetos de infraestrutura até 2028. Com esse deslocamento da tributação da origem para o destino, o impacto seria imediato, afetando o equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná. Em que pese à compensação proposta, cabe ressaltar que a adoção de mecanismos de compensação de perdas tributárias, tais como o previsto na Lei Complementar n° 87/1196, não tem proporcionado a devida reparação aos prejuízos causados ao Estado.

Além do fator acima, temos que considerar a continuidade da política de estímulos ao mercado interno nacional para 2014, com a prorrogação da desoneração do IPI sobre bens duráveis, como por exemplo, automóveis, caminhões, linha branca, móveis e material de construção, válida até 31/12/2013, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que afetará significativamente a recomposição das transferências constitucionais para os Estados.

Devemos considerar também, a aprovação da Lei Complementar n° 141/2012, a qual se considerada a inclusão do FUNDEB na base de cálculo para aplicação do percentual de 12% para a área de saúde na Lei Orçamentária de 2014 sem compatibilização com o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, vigente para o período de 2012 a 2015, consoante estabelecido no art. 30 da referida Lei Complementar, acarretará com que o Estado do Paraná deva acrescentar cerca de R\$ 466 milhões destinados aos dispêndios com ações em saúde, comprometendo a execução orçamentária de 2014 comprometendo significativamente a execução dos demais programas constantes no referido PPA.

Outro evento bastante expressivo que poderá comprometer o equilíbrio das contas públicas, assim como, a execução orçamentária para 2014, refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n° 62 que institui o regime especial para pagamento dos precatórios em prazo de até 15 anos. De acordo com a referida norma, o executivo estadual a partir de 2010 passou a vincular recursos equivalentes a 2% da receita corrente líquida mediante depósito mensal em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado, cujos depósitos atingiram o montante de R\$ 413 milhões em 2012 e, R\$ 109 milhões, de janeiro a março de 2013, sendo depositando mensalmente cerca de R\$ 37 milhões, para quitação dos precatórios na ordem cronológica e demais condições estabelecidas.

Até o encaminhamento do presente projeto de lei à apreciação da Assembleia Legislativa, não houve pronunciamento sobre o exato alcance da decisão do STF, assim como da continuidade do parcelamento dos precatórios no prazo estipulado na EC n° 62, bem



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

como, na apreciação pela Suprema Corte quanto ao estabelecimento de outro prazo com a adoção daquele definido na Emenda Constitucional nº 30 que se encontra suspensa para quitação dos precatórios judiciais, cujo saldo devido pelo Estado do Paraná alcança cerca de R\$ 4.574 bilhões, em 31/12/2012.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a redução de crescimento da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência no nível de atividade econômica interna com a diminuição na arrecadação dos impostos estaduais.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2014. A Tabela 9 demonstra a margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.

De:

Proteção e Desenvolvimento Social – SEDS

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão
		Data	Índice	Índice 2015
Municípios com CONSEA em funcionamento Fonte: CONSEA/PR	unidade	01/12/2010	32,00	100,00
Municípios com IGDM Acima da Média Estadual Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania	%	01/10/2010	80,00	97,00
Reincidência de Adolescentes nos Centros de Socioeducação Fonte: Central de Vagas da SEDS	%	01/08/2011	32,32	15,00
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Paranaense Fonte: SEDS	%	-	0,00	25,00

Para:

Proteção e Desenvolvimento Social – SETS

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão	Alteração	Justificativa
		Data	Índice	Índice 2015		
Municípios com CONSEA em funcionamento Fonte: CONSEA/PR	unidade	01/12/2010	32,00	100,00	Órgão responsável	A responsabilidade pela apuração deste indicador foi transferida para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária.

Proteção e Desenvolvimento Social – SEDS

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão	Alteração	Justificativa
		Data	Índice	Índice 2015		
Municípios com IGDM Acima da Média Estadual Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania	%	01/10/2010	80,00	95,00	Unidade de Medida Índice 2015	Mantimento de 95% até 2015 em razão do alto índice de municípios com IGDM acima da média de 2011 e 2012.
Reincidência de Adolescentes nos Centros de Socioeducação Fonte: Central de Vagas da SEDS	%	01/08/2011	32,32	20,00	Índice 2015	O cálculo da reincidência é feito considerando os standstill realizados. Revisão do índice a partir dos resultados alcançados em 2012.
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Paranaense Fonte: SEDS	%	-	-	12,00	Fonte e Índice 2015	Este indicador passou a ser calculado pelo IVFPR, e não com base no cadastro do IBGE de famílias em extrema pobreza. Calculou-se 20 famílias por município standstill, em relação ao total de famílias com percentual IVFPR acima de 75.

De:

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania – SEJU

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão
		Data	Índice	Índice 2015
Presos em Escolarização no Ensino Básico do Sistema Penitenciário Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3080,00	9080,00
Presos em Atividade Laboral Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3253,00	15000,00

Para:

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania – SEJU

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão	Alteração	Justificativa
		Data	Índice	Índice 2015		
Presos em Escolarização no Sistema Penitenciário – nas modalidades presencial e à distância Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3080,00	5000,00	Denominação e Índice 2015	A alteração do índice previsto vem da necessidade do aumento de cantéis de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos cantéis de trabalho.
Presos em Atividade Laboral Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3253,00	5000,00	Índice 2015	A alteração do índice previsto vem da necessidade do aumento de cantéis de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos cantéis de trabalho.

De:

Paraná Competitivo – SEM

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão
		Data	Índice	Índice 2015
Participação do Paraná nas Exportações Nacionais Fonte: MDIC / SECEX	%	20/09/2011	7,02	7,02

Para:

Paraná Competitivo – SEM

Indicadores

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão	Alteração	Justificativa
		Data	Índice	Índice 2015		
Participação do Paraná nas Exportações Nacionais Fonte: IPARDES	%	20/09/2011	7,02	7,02	Fonte	Alteração da fonte para o IPARDES (Inic: IPARDES - balança comercial brasileira e paranaense) em razão da apuração e divulgação do índice ser mais atualizada que a fonte anterior (MDIC/SECEX) em janeiro constava apuração de junho de 2012.



DE 4214 Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente
Meta: adolescente atendido

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	28	108	128	454	95	312	41	287	0	28	0	1.478

Meta cumulativa: Não

PARA 4214 Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente
Meta: atendimento realizado

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2016)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	152	390	395	1.276	280	1.087	122	1.237	0	122	0	5.042

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Meta e Quantidade por Mesorregião e cumulatividade da meta.
Justificativa:	A meta foi alterada e passa a ser cumulativa. Foi ajustada de acordo com a capacidade de cada Centro de Socioeducação nas respectivas regiões, levando-se em conta ampliações e reduções da capacidade, ocorridas em 2012, tais como, adequações do espaço físico e inauguração de novas unidades.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE 4217 Sistema Intersubjetivo de Proteção à Família
Meta: ação realizada

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	20	11	19	30	49	53	37	40	17	34	0	320

Meta cumulativa: Não

PARA 4217 Sistema Intersubjetivo de Proteção à Família
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2016)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	22	16	24	25	51	63	33	37	19	30	0	320

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Igualou-se à meta da iniciativa 4222 - Família Paranaense, por terem o mesmo fim, apenas utilizando recursos de outras Fontes para o fortalecimento das ações do Programa Família Paranaense.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE 4218 Luz Fraterna
Meta: domicílio beneficiado

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2016)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	53.828	69.476	68.632	152.909	0	239.306	164.701	99.669	67.907	68.008	0	1.044.536

Meta cumulativa: Sim

PARA 4218 Luz Fraterna
Meta: domicílio beneficiado

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	17.365	18.885	19.227	27.665	20.218	32.936	22.067	25.410	14.417	16.822	0	215.012

Meta cumulativa: não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião e cumulatividade da meta.
Justificativa:	Houve uma adequação no número de domicílios beneficiados por mesorregião, em função de demanda existente. A meta também passou a ser não cumulativa, por beneficiar os mesmos domicílios ao longo dos quatro anos.



DE
4221 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente
Meta: criança e adolescente atendido e/ou protegido

Órgão/Unidade: SEDS/FIA

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012-2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	281.083	148.208	250.640	388.403	637.043	825.023	480.393	522.166	219.310	438.620	0	4.168.887

Meta cumulativa: Não

PARA

4221 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente
Meta: criança e adolescente atendido e/ou protegido

Órgão/Unidade: SEDS/FIA

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013-2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	137.888	80.132	152.344	249.514	604.459	850.600	317.161	230.638	91.340	233.338	0	2.957.412

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Cálculo feito com base no total de crianças e adolescentes no Estado do Paraná, entendendo que a ação da Unidade Técnica de Proteção da Criança e do Adolescente abrange a todos.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4222 Família Paranaense
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012-2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	20	11	20	30	50	63	37	40	17	34	0	322

Meta cumulativa: Não

PARA

4222 Família Paranaense
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013-2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	22	18	24	25	51	63	33	37	19	30	0	320

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Redistribuição da quantidade dos municípios por mesorregião conforme adesão ao programa.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4223 Aprimoramento da Gestão - FEAS
Meta: trabalhador qualificado

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012-2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	275	154	264	407	671	869	508	550	231	482	0	4.369

Meta cumulativa: Sim

PARA

4223 Aprimoramento da Gestão - FEAS
Meta: pessoa capacitada

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013-2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	600	735	840	2.361	1.808	2.622	945	1.626	537	1.035	0	13.110

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Meta, Quantidade por Mesorregião.
Justificativa:	A meta foi alterada para haver maior abrangência. O total de vagas foi calculado de acordo com a previsão de cursos de capacitação para 2013, comparado com a efetiva participação em 2012. Foi feita uma média, considerando a participação dos escritórios regionais por mesorregião (conforme porte dos municípios), para chegar na soma final de 4.730 vagas por ano.

DE
4100 Manutenção e Gerenciamento do CEPR
Meta: aluno atendido

Órgão/Unidade: SEED/CEPR

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	7.250	0	0	0	0	0	0	0	7.250

Meta cumulativa: Não

PARA
4100 Manutenção e Gerenciamento do CEPR
Meta: aluno atendido

Órgão/Unidade: SEED/CEPR

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	4.500	0	0	0	0	0	0	0	4.500

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Redesquação das quantidades, tendo sido excluídas da previsão inicial as atividades voltadas à comunidade em geral, que não integram o Ensino Regular, nas quais não há exigência de controle de frequência e de avaliação.

Gestão Estratégica

DE
4044 Gestão do Desenvolvimento, Formação e Capacitação de Recursos Humanos do Estado
Meta: servidor treinado

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
percentual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	40

Meta cumulativa: Sim

PARA
4044 Gestão do Desenvolvimento, Formação e Capacitação de Recursos Humanos do Estado
Meta: servidor capacitado

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36.000	36.000

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Alteração da unidade de medida, de percentual para número absoluto, de acordo com a capacidade de atendimento da Escola de Governo, visando melhor acompanhamento e visibilidade do crescimento.

Gestão Estratégica

DE
4045 Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes
Meta: assistência prestada

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
percentual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70	70

Meta cumulativa: Não

PARA
4045 Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes
Meta: benefício concedido

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	12.662	30.748	15.868	154.365	27.021	99.331	28.425	44.458	14.894	22.101		447.889

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Alteração em função da necessidade de manutenção do sistema de assistência implantado em 2002 e ainda ativo, para melhor avaliar a prestação de serviços, tendo em vista o projeto do novo modelo de Assistência à Saúde encontra-se em análise de aplicabilidade, enquanto aguarda implantação.

DE

4183 Gestão do Sistema Penitenciário

Órgão/Unidade: SEJU/DEPEN

Meta: vaga criada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	340	1.693	562	3.007	1.480	2.540	680	2.880	680	1.480	0	15.342

Meta cumulativa: Sim

PARA

4183 Gestão do Sistema Penitenciário

Órgão/Unidade: SEJU/DEPEN

Meta: vaga criada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	140	640	522	2.650	2.390	2.350	490	788	640	1.100		11.630

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Readequação do total de vagas previstas para o Sistema Penitenciário considerando a construção de novas unidades.

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania - SEJU

DE

4184 Ações do FUPEN

Órgão/Unidade: SEJU/FUPEN

Meta: preso com programa de ressocialização elaborado/acompanhado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	792	540	8.311	0	3.244	0	2.614	0	908	0	16.409

Meta cumulativa: Não

PARA

4184 Ações do FUPEN

Órgão/Unidade: SEJU/FUPEN

Meta: preso com programa de ressocialização elaborado/acompanhado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade		200	340	2.760		700		500		400	0	5.000

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	A alteração da quantidade prevista para os próximos exercícios vem da necessidade do aumento de cantéis de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos cantéis de trabalho.

Gestão Estratégica

DE

3040 Saneamento para Promoção da Saúde - FUNASA

Órgão/Unidade: SEI/DER

Meta: convênio celebrado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	1	3	3	3	0	1	2	0	1	0	14

Meta cumulativa: Não

PARA

3040 Saneamento para Promoção da Saúde - FUNASA

Órgão/Unidade: SEI/DER

Meta: convênio celebrado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2		13

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Redistribuição da previsão de convênios a serem celebrados com o Ministério da Saúde / FUNASA por região, para execução de obras de Ampliação/implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário.

DE

3815 Modernização e Expansão da Ferroeste

Órgão/Unidade: SEIL/FERROESTE

Meta: carga movimentada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
tonelada	0	0	0	0	0	0	0	7.320.000	0	0	0	7.320.000

Meta cumulativa: Sim

PARA

3816 Modernização e Expansão da Ferroeste

Órgão/Unidade: SEIL/FERROESTE

Meta: carga movimentada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
tonelada	0	0	0	0	0	0	0	3.310.000	0	0	0	3.310.000

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Adequação das quantidades de cargas movimentadas considerando a capacidade atual de tração da Ferroeste.

Paraná Competitivo - SEM

DE

4233 Verificação e Fiscalização Metroológica e da Qualidade

Órgão/Unidade: SEM/PEM

Meta: Instrumento de medir e/ou medida materializada/verificada/calibrada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	1.214.770	4.706.738	0	3.493.773	0	1.191.059	0	0	0	10.606.340

Meta cumulativa: Não

PARA

4233 Verificação e Fiscalização Metroológica e da Qualidade

Órgão/Unidade: SEM/PEM

Meta: Instrumento de medir e/ou medida materializada/verificada/calibrada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	40.507	235.630	0	143.769	0	55.625	0	0	0	475.451

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Adequação das quantidades em razão de nova sistemática adotada pelo INMETRO de avaliação preliminar quantitativa e fiscalização de produtos, bem como redimensionamento de verificações, registros e calibrações conforme previsão do órgão.

Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física

DE

4109 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física

Órgão/Unidade: SEES/PCE

Meta: atleta atendido

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.202.037	1.202.037

Meta cumulativa: Não

PARA

4109 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física

Órgão/Unidade: SEES/PCE

Meta: atleta atendido

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	18.236	13.086	14.431	15.816	14.241	15.866	14.211	14.416	14.211	14.226	0	148.740

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Foram resvaladas as metas, havendo desta forma a necessidade de alteração no número de participantes.

INCLUSÃO

4108 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física

Órgão/Unidade: SEES/PCE

Meta: Participante atendido

	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana da Curitiba	Nordeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste 1	Sudeste 2	Estado	
unidade	75	0	710	500	580	800	200	111.000	550	60	0	114.525

Meta cumulativa: Não

Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Com a criação da Secretaria de Estado do Esporte, foram abertos novos projetos e atividades voltados para o esporte, lazer e atividade física.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 16/04/2013

Presidente



Mensagem nº 026/2013

Curitiba, 15 de abril de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 16 ABR. 2013

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2014, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 35.521.658.861,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais). É importante destacar que deste valor de receita, R\$ 33.066.767.031,00 representam os 100% da receita do Tesouro Estadual, dos quais R\$ 6.375.268.200,00 se referem à parcela de Transferências Constitucionais aos Municípios, ficando um valor líquido de receita do tesouro para o Estado, de R\$ 26.691.498.831,00.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de onze capítulos, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - disposições transitórias;
- XI - demais disposições.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Anteprojeto da LDO apresenta o ANEXO DE METAS FISCAIS, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2012 e o demonstrativo das metas anuais de 2014.


O Anteprojeto da LDO apresenta ainda o ANEXO DE RISCOS FISCAIS, que traduz a possibilidade de riscos fiscais decorrentes das incertezas da economia e por aumento de vinculações. É importante destacar o crescente aumento de vinculações que o Estado vem suportando nos últimos anos. O quadro a seguir demonstra o aumento destas vinculações, das principais receitas estaduais comparando os exercícios de 1999 e 2014.

ESPECIF. RECEITA	DA	% VINCULADO EM 1.999	% VINCULADO EM 2.014
ICMS		65,84 %	89,35 %
IPVA		71,00 %	92,75 %
IRRF		42,00 %	65,50 %
ITCMD		42,00 %	85,50 %
FPE		40,00 %	83,50 %
IPI		55,00 %	73,75 %
L.C.87/96		40,00 %	65,00%

Nos percentuais de 2014 não está computada a aplicação de 12 % para as ações de Saúde sobre os recursos deduzidos da receita para a formação do FUNDEB.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar as Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 137/13

Trata-se do Projeto de Lei nº 137/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 26/13 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2014.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O., para o exercício de 2014, foram apresentadas um total de 34 (trinta e quatro) emendas, das quais foram acatadas 26 (vinte e seis) e não acatadas 08 (oito) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às Emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial Nº163/01 bem como da Lei Nº 4.320/64, que versa sobre matéria orçamentária.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei Complementar nº 101/2000 - "Lei de Responsabilidade Fiscal", dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e sequência à política das contas públicas no Paraná.

Ao dar cumprimento às prescrições do referido diploma legal, a propositura reafirma nesse compromisso com a responsabilidade fiscal, traduzindo na intransigente defesa do êxito obtido no equilíbrio das contas públicas, reconhecimento fundamental para impulsionar o desenvolvimento do Paraná e do País, cuja superior finalidade é a de concretizar o interesse público, e em consequência, melhorar as condições de vida e de trabalho de toda a comunidade.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2013.

DEP. NEREU MOURA

PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH

Relator

FRANCISCO BUHRER
JOSÉ QUINTELA
LUIZ CARLOS

BATISTIN
ENIO JERRE
PASTOR EDSON



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 137/13

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2014.

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X- disposições transitórias;
- XI- demais disposições.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2014, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas a seguir discriminados:

Programa Acesso à Justiça;
Programa Desenvolvimento das Cidades;
Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;
Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
Programa Educação para Todos;
Programa Energia;
Programa Excelência no Ensino Superior;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Programa Inova Educação;
Programa Morar Bem Paraná;
Programa Paraná Competitivo;
Programa Paraná Inovador;
Programa Paraná Seguro;
Programa Paraná Sustentável;
Programa Paraná Tem Cultura;
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;
Programa Saúde para Todo Paraná;
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
Programa Universalização do Saneamento Básico;
Programa Gestão Estratégica;
Programa Gestão Administrativa;
Programa Gestão de Serviços;
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;
Programa Obrigações Especiais.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

CAPÍTULO II
DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA
RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2014, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Receita de Recolhimento Centralizado o Grupo de receita dedutível correspondente a parcela a ser transferida por interferência financeira para complementação dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2014, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 35.521.658.681,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2014, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2013, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

- I - PODER LEGISLATIVO 5,0%
- II - PODER JUDICIÁRIO 9,5%
- III - MINISTÉRIO PÚBLICO 4,1%

Parágrafo único. Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

Art. 8º O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2014 para a Defensoria Pública recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o Orçamento da Defensoria Pública, caso os recursos previstos no caput demonstrarem ser insuficientes, desde que as condições financeiras do Tesouro Geral do Estado permitam, não sendo computada esta suplementação no percentual de 5% (cinco por cento) previsto no art. 37 desta Lei.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior ;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141/2012, correspondendo para 2014 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitais, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% (doze por cento) da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- b) atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
- c) capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- d) desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- e) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;
- f) saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- g) saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- h) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- i) investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- j) remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;
- k) ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e
- l) gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;
Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/ PARANASAN;
Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR;
Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;
Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;
Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/1995;
Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
Fonte 138 - Taxa Ambiental;
Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;
Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - compreendendo as seguintes

fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- Fonte 117 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;
- Fonte 143 - Operação de Crédito Externa/BID;
- Fonte 144 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 12. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2014 à Assembleia Legislativa.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2014 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 16. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no art. 22, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I- exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2014, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II- texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV- anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V- anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná;
- VI- anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná;
- VII- anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no art. 133, § 7º, da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII- anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - e) Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
 - f) Ciência e Tecnologia;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- IX - anexo VII - contendo o demonstrativo do Orçamento de Seguridade composto pelos Fundos Previdenciários, geridos pela PARANAPREVIDÊNCIA;
- X - anexo VIII - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;
- XI - anexo IX - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;
- XII - anexo X - contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa;
- XIII - anexo XI - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas coletivas.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 18. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 19. Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2013, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Assinaturas manuscritas e rubrica "11" no rodapé da página.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 135, § 2º, da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 27. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 28. O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 29. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 30. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 31. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais, correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2013, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2013, para serem incluídos no orçamento de 2014, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2013, conforme art. 98, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 32. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 34. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do art. 78, § 2º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30/2000, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/1964, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Art. 38. Na lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2014:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2014, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CAPÍTULO VI
DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos para o período de 2014 a 2015, para as iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pelas Leis Orçamentárias de 2014 e 2015, conforme artigos 5º e 6º, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 40. Conforme inciso VI do parágrafo 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, ficam alterados os indicadores e as iniciativas do Plano Plurianual para os anos de 2013 a 2015, de acordo com o anexo III e anexo IV desta Lei.

§ 1º Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder as adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o período de 2014 a 2015, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.

§ 2º As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público – Privadas, consoante o disposto no inciso V do art.12 da Lei 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2013, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos deferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/ 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA
CORRENTE LÍQUIDA

Art. 42. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 44. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

16



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



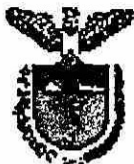
Art. 45. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2014, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 46. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporados à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2014.

Art. 47. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014;
- IX - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- X - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- XI - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI
DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 49. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 50. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 51. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 52. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Estadual de Direitos Humanos.

Art. 53. O Estado poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Art. 54. O Estado poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Saúde para todo Paraná.

Art. 55. O Estado poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física.

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a criar e incluir no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA o Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PAM.

Art. 57. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 58. Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 59. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo despesas efetuadas com publicidade.

Art. 60. O Governo do Estado publicará no Diário Oficial, trimestralmente, demonstrativo dos repasses por Universidades e Faculdades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês, disponibilizando-o por meio eletrônico pela Secretaria da Fazenda.

Art. 61. A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 62. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementar ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 63. O Poder Executivo poderá destinar recursos para a implementação da agroindústria familiar.

Art. 64. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementar ações de preservação e recuperação de toxicômanos e para entidades de combate às drogas.

Art. 65. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 66. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

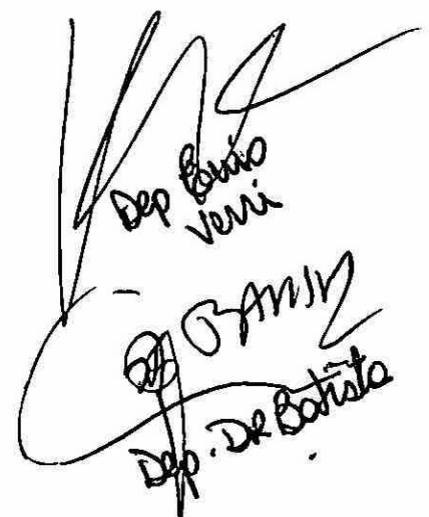
Art. 67. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

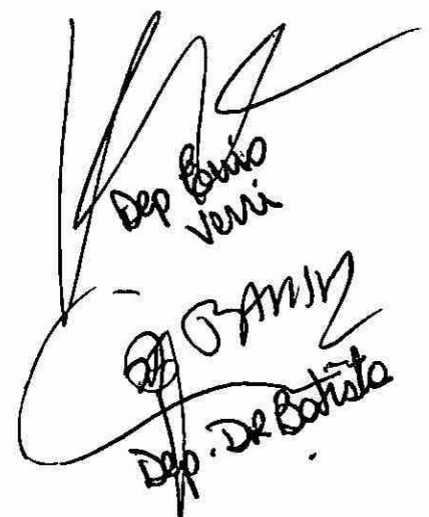
Art. 68. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, em 18 de junho de 2013.


DEPUTADO NEREU MOURA
Presidente


DEPUTADO ELIO RUSCH
Relator


Dep. Bóris Verri


Dep. De Batista


Dep. Francisco Batista


Dep. Pastor Edison



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2012 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 3728, de 23 de janeiro de 2012. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2012 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 3,93% em relação aos valores previstos na LDO/2012.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 5,43%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em -35,37% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2012 – Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	26.638.021	27.684.426	3,93
II Despesas não Financeiras	25.656.484	27.050.033	5,43
III Resultado Primário (I – II)	981.537	634.392	-35,37

Fonte: SEFA/SEPL

As tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2010 a 2012 e reprogramadas para 2013:

Tabela 2 – Metas Fiscais 2010-13 - Preços Correntes - em R\$ 1.000

Discriminação	2010	2011	2012	(1) 2013
I. Resultado Primário Indicado na LDO	1.225.503	770.075	981.537	1.136.622
II. Resultado Primário Obtido	894.039	1.391.204	634.392	177.890
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-331.464	621.129	-347.145	-958.732
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	159.482	-402.153	671.371	700.243
V. Resultado Nominal Obtido (2)	2.413.846	-575.955	-1.655.317	1.010.398
VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV)	2.254.364	-173.802	-2.326.688	310.155



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Fonte: SEFA/SEPL	
(1) : Reprogramado.	
(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.	

Tabela 3 – Metas Fiscais 2010-13 - Preços Constantes de 2013 - em R\$ 1.000				
Discriminação	2010	2011	2012	(1) 2013
I. Resultado Primário Indicado na LDO	1.463.022	868.025	1.038.859	1.136.622
II. Resultado Primário Obtido	1.067.316	1.568.160	671.441	177.890
III. Resultado Obtido – Indicado (II - I)	-395.706	700.134	-367.418	-958.732
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	190.392	-453.305	710.579	700.243
V. Resultado Nominal Obtido (2)	2.881.681	-649.214	-1.751.988	1.010.398
VI. Resultado Obtido – Indicado (V – IV)	2.691.290	-195.909	-2.462.567	310.155
Fonte: SEFA/SEPL				
(1) : Reprogramado				
(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.				

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2010 a 2016.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2010 a 2016

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB do Brasil (variação %)	7,50	2,70	0,90	3,09	3,50	3,50	3,50
PIB do Paraná (variação %)	10,00	4,00	0,90	4,50	4,00	4,00	4,00
Inflação, IPCA (variação %)	5,91	6,50	5,84	5,70	5,70	5,35	5,00
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,67	1,88	2,04	2,00	2,05	2,10	2,12

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2013 a 2016, na média de 064% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das receitas não financeiras;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- c) a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- d) o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2013 a 2016, a preços correntes e constantes de 2013.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2012-15

Resultado Primário						Preços Correntes		
DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	30.756.248	10,84	36.260.859	11,62	38.826.269	11,36	41.335.766	11,07
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	30.578.358	10,77	33.921.169	10,87	35.860.189	10,49	38.063.394	10,20
III. RESULTADO PRIMÁRIO	177.890	0,06	2.339.690	0,75	2.966.079	0,87	3.272.372	0,88
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.010.637	4,58	13.996.640	4,49	14.131.041	4,13	13.918.843	3,73
V. RESULTADO NOMINAL	1.010.398	0,36	986.004	0,32	134.400	0,04	-212.198	-0,06
Fonte: SEPL/SEFA								

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2013-16

Resultado Primário						Preços Constantes de 2013		
DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	30.756.248	10,25	34.305.448	9,84	34.636.598	8,61	34.886.370	7,56
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	30.578.358	10,19	32.091.929	9,21	31.990.583	7,95	32.124.569	6,96
III. RESULTADO PRIMÁRIO	177.890	0,06	2.213.519	0,64	2.646.015	0,66	2.761.801	0,60
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	13.010.637	4,34	13.241.855	3,80	12.606.187	3,13	11.747.161	2,55
V. RESULTADO NOMINAL	1.010.398	0,34	932.832	0,27	119.898	0,03	-179.090	-0,04
Fonte: SEPL/SEFA								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2010 a 2012. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010 (R\$ 1.000)	2011 (R\$ 1.000)	2012 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	3.346.178	1.425.059	2.933.659
ATIVO PERMANENTE	17.945.919	5.712.333	5.812.261
SOMA DO ATIVO REAL	21.292.097	7.137.392	8.745.920
PASSIVO FINANCEIRO	2.177.947	1.042.568	3.305.389
PASSIVO PERMANENTE	18.474.712	242.083	0



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



SOMA DO PASSIVO REAL	20.652.659	1.284.650	3.305.389
SALDO PATRIMONIAL	639.438	5.852.742	5.440.530

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2010 para 2011, uma variação positiva da ordem de R\$ 1.636,1 milhões, produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2011 para 2012, houve uma variação positiva de R\$ 165,7 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2010 a 2012, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 1.801,8 milhões, que como consequência favorável apresentou Saldo Patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

Com relação à alienação de bens pertencentes aos ativos permanentes das entidades da administração direta e da administração indireta, o Estado do Paraná em 2012 obteve recursos oriundos de Bens Móveis, no valor de R\$ 1.447,0 mil, fonte 108 e R\$ 1.784,5 mil, fonte 250. A aplicação para 2012 teve sua programação realizada por conta dos projetos e atividades orçamentárias, segundo as fontes de recursos de origem, aprovados pela LOA nº 17.012, de 14/12/2011.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

Os resultados apresentados nessa Avaliação Atuarial levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei PR nº 17.435 de 21/12/2012 e tem por objetivo dimensionar os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico, demonstrar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2012, contemplam os servidores ativos e inativos e pensionistas, segregados conforme critérios estabelecidos pela reestruturação dos Fundos Previdenciários. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Conforme reestruturação, os Fundos Previdenciários são divididos em:

a) FUNDO FINANCEIRO

Possui 141.774 segurados, sendo 68.208 ativos e 73.566 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do MPS – Ministério da Previdência Social são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 211,2 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,1 bilhões, resulta em uma Reserva Matemática de R\$ 195,1 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

24



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



b) FUNDO MILITAR

São segurados deste Fundo 36.287 militares do Estado, sendo 19.322 ativos e 16.965 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 26 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 5,5 bilhões, resulta em uma Reserva Matemática de R\$ 25,5 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

c) FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 72.591 servidores ativos e a 13.422 inativos e pensionistas, o que gera um total de 86.013 segurados.

Conforme prevê a Lei PR nº17.435, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos nos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,75% ao ano, estabelecida como meta neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 43,8 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 36,6 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,2 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,3 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 126 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta Avaliação, assim consideradas a taxa de juros, as probabilidades de morte e de entrada em invalidez, a projeção da composição familiar, o perfil dos novos servidores, descritas no item 2.1 deste Relatório, entre outras, impactam sensivelmente o resultado final projetado. Em especial, a hipótese de sobrevivência (AT-83, Masculina) e de meta atuarial (5,75% ao ano) que foram utilizadas de forma mais conservadora que os parâmetros mínimos e máximos de prudência estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008.

Especificamente sobre a meta atuarial, verifica-se que a rentabilidade líquida dos Ativos Financeiros do Plano superou em 0,13 ponto percentual a meta atuarial de rentabilidade de 12,19%, estabelecida para o exercício de 2012, pois conforme consta no Relatório da Diretoria de Finanças e Patrimônio da PARANAPREVIDÊNCIA, o ativo líquido indicou uma rentabilidade média líquida de 13,69%, medida pela Taxa Interna de Retorno – TIR. Observa-se ainda, que a meta atuarial também foi superada pela rentabilidade dos investimentos em 1,26 ponto percentual, no exercício de 2010, e em 0,72 ponto percentual, em 2011.

Conforme estudos realizados pelo Setor Financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA, em relação à atual composição da carteira de ativos do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, seus resgates e reinvestimentos, e, principalmente, pela atual política de redução nas taxas de remuneração de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



títulos públicos do Governo Federal, projeta-se redução nos valores efetivos de rentabilidade financeira já em curto prazo.

Com base neste cenário, e por similaridade, a meta atuarial referencial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA acompanha, em princípio, a normatização do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, em relação às Entidades Privadas de Previdência Complementar - Resolução CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012.

Por este indicativo do CNPC, a meta atuarial é reduzida em 0,25%, já a partir de 2013, até atingir 4,5% em 2018, de acordo com a tabela 8 abaixo:

ANO	META ATUARIAL	ANO	META ATUARIAL
2013	5,75%	2016	5,00%
2014	5,50%	2017	4,75%
2015	5,25%	2018	4,50%

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei PR nº17.435, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

26



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2014.

Tabela 9 – Saldo da Margem de Expansão em 2014		Em R\$ 1.000
Discriminação	2014	
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		2.126.659
2. Transferências Constitucionais e Legais		521.532
3. Saldo (1-2)		1.605.128
4. Despesas Comprometidas		1.604.253
Pessoal		502.302
PASEP		30.000
Precatórios		30.000
Participação na implantação do Sistema de Transporte Rápido de Massa		100.000
Contrapartida de Programas Financiados		100.000
Ações relativas à COPA FIFA 2014		50.000
Vinculação aos Outros Poderes		57.642
Vinculação para a Saúde		175.056
Vinculação para o Ensino Público		533.101
Vinculação para a Ciência e Tecnologia		26.151
5. Margem de Expansão		874

27



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2014 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos advindos da Reforma Tributária cujo projeto de unificação das alíquotas do ICMS entre os Estados encontrava-se em andamento no Senado Federal até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa. Na proposta em tramitação, as alíquotas que atualmente variam entre 7% e 12% seriam reduzidas para 4% a partir de 2014, em troca os Estados produtores teriam as perdas compensadas por um fundo de compensação automática e por um fundo de financiamento de projetos de infraestrutura até 2028. Com esse deslocamento da tributação da origem para o destino, o impacto seria imediato, afetando o equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná. Em que pese à compensação proposta, cabe ressaltar que a adoção de mecanismos de compensação de perdas tributárias, tais como o previsto na Lei Complementar n 87/1996, não tem proporcionado a devida reparação aos prejuízos causados ao Estado.

Além do fator acima, temos que considerar a continuidade da política de estímulos ao mercado interno nacional para 2014, com a prorrogação da desoneração do IPI sobre bens duráveis, como por exemplo, automóveis, caminhões, linha branca, móveis e material de construção, válida até 31/12/2013, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que afetará significativamente a recomposição das transferências constitucionais para os Estados.

Devemos considerar também, a aprovação da Lei Complementar nº 141/2012, a qual se considerada a inclusão do FUNDEB na base de cálculo para aplicação do percentual de 12% para a área de saúde na Lei Orçamentária de 2014 sem compatibilização com o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, vigente para o período de 2012 a 2015, consoante estabelecido no art. 30 da referida Lei Complementar, acarretará com que o Estado do Paraná deva acrescentar cerca de R\$ 466 milhões destinados aos dispêndios com ações em saúde, comprometendo a execução orçamentária de 2014 comprometendo significativamente a execução dos demais programas constantes no referido PPA.

Outro evento bastante expressivo que poderá comprometer o equilíbrio das contas públicas, assim como, a execução orçamentária para 2014, refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 que institui o regime especial para pagamento dos precatórios em prazo de até 15 anos. De acordo com a referida norma, o executivo estadual a partir de 2010 passou a vincular recursos equivalentes a 2% da receita corrente líquida mediante depósito mensal em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado, cujos depósitos atingiram o montante de R\$ 413 milhões em 2012 e R\$ 109 milhões, de janeiro a março de 2013, sendo depositando mensalmente cerca de R\$ 37 milhões, para quitação dos precatórios na ordem cronológica e demais condições estabelecidas.

Até o encaminhamento do presente projeto de lei à apreciação da Assembleia Legislativa, não houve pronunciamento sobre o exato alcance da decisão do STF, assim como da

Assinaturas e rubricas dos membros da Assembleia Legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



continuidade do parcelamento dos precatórios no prazo estipulado na EC nº 62, bem como, na apreciação pela Suprema Corte quanto ao estabelecimento de outro prazo com a adoção daquele definido na Emenda Constitucional nº 30 que se encontra suspensa para quitação dos precatórios judiciais, cujo saldo devido pelo Estado do Paraná alcança cerca de R\$ 4.574 bilhões, em 31/12/2012.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a redução de crescimento da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência no nível de atividade econômica interna com a diminuição na arrecadação dos impostos estaduais.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2014. A Tabela 9 demonstra a margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.

29

ANEXO III - ALTERAÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015



De:

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015
			Data	Índice	
Municípios com CONSEA em funcionamento	Fonte: CONSEAPR	unidade	01/12/2010	32,00	100,00
Municípios com IGDM Acima da Média Estadual	Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania	%	01/10/2010	80,00	87,00
Reincidência de Adolescentes nos Centros de Socioeducação	Fonte: Central de Vagas da SEDS	%	01/08/2011	32,32	15,00
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Paranaense	Fonte: SEDS	%	-	0,00	25,00

Para:

Proteção e Desenvolvimento Social - SETS

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015	Alteração	Justificativa
			Data	Índice			
Municípios com CONSEA em funcionamento	Fonte: CONSEAPR	unidade	01/12/2010	32,00	100,00	Órgão responsável	A responsabilidade pela apuração deste indicador foi transferida para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015	Alteração	Justificativa
			Data	Índice			
Municípios com IGDM Acima da Média Estadual	Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania	%	01/10/2010	80,00	95,00	Unidade de Medida e Índice 2015	Mantimento de 95% até 2015 em razão do alto índice de municípios com IGDM acima da média de 2011 e em 2012.
Reincidência de Adolescentes nos Centros de Socioeducação	Fonte: Central de Vagas da SEDS	%	01/08/2011	32,32	20,00	Índice 2015	O cálculo da reincidência é feito considerando os atendimentos realizados. Revisão do índice a partir dos resultados alcançados em 2012.
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Paranaense	Fonte: SEDS	%	-	-	12,00	Fonte e Índice 2015	Este indicador passou a ser calculado pelo NVFPR, e não com base no cadastro do IBGE de famílias em extrema pobreza. Calculou-se 20 famílias por município atendido, em relação ao total de famílias com percentil NVFPR acima de

De:

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania - SEJU

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015
			Data	Índice	
Presos em Escolarização no Ensino Básico do Sistema Penitenciário	Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3080,00	9080,00
Presos em Atividade Laboral	Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3253,00	15000,00

Para:

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania - SEJU

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015	Alteração	Justificativa
			Data	Índice			
Presos em Escolarização no Sistema Penitenciário - nas modalidades presencial e à distância	Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3080,00	5000,00	Denominação e Índice 2015	A alteração do índice previsto vem da necessidade do aumento de cantais de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos cantais de trabalho.
Presos em Atividade Laboral	Fonte: SEJU	unidade	01/04/2011	3253,00	5000,00	Índice 2015	A alteração do índice previsto vem da necessidade do aumento de cantais de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos cantais de trabalho.

De:

Paraná Competitivo - SEM

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015
			Data	Índice	
Participação do Paraná nas Exportações Nacionais	Fonte: MDIC / SECEX	%	20/09/2011	7,02	7,02

Para:

Paraná Competitivo - SEM

Indicadores	Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015	Alteração	Justificativa
			Data	Índice			
Participação do Paraná nas Exportações Nacionais	Fonte: PARDES	%	20/09/2011	7,02	7,02	Fonte	Alteração da fonte para o IPARDES (linic IPARDES - balança comercial brasileira e paranaense) em razão da apuração e divulgação do índice ser mais atualizada que a fonte anterior (MDIC/SECEX) em janeiro constava apuração de junho de 2012.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4214 Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente
Meta: adolescente atendido

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	28	108	128	454	96	312	41	257	0	28	0	1.478

Meta cumulativa: Não

PARA
4214 Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente
Meta: atendimento realizado

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	152	390	399	1.276	280	1.057	122	1.237	0	122	0	5.042

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Meta e Quantidade por Mesorregião e cumulatividade da meta.
Justificativa:	A meta foi alterada e passa a ser cumulativa. Foi ajustada de acordo com a capacidade de cada Centro de Socioeducação nas respectivas regiões, levando-se em conta

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4217 Sistema Intersetorial de Proteção à Família
Meta: ação realizada

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	20	11	19	30	49	63	37	40	17	34	0	320

Meta cumulativa: Não

PARA
4217 Sistema Intersetorial de Proteção à Família
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	22	16	24	25	51	63	33	37	19	30	0	320

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	quisou-se à meta da iniciativa 4222 - Família Paranaense, por terem o mesmo fim, apenas utilizando recursos de outras Fontes para o fortalecimento das ações do Programa Família Paranaense.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4218 Luz Fraterna
Meta: domicílio beneficiado

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	53.628	89.478	88.632	152.909	0	239.306	164.701	99.859	87.907	68.006	0	1.044.636

Meta cumulativa: Sim

PARA
4218 Luz Fraterna
Meta: domicílio beneficiado

Órgão/Unidade: SEDS /DG - SEDS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	17.365	18.685	19.227	27.665	20.218	32.936	22.067	25.410	14.417	16.622	0	215.012

Meta cumulativa: não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião e cumulatividade da meta.
Justificativa:	Houve uma adequação no número de domicílios beneficiados por mesorregião, em função da demanda existente. A meta também passou a ser não cumulativa, por beneficiar os mesmos domicílios ao longo dos quatro anos.

DE
4221 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente
Meta: criança e adolescente atendido e/ou protegido

Órgão/Unidade: SEDS/FIA

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	261.083	146.208	250.640	386.403	637.043	825.023	480.393	522.166	219.310	436.620	0	4.186.687

Meta cumulativa: Não

PARA

4221 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente
Meta: criança e adolescente atendido e/ou protegido

Órgão/Unidade: SEDS/FIA

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	137.888	80.132	152.344	249.514	804.459	880.600	317.161	230.638	91.340	233.336	0	2.957.412

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Cálculo feito com base no total de crianças e adolescentes no Estado do Paraná, entendendo que a ação da Unidade Técnica de Proteção da Criança e do Adolescente abrange a todos.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4222 Família Paranaense
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	20	11	20	30	60	63	37	40	17	34	0	322

Meta cumulativa: Não

PARA

4222 Família Paranaense
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	22	16	24	25	51	63	33	37	19	30	0	320

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Redistribuição da quantidade dos municípios por mesorregião conforme adesão ao programa.

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

DE
4223 Aprimoramento da Gestão - FEAS
Meta: trabalhador qualificado

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	275	154	264	407	671	869	506	550	231	462	0	4.389

Meta cumulativa: Sim

PARA

4223 Aprimoramento da Gestão - FEAS
Meta: pessoas capacitadas

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	600	735	840	2.361	1.809	2.622	945	1.626	537	1.035	0	13.110

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Meta, Quantidade por Mesorregião.
Justificativa:	A meta foi alterada para haver maior abrangência. O total de vagas foi calculado de acordo com a previsão de cursos de capacitação para 2013, comparado com a efetiva participação em 2012. Foi feita uma média, considerando a participação dos escritórios regionais por mesorregião (conforme porte dos municípios), para chegar na soma final de 4.730 vagas por ano.

DE
4100 Manutenção e Gerenciamento do CEPR
Meta: aluno atendido

Órgão/Unidade: SEED/CEPR

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	7.250	0	0	0	0	0	0	0	7.250

Meta cumulativa: Não

PARA
4100 Manutenção e Gerenciamento do CEPR
Meta: aluno atendido

Órgão/Unidade: SEED/CEPR

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	4.500	0	0	0	0	0	0	0	4.500

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Readequação das quantidades, tendo sido excluídas da previsão inicial as atividades voltadas à comunidade em geral, que não integram o Ensino Regular, nas quais não há exigência de controle de frequência e de avaliação.

Gestão Estratégica

DE
4044 Gestão do Desenvolvimento, Formação e Capacitação de Recursos Humanos do Estado
Meta: servidor treinado

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
percentual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	40

Meta cumulativa: Sim

PARA
4044 Gestão do Desenvolvimento, Formação e Capacitação de Recursos Humanos do Estado
Meta: servidor capacitado

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36.000	36.000

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Alteração da unidade de medida, de percentual para número absoluto, de acordo com a capacidade de atendimento da Escola de Governo, visando melhor acompanhamento e viabilidade de crescimento.

Gestão Estratégica

DE
4045 Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes
Meta: assistência prestada

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
percentual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70	70

Meta cumulativa: Não

PARA
4045 Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes
Meta: benefício concedido

Órgão/Unidade: SEAP/DG - SEAP

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	12.062	30.746	15.806	154.385	27.021	99.331	28.425	44.458	14.894	22.101		447.889

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Alteração em função da necessidade de manutenção do sistema de assistência implantado em 2002 e ainda ativo, para melhor avaliar a prestação de serviços, tendo em vista o projeto do novo modelo de Assistência à Saúde encontrar-se em análise de aplicabilidade, enquanto aguarda implantação.

DE

4183 Gestão do Sistema Penitenciário

Órgão/Unidade: SEJU/DEPEN

Meta: vaga criada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	340	1.593	882	3.007	1.480	2.540	680	2.880	680	1.480	0	15.342

Meta cumulativa: Sim

PARA

4183 Gestão do Sistema Penitenciário

Órgão/Unidade: SEJU/DEPEN

Meta: vaga criada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	140	540	522	2.680	2.390	2.360	490	768	640	1.100		11.630

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Readequação do total de vagas previstas para o Sistema Penitenciário considerando a construção de novas unidades.

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania - SEJU

DE

4184 Ações do FUPEN

Órgão/Unidade: SEJU/FUPEN

Meta: preso com programa de ressocialização elaborado/acompanhado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	782	540	8.311	0	3.244	0	2.614	0	608	0	16.409

Meta cumulativa: Não

PARA

4184 Ações do FUPEN

Órgão/Unidade: SEJU/FUPEN

Meta: preso com programa de ressocialização elaborado/acompanhado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade		200	340	2.760		700		600		400	0	5.000

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	A alteração da quantidade prevista para os próximos exercícios vem da necessidade do aumento de centros de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos centros de trabalho.

Gestão Estratégica

DE

3040 Saneamento para Promoção da Saúde - FUNASA

Órgão/Unidade: SEJ/DER

Meta: convênio celebrado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	1	3	3	3	0	1	2	0	1	0	14

Meta cumulativa: Não

PARA

3040 Saneamento para Promoção da Saúde - FUNASA

Órgão/Unidade: SEJ/DER

Meta: convênio celebrado

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2		13

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Redistribuição da previsão de convênios a serem celebrados com o Ministério da Saúde / FUNASA por região, para execução de obras de Ampliação/implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário.

DE

3815 Modernização e Expansão da Ferroeste

Órgão/Unidade: SEIL/FERROESTE

Meta: carga movimentada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
tonelada	0	0	0	0	0	0	0	7.320.000	0	0	0	7.320.000

Meta cumulativa: Sim

PARA

3815 Modernização e Expansão da Ferroeste

Órgão/Unidade: SEIL/FERROESTE

Meta: carga movimentada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
tonelada	0	0	0	0	0	0	0	3.310.000	0	0	0	3.310.000

Meta cumulativa: Sim

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Adequação das quantidades de cargas movimentadas considerando a capacidade atual de tração da Ferroeste.

Paraná Competitivo - SEM

DE

4233 Verificação e Fiscalização Metroológica e da Qualidade

Órgão/Unidade: SEM/MPM

Meta: Instrumento de medir e/ou medida materializada/verificada/calibrada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	1.214.770	4.706.738	0	3.493.773	0	1.191.059	0	0	0	10.606.340

Meta cumulativa: Não

PARA

4233 Verificação e Fiscalização Metroológica e da Qualidade

Órgão/Unidade: SEM/MPM

Meta: Instrumento de medir e/ou medida materializada/verificada/calibrada

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	40.507	235.530	0	143.789	0	55.825	0	0	0	475.451

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Adequação das quantidades em razão de nova sistemática adotada pelo INMETRO de avaliação preliminar quantitativa e fiscalização de produtos, bem como redimensionamento de verificações, registros e calibrações conforme previsão do órgão.

Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física

DE

4109 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física

Órgão/Unidade: SEES/SPCE

Meta: atleta atendido

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.202.037	1.202.037

Meta cumulativa: Não

PARA

4109 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física

Órgão/Unidade: SEES/SPCE

Meta: atleta atendido

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2013 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	18.236	13.086	14.431	15.818	14.241	15.866	14.211	14.416	14.211	14.226	0	148.740

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Foram reavaliadas as metas, havendo desta forma a necessidade de alteração no número de participantes.

Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física

INCLUSÃO

4106 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física

Órgão/Unidade: SEES/SPCE

Meta: Participante atendido

Unidade de Medida	Quantidade por Mesorregião (2012 - 2015)										Estado	Total
	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metropolitana de Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste		
unidade	75	0	710	500	680	800	200	111.000	680	80	0	114.925

Meta cumulativa: Não

Alteração:	Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião
Justificativa:	Com a criação da Secretaria de Estado do Esporte, foram abertos novos profetos e atividades voltados para o esporte, lazer e atividade física.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 198/2013

Súmula: Altera a redação dos dispositivos que especifica da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012, que autorizou o Poder Executivo contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

Art. 1º O *caput* do art. 1º da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, observadas as normas legais pertinentes."

Art. 2º O inciso I do art. 4º da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º ...

I - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense;"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício



MENSAGEM

Nº45 /2013

Curitiba, 16 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 20/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a redação do artigo 1º e a do inciso I do artigo 4º, da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012, que autorizou o Poder Executivo contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A presente medida visa tão somente corrigir a denominação do programa para cujo os recursos a referida lei autorizou a contratação.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

Excelentíssimo Senhor,
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.965.914-0

2065/2013 004375 DAP



Lei nº. 17.271

Data 31 de julho de 2012
Súmula Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social – Família Paranaense, observadas as normas legais pertinentes.

§ 1º Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as normas propostas pelo Agente Financeiro.

§ 2º Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei serão depositados em conta específica para tal finalidade.

Art. 2º A operação de crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1º Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União durante o prazo de vigência do contrato, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, conforme previsto no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

§ 2º O procedimento autorizado no *caput* deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, na data do vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 3º O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais e no Plano Plurianual do Estado, durante o prazo estabelecido para o financiamento, necessárias ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no programa e a amortização do principal e dos acessórios resultantes, em conformidade com as disposições contidas no art. 1º da presente Lei, bem como outras garantias em direito admitidas no momento como suficientes para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

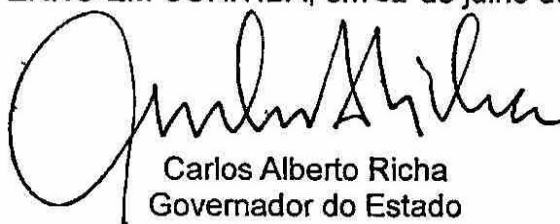
Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Social – Família Paranaense;

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do programa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 31 de julho de 2012.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Publicação no Diário Oficial	
Nº 8767	de 01/08/12
Republicada no Diário Oficial	
Nº _____	de ____/____/____



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 198/2013

Projeto de Lei nº. 198/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 045/13

Súmula: Altera a redação dos dispositivos que especifica da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012, que autorizou o Poder Executivo contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 17.271/2012. OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO JUNTO AO BID. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 29 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

VISTA EM

21/05/13

Paricles de Mello

Paricles de Mello

ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo a alteração do *caput*, do art. 1º e o inciso I do art. 4º, da Lei 17.271, de 31 de julho de 2012, que autorizou o Poder Executivo contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, passando a contar com as seguintes redações, respectivamente:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o limite de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, observadas as normas legais pertinentes”

“Art. 4º

I – Firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense;”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (Grifo Nosso).

II - orçamento; (Grifo Nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, objetiva alterar dispositivos de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **competete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

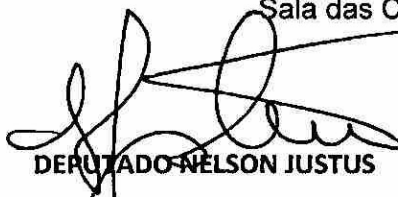
Comissão de Constituição e Justiça



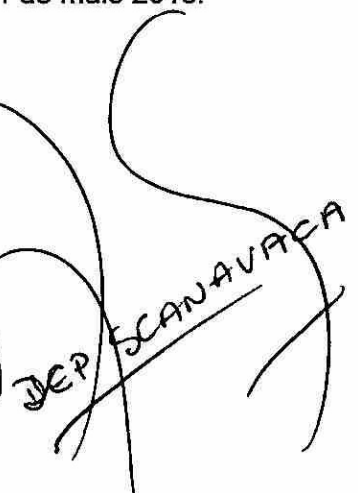
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

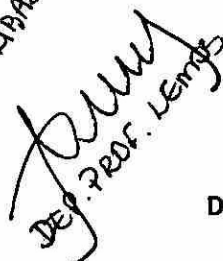
Sala das Comissões, 21 de maio 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

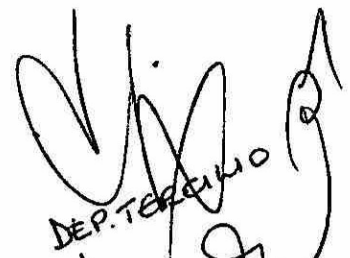

DEP. SCनावका


DEP. BERNARDO RIVAS CARELI

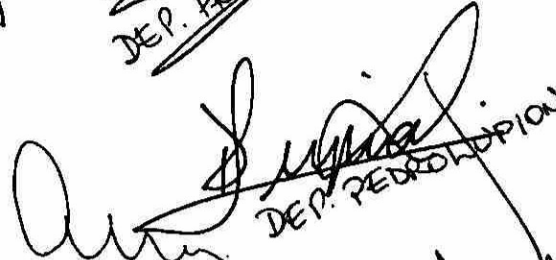

DEP. PROF. LEMOS


DEP. TEREZO RATO

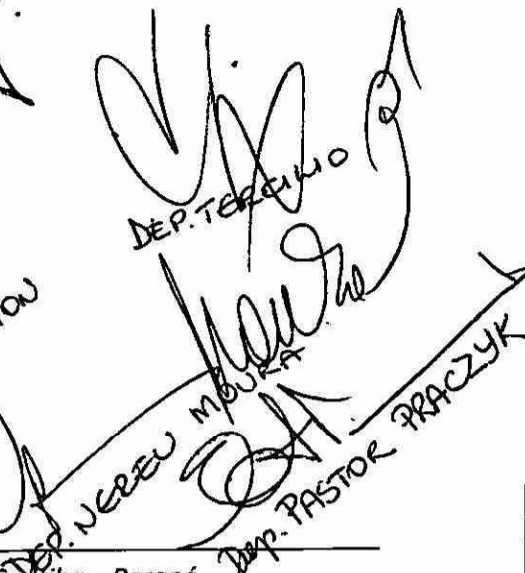

DEP. HERMES B. SILVA

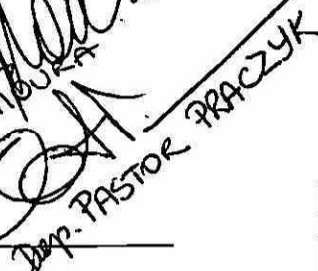

DEP. TEREZO


DEP. PERICLES


DEP. ALEXANDRE CURTI


DEP. PEDRO LUPION


DEP. NEREU MOURA


DEP. PASTOR PRACZYK

APROVADO

28105/13

Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 198/13

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 045/13 que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012, que autorizou o Poder Executivo contratar operação de Crédito Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se que a presente proposta visa somente corrigir a denominação do programa para cujo os recursos a referida lei autorizou a contratação.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 43 §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.


Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11/06/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR FUGLIESI
RELATOR


DEP. ENIO VERRI


DEP. PASTOR EDSOM
PRACZYK



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 198/13

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, para este Legislativo, acompanhado da Mensagem n.º 45/2013, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*alterar a redação dos dispositivos que especifica da Lei nº 17.271, de 31 de julho de 2012 que autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,*” destinados a financiar parcialmente a execução do Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Urbana – Família Paranaense”.

A proposta encaminhada tem por finalidade alterar o *caput* do art. 1º e o inciso I do art. 4º da Lei 17.271, de 31 de julho de 2012.

Os recursos de que trata este crédito externo tem como objetivo central propiciar o acesso das famílias com alto índice de vulnerabilidade e risco, especialmente aquelas residentes em territórios desarticulados e excluídos da cidade formal e em situação de risco, aos serviços públicos oferecidos pelos três níveis de governo, dando ênfase aos serviços relativos a habitação, educação, saúde, segurança alimentar e nutrição, meio ambiente e educação ambiental, desenvolvimento comunitário, trabalho, cultura e lazer. Para este Programa, vulnerabilidade e risco são situações decorrentes de condições urbanístico-ambientais e socioeconômicos, tais como o local de moradia, ciclo de vida, o grau de escolaridade, dentre outras variáveis que favorecem a exclusão e comprometem as condições atuais e futuras dos indivíduos e famílias, na satisfação das suas necessidades, e interferem na sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se destas questões.

Os valores propostos para o empréstimo e os de contrapartida local estão contemplados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período 2011 a 2013.

O Estado do Paraná oferece como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 (IRRF) e 159 (FPE, IPI-Exp. E CIDE), complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 (ICMS, IPVA e ITCD) da Constituição Federal, combinadas com o § 4º do artigo 167, da Constituição Federal.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A proposição apresentada, encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.


A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso XIX do art. 86 da Constituição Estadual que reza:

“Art. 86. Compete privativamente ao Governador:

XIX – “realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia”.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

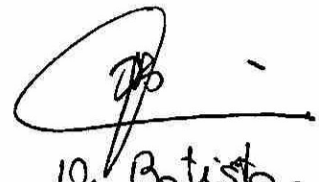
Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o  artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.
Vale Reserwa 12


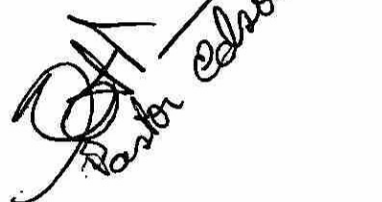
Sala de Reunião das Comissões, 17 de junho de 2013.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.


ELI RUSAN
RELATOR


Dr. Batista.


Paulo Sérgio

Pastor Edson



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI

215/B

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao Município de Morretes.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Morretes, do imóvel situado na Rua Antonio Vieira dos Santos, esquina com a Rua Conselheiro Sinimbú, com área de 14.041,05 m², denominado como "Centro Estadual de Eventos", descrito na Matrícula nº 2.196, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Morretes.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o desenvolvimento de atividades culturais, turísticas e serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em 27/05/2013
2047
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº049/2013

Curitiba, 23 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em 28 MAIO 2013
1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Morretes, do imóvel situado na Rua Antonio Vieira dos Santos, esquina com a Rua Conselheiro Sinimbú, com área de 14.041,05 m², denominado como "Centro Estadual de Eventos", descrito na Matrícula nº 2.196, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Morretes.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para o desenvolvimento de atividades culturais, turísticas e serviços públicos.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que a referida cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.882.247-1



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 215/2013

Projeto de Lei: 215/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem n.º 049/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Morretes.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE MORRETES. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. USO EXCLUSIVO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, TURÍSTICAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 049/2013, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Morretes.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná,
vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Cabe salientar, ainda, a Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

Leciona sobre o tema a jurista Hely Lopes Meirelles:

A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente.¹

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33, ed., p. 529.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

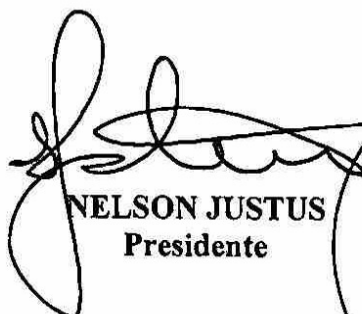



Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

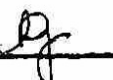
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

04.06.13 



PARÉCER AO PROJETO DE LEI Nº 215/2013

Projeto de Lei nº 215/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 049/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao Município de Morretes.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 215/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 049/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Morretes no Estado do Paraná, da área constituída de 14.041,05 m², conforme descrito na matrícula nº 2.196 do Cartório de Registro de Imóveis de Morretes-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 215/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Morretes no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades culturais, turísticas e de serviços públicos, atendendo diretamente aos interesses de moradores daquela localidade. Esta será uma edificação por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida, tornando-se uma ação em prol da continuidade de um crescimento regionalizado.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 215/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 049/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 215/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, por beneficiar um Município



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



e vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Morretes, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 215/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 10 de junho de 2013.

Adelino Ribeiro
Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Tercílio Turini
Elton Welter
Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator
Teruo Kato
Edson Praczyk